



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

CÍCERO BEZERRA DA SILVA

**ENTRE MARGENS, TERRAS E GENTES:
CONVIVIALIDADES E IDENTIDADES NO SERTÃO DO BAIXO RIO SÃO
FRANCISCO**



São Cristóvão-SE

2020

CÍCERO BEZERRA DA SILVA

**ENTRE MARGENS, TERRAS E GENTES:
CONVIVIALIDADES E IDENTIDADES NO SERTÃO DO BAIXO RIO SÃO
FRANCISCO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, na linha de pesquisa Dinâmica Ambiental, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Mundim Vargas.

Área de Concentração: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais.

São Cristóvão-SE

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586e Silva, Cícero Bezerra da
Entre margens, terras e gentes : convivialidades e identidades no sertão do baixo rio São Francisco / Cícero Bezerra da Silva ; orientadora Maria Augusta Mundim Vargas. – São Cristóvão, SE, 2020.
156 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. Geografia humana. 2. Territorialidade humana. 3. Identidade social. 4. Sertanejos. 5. Direitos ribeirinhos. 6. São Francisco, Rio. I. Vargas, Maria Augusta Mundim, orient. II. Título.

CDU 911.3(282.281.5)

CÍCERO BEZERRA DA SILVA

**ENTRE MARGENS, TERRAS E GENTES:
CONVIVIALIDADES E IDENTIDADES NO SERTÃO DO BAIXO RIO SÃO
FRANCISCO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, na linha de pesquisa Dinâmica Ambiental, à seguinte Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Mundim Vargas – Orientadora
Universidade Federal de Sergipe – PPGeo/UFS

Prof^a. Dr^a. Maria Geralda de Almeida – 1º membro
Universidade Federal de Goiás – UFG/PPGeo-UFG

Prof^a. Dr^a. Alberlene Ribeiro de Oliveira – 2º membro
Faculdade Amadeus/Aracaju-SE

São Cristóvão-SE

2020

Aos meus pais – Marizete Ana e Francisco Bezerra – pela vida. E, ainda, por me permitirem ousar, mesmo quando as circunstâncias não me eram favoráveis. Por sonharem junto a mim.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Quantas vezes na vida me surpreendeu a maneira como, entre multidões de pessoas que existem no mundo, acabamos encontrando aquelas que de algum modo possuíam as tábuas do nosso destino, como se pertencêssemos a uma mesma organização secreta, ou aos capítulos de um mesmo livro! Nunca pude saber se reconhecemos essas pessoas porque já as procurávamos, ou as procuramos porque elas já rondavam o nosso destino (Ernesto Sábato).

Dizer da gratidão que sentimos para com aqueles que ao nosso lado caminham é dizer, também, das histórias de vida que se cruzam, dos laços de afetividade que se formam, da labuta diária, de emoções. Dizer da gratidão é reconhecer aqueles que, de algum modo, junto a nós também caminharam.

Agradeço a Deus pelo dom da vida, por me permitir a concretização desse sonho. Por me fazer forte mesmo sendo “fraco”. Em Isaías 41:10, busquei a voz do meu Deus: “Não temas, porque eu sou contigo; não te assombres, porque eu sou o teu Deus; eu te esforço, e te ajudo, e te sustento com a destra da minha justiça”.

Aos meus pais, Marizete Ana e Francisco Bezerra, pela vida! Por me permitirem ousar, mesmo quando as circunstâncias não me eram favoráveis. Modelos de vida e de coragem. Mãe, suas lágrimas vibrantes para com as minhas conquistas têm valor que não pode ser aferido. Eis aí o meu exemplo maior. Pai, seus abraços e suas mãos encalçadas da enxada e da terra... me fazem entender que o amor está para além de palavras. Por sonharem juntos a mim, obrigado!

Agradeço à minha orientadora, professora Dr^a. Maria Augusta Mundim Vargas. Guta, “a vida é a arte dos encontros”, obrigado pelo acolhimento afetuoso das nossas quartas-feiras e das terças... das segundas... obrigado pelas travessias de rio e beira-rio. Guta, “o real não está na saída nem na chegada: ele se faz pra gente é no meio da travessia”, obrigado pelo brilho no olhar ao falar do rio São Francisco e dos ribeirinhos, me ensinastes a travessia, o itinerário a ser seguido. Guta, encontro “é, pois, gratidão”!

Agradeço à Denize dos Santos, professora, orientadora de graduação e amiga. Gratidão por ter me ajudado a sonhar, a caminhar. Dos encontros da vida, está aí um dos mais prodigiosos. Obrigado pelo incentivo e acolhimento no LEAC e tantas vezes em sua casa. Obrigado por sonhar junto a mim.

A Flávio dos Santos, pela parceria no decurso do mestrado e para além dele. Pessoa com quem tenho aprendido a cultivar e guardar sementes, sementes de amizade. “Amigo é

coisa pra se guardar”..., dos encontros da vida, esse é pujante. Dos desabafos às aventuras, entre altos e baixos, obrigado, meu amigo.

Às professoras Maria Geralda de Almeida e Alberlene Ribeiro, que me acompanharam desde o processo de qualificação. Suas contribuições foram fundamentais no desenvolvimento deste trabalho.

À professora Maria Geralda de Almeida, acrescento ainda minha admiração junto à sua produção acadêmica, que em mim tem despertado novos olhares para a Geografia, novas maneiras de ver.

Agradeço à coordenação do PPGeo/UFS, nas pessoas das professoras Sônia de Souza Mendonça Menezes e Ana Rocha dos Santos. Acerca delas destaco o brilhante trabalho desenvolvido na coordenação do PPGeo/UFS.

Aos professores e às professoras do PPGeo/UFS, em especial a Maria Augusta, Josefa Eliane, Alexandrina Luz, Neise Mare, Sonia Menezes, Ana Rocha, Maria Geralda de Almeida e José Wellington.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura, pela parceria, pelas discussões e pelas mãos que para mim foram estendidas. Jorgenaldo, Daniele Luciano, Patrícia Quirino, Vanessa Costa, César Augusto, Rodrigo Lima, Aucéia Matos, Luan Lacerda e Maria Augusta. Obrigado!

A Murilo Mateus, agradeço pela amizade e incentivo. Parceiro de viagens e de boas conversas dentro e fora do PPGeo. Gratidão à colega Adineide Oliveira, pela amizade, parceria e pelas boas discussões no ambiente das leituras de cunho ambiental/socioambiental.

Aos meus mestres da Universidade Estadual de Alagoas, *campus* Palmeira dos Índios, pelos ensinamentos e incentivos. Por vibrarem com minhas conquistas. Obrigado.

Aos colegas do Laboratório de Estudos Ambientais e Cartográficos da Universidade Estadual de Alagoas, em especial a Eduina Bezerra e José Willian, espaço onde iniciei minhas primeiras experiências de pesquisa. A Eduina agradeço ainda pelo acolhimento em Aracaju, pelas dicas no mestrado e por toda a troca de experiências.

A Wanderlan Oliveira, pessoa que “encontrei” na graduação e o levo para a vida. A este, agradeço pelo apoio, incentivo, acolhimento e pelas boas conversas e aventuras que outrora em parceria fizemos.

A Jobson, secretário do PPGeo/UFS, por ter sido tão atencioso para com as minhas demandas, pelas boas brincadeiras e pelo incentivo, muito obrigado!

Aos discentes do PPGeo/UFS, por me concederem a oportunidade da representação discente do mestrado, oportunizando-me melhor conhecer o funcionamento interno do

programa de Pós-Graduação e, de algum modo, contribuir com demandas e o fortalecimento dele.

Gratidão aos motoristas da Universidade Federal de Sergipe que me conduziram a campo nas vastidões do sertão do São Francisco. Pelas histórias de caminho, pelas risadas de percurso, pelas indicações de pousadas e pelas sugestões de trajetos.

Ao meu irmão Lucas e às irmãs Amanda e Ana Clara, agradeço pelo incentivo e por estarem sempre presentes em minha vida.

Agradeço a Patrícia Tainá, meu bem! Gratidão pelos afetos, pelo carinho e pelo amor a mim dedicados, gratidão por aliviar a tensão de dias tão difíceis, sobretudo na reta final deste trabalho.

À prima Flávia (*in memoriam*), que pela dor da perda me fez ser mais forte e perceber que não temos tempo a perder. “Só se tem saudade do que é bom”...

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de mestrado com vigência de um ano. Com ela, tive a oportunidade da dedicação exclusiva e, verdadeiramente, vivenciar o mestrado e a vida acadêmica.

Aos ribeirinhos sertanejos do baixo rio São Francisco, os de rio e dos algures, obrigado!

A todos, muito obrigado!

“O Rio é do menino e de quem habita o rio: o velho atrás do peixe que sobe e desce o rio, pois sabe que é preciso mais pescar do que viver; o menino do rio que sabe que não há rio mais belo que o rio de sua aldeia; a mulher que lava seu branco lençol na beira do rio com os seus joelhos junto ao coração... [...] É muito grande a família do povo que faz o rio.”

(Ziraldo)

RESUMO

A elaboração desta pesquisa tem orientação epistemológica na Geografia de abordagem cultural e parte do pressuposto de que a busca pela compreensão das relações espaciais e das espacialidades consubstancia um movimento capaz de desvelar as experiências vividas, quão reveladoras da própria realidade geográfica e dos sentidos de ser e estar no mundo. Destarte, o intuito primeiro da dissertação consiste em analisar as relações identitárias e de pertencimento, considerando-se a convivialidade e os saberes reveladores da geograficidade no sertão do baixo rio São Francisco, entre os estados de Alagoas e Sergipe. Para isso, apresenta-se como respaldo teórico a construção da categoria lugar-território como fundamento-chave à compreensão do pertencimento e das identidades que fazem o “Ser” ribeirinho sertanejo. Quanto à orientação metodológica, buscou-se aporte no arcabouço da pesquisa qualitativa de natureza relacional e fenomênica, sob os pressupostos da fenomenologia existencial de Maurice Merleau-Ponty (1996 [1945]) e da geograficidade de Eric Dardel (2015 [1952]). Dentre os procedimentos e instrumentais de investigação, por sua vez, destacam-se a pesquisa bibliográfica e os trabalhos/jornadas de campo. Na pesquisa, a observação dirigida e as entrevistas semiestruturadas foram realizadas com um roteiro delineado pela compreensão dos modos de vida, da convivialidade e do pertencimento, em que pese o registro dos saberes e fazeres na linha do tempo dos entrevistados, auxiliado pela caderneta de apontamentos e pelos registros fotográficos. Por esse caminho dialógico, apreendemos, no contexto do pensamento social brasileiro, os sentidos de sertão e de sertanejo por três fundamentos. No primeiro, sertão e sertanejo são adjetivações que remetem à ideia de dominação; o segundo diz respeito ao sertão enquanto espaço/lugar de vivência, reprodução da vida e materialização cultural, e o terceiro corresponde à abstração em que a essência é a subjetividade. Quanto à multiplicidade das identidades, estas estão fortemente associadas ao processo histórico de enraizamento no/pelo lugar, assim como às relações de pertencimento e às transformações sociais, ambientais e culturais às quais o rio e suas gentes foram submetidos, sobretudo após a segunda metade do século XX. Na pesquisa, a análise das identidades foi conduzida tendo por fundamento a classificação de Bassand (1989) e Almeida (2008a, 2008b) sobre a qual foram designadas cinco tipologias identitárias: i. Apáticos e resignados; ii. Migrantes potenciais; iii. Modernistas; iv. Tradicionalistas e v. Regionalistas. A construção do ser ribeirinho sertanejo observou, portanto, o amálgama entre natureza e cultura como expressão viva das identidades em que o rio São Francisco e o(s) sertão(ões) formam um contínuo de materialidade e subjetividade, de ser não tão somente ribeirinho, mas, também, de ser sertanejo do/no rio São Francisco.

Palavras-chave: Lugar-território. Identidades. Ribeirinho sertanejo. Rio São Francisco.

ABSTRACT

The elaboration of this research has epistemological orientation in the Geography of cultural approach and starts from the assumption that the search for the understanding of spatial relations and spatialities embodies a movement capable of unveiling the lived experiences, as revealing of the geographical reality itself and the senses of being and to be in the world. Thus, the first purpose of the dissertation is to analyze the identity and belonging relationships, considering the conviviality and the revealing knowledge of the geography in the lowlands of the São Francisco River, between the states of Alagoas and Sergipe. For this, it is presented as theoretical support the construction of the place-territory category as a key foundation for understanding the belonging and identities that make the sertanejo riverside "Being". As for the methodological orientation, we sought to support the qualitative research framework of relational and phenomenal nature, under the assumptions of existential phenomenology of Maurice Merleau-Ponty (1996 [1945]) and the geography of Eric Dardel (2015 [1952]). Among the procedures and instruments of investigation, in turn, stand out the bibliographic research and the work / fieldwork. In the research, directed observation and semi-structured interviews were conducted with a script outlined by the understanding of ways of life, conviviality and belonging, in spite of the registration of knowledge and doings in the interviewees' timeline, aided by the notebook. and the photographic records. Through this dialogical path, we grasp, in the context of Brazilian social thought, the meanings of backcountry and backcountry on three grounds. In the first, sertão and sertanejo are adjectives that refer to the idea of domination; the second concerns the interior as a space / place of experience, reproduction of life and cultural materialization, and the third corresponds to the abstraction in which the essence is subjectivity. As for the multiplicity of identities, they are strongly associated with the historical process of rooting in / for the place, as well as the relations of belonging and the social, environmental and cultural transformations to which the river and its people were submitted, especially after the second half of the century 20th century. In the research, the analysis of identities was conducted based on the classification of Bassand (1989) and Almeida (2008a, 2008b) on which five identity typologies were designated: i. Apathetic and resigned; ii. Potential migrants; iii. Modernists; iv. Traditionalists and v. Regionalists. The construction of the sertanejo riverside being observed, therefore, the amalgam between nature and culture as a living expression of the identities in which the São Francisco river and the sertão (s) form a continuum of materiality and subjectivity, of being notonly riverside, but also to be sertanejo of / in the São Francisco river.

Keywords: Place-territory. Identities. Riverside sertanejo. Sao Francisco River.

RÉSUMÉ

L'élaboration de cette recherche a une orientation épistémologique dans la géographie de l'approche culturelle et part de l'hypothèse que la recherche de la compréhension des relations spatiales et des spatialités incarne un mouvement capable de dévoiler les expériences vécues, comme révélant la réalité géographique elle-même et les sens de l'être et être dans le monde. Ainsi, le premier objectif de la thèse est d'analyser l'identité et les relations d'appartenance, compte tenu de la convivialité et de la connaissance révélatrice de la géographie dans les basses terres du fleuve São Francisco, entre les États d'Alagoas et Sergipe. Pour cela, il est présenté comme un support théorique à la construction de la catégorie lieu-territoire comme fondement essentiel pour comprendre l'appartenance et les identités qui font du sertanejo «l'être» au bord de la rivière. Quant à l'orientation méthodologique, nous avons cherché à soutenir le cadre de recherche qualitative de nature relationnelle et phénoménale, sous les hypothèses de phénoménologie existentielle de Maurice Merleau-Ponty (1996 [1945]) et la géographie d'Eric Dardel (2015 [1952]). Parmi les procédures et instruments d'investigation, se distinguent à leur tour la recherche bibliographique et le travail / travail de terrain. Dans la recherche, une observation dirigée et des entretiens semi-structurés ont été menés avec un scénario décrit par la compréhension des modes de vie, de la convivialité et de l'appartenance, malgré l'enregistrement des connaissances et des actes dans la chronologie des personnes interrogées, aidé par le cahier. et les archives photographiques. À travers cette voie dialogique, nous saisissons, dans le contexte de la pensée sociale brésilienne, les significations de l'arrière-pays et de l'arrière-pays pour trois raisons. Dans le premier, sertão et sertanejo sont des adjectifs qui renvoient à l'idée de domination; le second concerne l'intérieur comme espace / lieu d'expérience, reproduction de la vie et matérialisation culturelle, et le troisième correspond à l'abstraction dont l'essence est la subjectivité. Quant à la multiplicité des identités, elles sont fortement associées au processus historique d'enracinement dans / pour le lieu, ainsi qu'aux relations d'appartenance et aux transformations sociales, environnementales et culturelles auxquelles le fleuve et ses habitants ont été soumis, surtout après la seconde moitié du siècle. 20e siècle. Dans la recherche, l'analyse des identités a été réalisée sur la base de la classification de Bassand (1989) et Almeida (2008a, 2008b) sur laquelle cinq typologies d'identité ont été désignées: i. Apathique et résigné; ii. Migrants potentiels; iii. Modernistes; iv. Les traditionalistes et v. Régionalistes. La construction du sertanejo rivering étant ainsi observée, l'amalgame entre nature et culture comme expression vivante des identités dans lesquelles le fleuve São Francisco et le sertão (s) forment un continuum de matérialité et de subjectivité, d'être non seulement riverain, mais aussi d'être sertanejo de / dans la rivière São Francisco.

Mots-clés: Lieu-territoire. Identités. Riverain du Sertão. Rivière Sao Francisco.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ASA	Articulação Semiárido
BRSF	Baixo Rio São Francisco
CBHRSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto de Colonização de Terras e Reforma Agrária
IMA	Instituto de Meio Ambiente de Alagoas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE	Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Características-chave na definição dos sujeitos da amostra.....	34
Figura 2: Etapas de Análise do Conteúdo.....	35
Figura 3: Representação da vegetação da caatinga por Percy Lau, 1940.....	55
Figura 4: Sertão do Baixo Rio São Francisco: blocodiagrama da paisagem, 2019.....	58
Figura 5: Agricultura de sequeiro no Sertão do Baixo Rio São Francisco, Alagoas e Sergipe.....	62
Figura 6: Carranca na Proa de Barca e Canoa de Tolda no Médio Rio São Francisco.....	80
Figura 7: Lugar-território enquanto construção relacional.....	85
Figura 8: Lugar-território do baixo rio São Francisco – AL/SE, entre a dimensão do cotidiano e funcional-estratégica.....	88
Figura 9: Apropriação simbólica do rio, em Tambaú, município de Traipu/AL.....	93
Figura 10: Vista da comunidade de reminiscência quilombola Mocambo – Porto da Folha/SE, às margens do rio São Francisco.....	97
Figura 11: Lavagem de roupas no rio São Francisco, povoado Cajueiro, município de Poço Redondo/SE.....	99
Figura 12: Navegação com embarcações típicas em acesso ao rio São Francisco, povoado Escurial/SE.....	105
Figura 13: Pescador tradicional no rio São Francisco, Piranhas/AL (instrumento não tradicional).....	105
Figura 14: Formas tradicionais de uso das margens do rio São Francisco: 1 sequeiro; 2 criação de caprinos; 3 pastagem, Traipu/AL.....	105
Figura 15: Catamarã com uso turístico e, na margem sergipana, casas de veraneio no terraço fluvial, Canindé de São Francisco/SE.....	108
Figura 16: Orla Fluvial de Canindé do São Francisco e o contexto da apropriação comercial.....	108
Figura 17: Apropriação do rio por empreendimentos comerciais em Barra do Ipanema/AL.....	108
Figura 18: Rio São Francisco, “artéria do Sertão”, “Nilo Caboclo”: município de Belo Monte/AL.....	111
Figura 19: Ribeirinho sertanejo morador do ‘beijo do rio’.....	113

Figura 20: Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, datada do século XVII, tombada pelo Iphan, povoado Barra do Ipanema, Município de Belo Monte/AL.....	117
Figura 21: Igreja de Nossa Senhora do Rosário, defronte para o rio, povoado Bonsucesso/SE.....	117
Figura 22: Igreja em homenagem a São Francisco, comunidade de Rabelo, município de Belo Monte/AL.....	117
Figura 23: Cruz simbolizando local de emboscada de cangaceiros, povoado Bonsucesso/SE.....	118
Figura 24: Homenagem a vaqueiro que prometeu enfrentar o cangaceiro Lampião, povoado Bonsucesso/SE.....	118
Figura 25: Imagem da padroeira Nossa Senhora do Ó, na orla fluvial de Traipu/AL.....	119
Figura 26: Crepúsculo em Bonsucesso/SE, fotografia cedida por ex-moradora, atualmente residente em Aracaju/SE.....	119
Figura 27: Estrutura de controle de entrada e saída de água em lagoa de arroz, Traipu/AL.....	125
Figura 28: Cerca de Rocha para controle de entrada e saída de água de lagoa de arroz, Bonsucesso/SE.....	125
Figura 29: Formação de ilhas (croas) no rio São Francisco, entre Gararu/SE e Belo Monte/AL.....	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfil dos Entrevistados.....	36
Quadro 2: Sertões e sertanejos, grupos identitários e representação da paisagem.....	52
Quadro 3: Tipologias identitárias no sertão do baixo rio São Francisco – AL/SE, conforme classificação de Bassand (1990).....	102
Quadro 4: Lembranças constituintes das espacialidades ribeirinhas no Sertão do baixo rio São Francisco, 2018-2019.....	123
Quadro 5: Problemas no/com o sertão do baixo rio São Francisco.....	127

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco apresentada por Donald Pierson em 1972.....	39
Mapa 2: Sub-regiões hidrográficas da bacia do rio São Francisco, 2019.....	40
Mapa 3: Sertão do Baixo Rio São Francisco - Alagoas/Sergipe: localidades visitadas, 2018-2019.....	43
Mapa 4: Semiárido Brasileiro, 2019.....	54
Mapa 5: Sertão do Baixo Rio São Francisco: uso e ocupação da terra, 2019.....	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I: CAMINHOS QUE NOS LEVAM AO RIO.....	24
1.1 Ponto de partida: ancoragens, percursos e travessias.....	25
1.2 Fundamentos do método e o “fazer” da pesquisa.....	29
1.3 Campo empírico da análise.....	38
CAPÍTULO II: SERTÃO DAS GENTES E DAS ÁGUAS.....	45
2.1 Sertão, sertões e sertanejos.....	46
2.2 Sertão e sertanejos do baixo rio São Francisco.....	56
CAPÍTULO III: TRAVESSIAS E ITINERÁRIOS TEÓRICOS NA CONSTRUÇÃO DO LUGAR-TERRITÓRIO.....	65
3.1 Mediação simbólico-material na constituição de lugares e territórios.....	66
3.2 Identidade, identidades territoriais e territorialidades.....	73
3.3 Lugar-território.....	83
CAPÍTULO IV: O RIO É O MEU LUGAR: O FATO E O SENTIMENTO DE PERTENCER ÀQUILO QUE NOS PERTENCE.....	90
4.1 Pertencimento e identidades no e para com o sertão do baixo rio São Francisco.....	91
4.2 Sentidos de ser ribeirinho sertanejo.....	109
REFERÊNCIAS.....	138
APÊNDICES.....	147

INTRODUÇÃO



Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

“Todo universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente o seu sentido e o seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência de mundo.”

Maurice Merleau-Ponty (1996)

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a complexidade de organização das diversas sociedades sobre o espaço, bem como as transformações socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais desvencilhadas, sobretudo, a partir das últimas décadas do século XX, têm impulsionado a ciência e, de modo particular, a ciência geográfica a buscar diferentes leituras da realidade em curso. Trata-se, pois, de um “lançar mãos” de novos conceitos e de mecanismos que estreitem a realidade vivida ao contexto dessas transformações.

Dessa leitura, na Geografia, o desafio consiste na busca pela compreensão das relações espaciais e das espacialidades como um movimento capaz de desvelar as experiências vividas como reveladoras da própria realidade geográfica ou, de outro modo, dos próprios sentidos de ser e estar no mundo. É por essa orientação epistemológica que a Geografia de orientação cultural tem caminhado.

A valorização das subjetividades e das estruturas de representações simbólicas associadas às referências materiais a que são atribuídos significados é um dos elementos constitutivos da leitura cultural na Geografia. Junto a esses, somam-se as percepções, a valorização cognitiva dos indivíduos, os próprios sentidos humanos, a memória e as histórias de vida. Todos esses são delineadores da leitura cultural e, também, humanista na/da Geografia contemporânea.

Além do pensamento cultural de leitura humanista, também nos reportamos aos itinerários dialógicos que envolvem enraizamento, pertencimento e identidades. Todos esses congregam formas de ser e estar no lugar-mundo, de modos de vida, de significação do lugar e dos territórios que, como bem apontado por Haesbaert (2016, p. 17), formam uma “constelação de conceitos e significados” no entorno da categoria mestra que é o espaço.

Merleau-Ponty, filósofo francês da segunda metade do século XX, assinala, em *Fenomenologia da Percepção* (1996 [1945]), a ideia de mundo vivido. Essa ideia é construída pelas relações existenciais do/com o espaço. O mundo vivido ou, de outro modo, o próprio lugar é o espaço onde são estabelecidas as relações primeiras, um espaço/lugar/mundo que é experienciado e sentido. Entre os geógrafos, Eric Dardel é pioneiro quanto ao abrilhantamento da descrição das diversas maneiras pelas quais sentimos e conhecemos o ambiente. Essa é a realidade geográfica, a própria geograficidade como experiência humana (DARDEL, 2015 [1952]).

Dos sentidos do território, um contínuo de relações materiais e subjetivas, parece-nos ser as contribuições de Joel Bonnemaïson o sustentáculo de construção de relações do

simbolismo no território e, por ele, o envolvimento imanente das relações identitárias e do enraizamento. Diz: “não basta viajar em torno do território; é preciso realmente invadi-lo” (BONNEMAISON, 2002, p. 213). Essa “invasão” refere-se ao mergulho nas tramas materiais e simbólicas que se imbricam no entorno da categoria.

“O fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence”, essa é a leitura que Milton Santos (2002) traz do território. Se este é assim concebido, estamos tratando de territórios existenciais, de territórios de vida, de territórios que se fazem lugares. É por essa forma de olhar e interpretar a realidade que caminhamos ao longo desta pesquisa. São percursos, ancoragens e travessias realizadas pela mediação simbólica e material, um “encontro” entre lugar e território ou, como preferimos dizer, do lugar-território.

Reportamo-nos a Serpa (2019, p. 62), que, ao buscar as bases de sustentação dos espaços vividos e das relações existenciais, chama atenção para o fato de que “lugar e território, antes de tudo, remetem a experiências geográficas que por vezes se distinguem e por vezes se aproximam [...] carregam em si a experiência do espaço vivido”.

Assim sendo, o contexto que delineia esta pesquisa está pautado na busca pela compreensão da convivialidade e dos sentidos que fazem o ser ribeirinho sertanejo no baixo rio São Francisco, entre os estados de Alagoas e Sergipe. Por convivialidade entendemos as relações sociais, políticas e simbólicas que se congregam em um mesmo espaço (BONNEMAISON, 2002; ALMEIDA, 2005). Para isso, aportamos nas relações de pertencimento e na constituição das próprias identidades como algo que está sempre em mudança, sempre em transformação, como bem já foi apresentado por Hall (2006) e Cruz (2006, 2007).

Por outro lado, evidenciamos que adentrar o universo do sertão do baixo rio São Francisco, dada a sua complexidade, só é possível por um envolvimento do contexto cultural e das mudanças e permanências a que homens e rio têm sido submetidos. Desse entendimento, deparamo-nos, entre outras, com a seguinte indagação: quais os sentidos de ser ribeirinho sertanejo no baixo rio São Francisco?

Se a resposta aparenta ser complexa, e entendemos que seja, buscamos compreender que a leitura das relações de pertencimento e, por conseguinte, das identidades só se torna possível por um envolver-se com as falas e o olhar atentos das gentes que vivem e experienciam aquela realidade que é de rio, mas, também, de sertão, de ser ribeirinho no sertão. E o sertão? Nossos olhares se entremeiam para apresentar, no contexto do pensamento social brasileiro, as diversas significações de sertão e de sertanejo.

É cabível evidenciar que o Sertão do Baixo Rio São Francisco, aquele que doravante será descrito em nossas análises, está inserido no contexto do semiárido brasileiro, área politicamente delimitada e nomeada de Polígono das Secas. Esse fato faz nos atermos a um aprofundamento a fim de contextualizar o sertão seminário, o que necessariamente não acontece com os demais sertões. Estes, conforme concebido pela literatura referenciada, são muitos, múltiplos e diversos. Nas palavras de Guimarães Rosa (1985, p. 289), romancista brasileiro, o sertão é do tamanho do mundo, mas é também dentro da gente.

O pensar, o sentir e o ser ribeirinho sanfranciscano se inserem no processo de interpretação da subjetividade, fatores esses que foram definidores para o aporte metodológico de base na fenomenologia existencial. Essa mesma base delineou os caminhos metodológicos da investigação, o levantamento teórico conceitual e o direcionamento do olhar no *locus* da pesquisa.

Das questões de pesquisa, indagamos ainda: Como a paisagem do sertão do baixo rio São Francisco é percebida e interpretada pelos ribeirinhos? Qual o nível de interação deles com o ambiente natural? Qual a influência do rio e do sertão na construção das identidades e do enraizamento no/pelo lugar? Como se estruturam as territorialidades no sertão do baixo rio São Francisco? Como se autoidentificam os sujeitos do lugar? Existe uma tipologia identitária no sertão do baixo rio São Francisco? E o rio tem sentido de lugar ou de território?

Mediante esse contexto, o objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar as relações identitárias e de pertencimento, considerando-se a convivialidade e os saberes reveladores da geograficidade do sertão do baixo rio São Francisco, entre os estados de Alagoas e Sergipe. Quanto aos objetivos específicos, buscamos:

- i) Discutir o sertão semiárido como espaço de vivência, reprodução da vida e materialização cultural;
- ii) Apreender as relações de pertencimento e a constituição das referências identitárias dos ribeirinhos sertanejos que ocupam o caminho das águas sanfranciscanas;
- iii) Compreender os sentidos de ser ribeirinho sertanejo no sertão do baixo rio São Francisco, entre os estados de Alagoas e Sergipe.

Para alcançar esses objetivos, a dissertação está estruturada em quatro capítulos, subsequentes a esta introdução, além das considerações finais, a saber:

No primeiro capítulo, intitulado **“Caminhos que nos levam ao rio”**, apresentamos o contexto delineador da proposta de pesquisa, ao mesmo tempo que evidenciamos a necessidade de um “fazer” Geografia que possa se afastar do nivelamento das experiências, conforme proposições dadas pela filosofia de Maurice Merleau-Ponty (1996), e que possa reconhecer as especificidades dos povos, valorizando suas subjetividades. Nesse capítulo, apresentamos ainda os fundamentos do método norteador de nossas análises, assim como os instrumentais de investigação, seguidos pela caracterização amostral e pelo recorte empírico da pesquisa.

No segundo capítulo, **“Sertão das Gentes e das Águas”**, são apresentadas, sob o contexto do pensamento social brasileiro, a diversidade de sentidos de sertão. Contextualizamos os sertões, em sua pluralidade, como espaço e lugar de materialização cultural onde estão impregnadas as próprias raízes do povo brasileiro. Dentre tantos sertões, apresentamos o sertão semiárido e contextualizamos a externalidade da paisagem do baixo rio São Francisco como constituinte desse. Do respaldo teórico no capítulo, enfatizamos as contribuições de Abreu (1995), Moraes (2003), Ab’Saber (1999, 2003) e Almeida (2008).

“Travessias e Itinerários Teóricos na Construção do Lugar-território” é o título do terceiro capítulo. Nele, propomos uma discussão dialógica entre as categorias lugar e território e, para isso, aportamos nas mediações simbólicas e materiais que constituem ambas as categorias. Teoricamente, respaldamo-nos nas contribuições fundamentais de Haesbaert (1999, 2009, 2012); Bonneimaison (2002); Almeida (2005); Souza (2013), no que concerne ao território, e em Tuan (2012, 2013); Holzer (2014); Marandola Jr. (2014) e Carlos (2007), no que diz respeito à construção da categoria lugar. Ainda no capítulo três, apresentamos uma breve discussão quanto à construção das identidades territoriais e territorialidades. Por último, apresentamos a proposta de construção da categoria lugar-território enquanto base conformadora das relações identitárias e de pertencimento.

“O Rio é o Meu Lugar: o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” é o quarto capítulo da dissertação. Nele, buscamos uma aproximação com as relações de pertencimento e com a diversidade identitária que coexistem no sertão do baixo rio São Francisco. Propomos, ainda, uma classificação das identidades envolvendo a pluralidade de sujeitos e paisagens do rio e do sertão. Por essa constituição, apresentamos também os sentidos de ser ribeirinho sertanejo no baixo rio São Francisco.

A proposta do capítulo quatro consiste ainda na tentativa do desenvolvimento de uma análise da empiria intercalada com a teoria. Assim sendo, buscamos envolver os diversos apontamentos teóricos apresentados e discutidos em capítulos anteriores, a fim de dar pujança

e sentido à construção das relações de pertencimento, das identidades e, por último, dos sentidos de ser ribeirinho sertanejo no baixo rio São Francisco.

Nas considerações finais, trazemos a súmula dos resultados da pesquisa, enfatizando o sertão do baixo rio São Francisco como um lugar-território, espaço de identificação, enraizamento e pertencimento. Espaço de sentidos de ser ribeirinho, mas, também, de ser sertanejo.

CAPÍTULO I: CAMINHOS QUE NOS LEVAM AO RIO



Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

“Na tua vida existem alguns lugares, ou talvez apenas aquele lugar onde alguma coisa aconteceu, e aí estão todos os outros lugares.”

Alice Munro (2008)

1.1 Ponto de partida: ancoragens, percursos e travessias

O distanciamento entre a racionalidade do conhecimento moderno e aquele apresentado pelas experiências cotidianas aponta para a necessidade de um diálogo de saberes que possa entremear a relação dialética entre os sentidos da existência e os da racionalidade científica. Esse diálogo proposto por Leff (2012, p. 51) “reconhece as identidades dos povos, suas cosmologias e seus saberes tradicionais como parte das formas culturais de apropriação da natureza”.

O exercício de fazer geografia e, mais, de pensar e interpretar determinadas realidades, em diferentes escalas, não se coloca como algo simples e se torna ainda mais complexo quando envolvemos outros sujeitos em diferentes contextos sociais. Ademais, exige-se um debruçar-se entre sujeito e objeto, material e simbólico, teoria e prática enquanto relação conformadora daquilo que se denomina práxis.

Por esse modo de ver, primamos pelo afastamento de concepções filosóficas totalizadoras pautadas no modelo de racionalidade contemporâneo, reveladas pela tentativa de nivelamento das experiências e pelo afastamento de sujeito e objeto. Na pesquisa, buscamos valorizar, ao contrário do modelo descrito, as relações de subjetividade, a percepção, o enraizamento e os sentidos que o homem atribui à sua terra e a seu lugar, que são dimensões difíceis de serem estabelecidas.

Isso posto, o uso das palavras de Guimarães Rosa (1986, p. 216) simbolizam os conectivos daquilo que é materializado nesta dissertação. “*O real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia*”. A travessia, aqui ilustrada, é materializada na busca e nos itinerários estabelecidos com o rio e com o sertão semiárido, entre os sentidos que moldam o “Ser” ribeirinho e o “Ser” ribeirinho sertanejo do baixo rio São Francisco.

A travessia, isto é, os caminhos trilhados na construção da dissertação, está alicerçada por quererem que se entremeiam às exigências acadêmicas e às aspirações pessoais. Desse modo, ao dissertar estamos sendo guiados por convicções de vida, por ideologias e por um modo particular de ver, ler e experienciar o espaço geográfico, reafirmando a ideia de que a ciência e quem a faz não são neutros.

As escolhas, assim, são guiadas pela carga que trazemos em nossas histórias de vida, mas, também, pelas aspirações de futuro e pelas idealizações que cotidianamente construímos. É, nos dizeres de Merleau-Ponty (1996), o “ser e o ser para Si”. Ou, ainda, como apresentado

por Hall (2006), uma construção relacional que envolve os sentidos de “em quem nós podemos nos tornar”.

Pelo caminho, deparamo-nos com um modo – entre tantos outros – de “fazer” Geografia que tem nos permitido compreender a dimensão multiescalar do lugar. Mas não apenas do lugar. Pelo lugar delinearam-se as relações de pertencimento e o enraizamento enquanto elementos constitutivos do território. Assim, fizemos da geografia humanista e cultural nossa base para a concretização da pesquisa. Motivados pelos sentidos de ser, de sentir e de pertencer, encontramos nas tessituras da fenomenologia os delineamentos condutores de nossa busca, quiçá, de nossas descobertas.

Mas os caminhos que apresentamos não se fizeram de modo retilíneo, que bom! O caminho é uma construção ininterrupta. Um resultado de esforços e buscas em diferentes tempos e espaços que são, também, reveladores de uma “genealogia” de vida e dos sentidos que atribuímos às coisas. Pelo sentido/significado, deparamo-nos rotineiramente com a geograficidade – relação visceral que nos liga às coisas, à terra e aos outros seres (DARDEL, 2015; HOLZER, 2014) –, mas que revela, ainda, sedimentos de uma historicidade marcada por mudanças, permanências e buscas.

A tentativa pelo aprofundamento de uma “linhagem” de pensamento, de método e de metodologias que, ao invés de excluir, passasse a descortinar o fenômeno pelos “de dentro”, por aqueles que vivem e atuam em determinada realidade, constituiu a maior das nossas ambições na proposta de pesquisa. Mas foi por essa mesma consciência que nos deparamos com limites, sejam estes teóricos, epistêmicos e, por assim dizer, também pessoais. A isso, acrescentamos ainda o fato e a ousadia de buscar a “apropriação” e a produção de uma geografia em que a objetividade se dá pela necessidade de interpretar e enxergar os sentidos que nos fazem ser e estar-no-mundo e ser-no-mundo com os outros (MERLEAU-PONTY, 1996; HEIDEGGER, 2009).

É assim que nos aproximamos do rio São Francisco, das terras e dos sedimentos que constituem a geograficidade dos povos que ocupam suas margens e fazem das águas fonte e lugar da vida. Um caminho que se iniciou ainda na graduação¹, pelos canais interiores secos e intermitentes que serpenteiam o semiárido alagoano, na bacia hidrográfica do rio Traipu, afluente direto do rio São Francisco. E agora, por ocasião do mestrado, fizeram nos ater o olhar para o grande rio, a “artéria do sertão”, o autêntico “Nilo Caboclo” (AB’SABER, 2003).

¹ Graduação cursada na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL – *campus* III, Palmeira dos Índios, 2013-2016.

“Agora, por aqui, o senhor já viu: rio é só o São Francisco, o Rio do Chico. O resto pequeno é vereda. E algum ribeirão” (ROSA, 1986, p. 97).

Da descrição da base física do rio e do sertão semiárido, procuramos privilegiar a dimensão do vivido sobre a mesma base e os sentidos que os homens atribuem a ela. Um desafio certamente dos maiores. Adentrar o universo das percepções exigiu mais que um olhar contemplativo de paisagens pensadas para além de suas morfologias e da fisiografia a que por algum tempo me ative. Trata-se, pois, da busca pela essência e pelo significado das coisas, do próprio mundo vivido.

No percurso inicial da pesquisa, debruçamo-nos sobre a produção bibliográfica que apresenta o rio São Francisco como referência, verificando que essas produções, de maneira geral, agregam a caracterização das bases físicas do rio, avaliam a qualidade das águas, bem como as formas de uso e ocupação das terras adjacentes. Nos últimos anos, essas produções têm se voltado, também, para indicadores de vulnerabilidade socioambiental, conflitos, desenvolvimento local/regional, condições de vida e reprodução do espaço agrário (VARGAS, 2018).

À vista disso, pouco se tem estudado e/ou falado sobre as relações culturais, identitárias e de pertencimento do homem que ocupa o caminho das águas sanfranciscanas². Pouco se tem falado dos sentidos que conduzem a vida nas águas e nas terras que margeiam o rio. São estudos, diríamos, ainda incipientes e, quase sempre, se apresentam setorizados nos povoados e em comunidades ribeirinhas específicas, dando ênfase a determinados grupos sociais.

No “Estado da Arte”, de caráter exploratório, foram verificadas a dimensão e a diversidade de territórios que se sobrepõem a outros territórios, principalmente aqueles dos assentamentos de reforma agrária e quilombolas, dos projetos de desenvolvimento local, dos territórios de planejamento, entre outros. Nesses, a dimensão política e de posse/poder é o elemento de centralidade. Assim, na presente pesquisa, buscamos as vivências e as relações de convivialidade, portanto a dimensão do vivido. Buscamos, nesse contexto, os territórios que se revelam lugares.

A hipótese para essa configuração é a de que esses temas elencados são constituintes de uma “geografia marginal”, caracterizada por “abordagens e tendências inerentes à pluralidade do conhecimento, não reconhecidas ou aceitas pela maioria da comunidade acadêmica” (KOZEL, 2013, p. 13). Dentre essas abordagens, destacam-se aquelas voltadas à

² Ponderação inerente às produções bibliográficas que adotaram como referência de análise universo e/ou amostral a sub-região hidrográfica do baixo curso do rio São Francisco.

valorização das percepções e da subjetividade dos sujeitos e que têm sido assumidas pela geografia de abordagem humanista e cultural. Assim, perguntamo-nos: é possível “adentrar” as águas e as terras sanfranciscanas sem, portanto, levar em consideração a historicidade e a geograficidade de seus povos, os “de dentro”, ou seja, os ribeirinhos de rio e beira-rio, e a multiplicidade de povos e comunidades que se adensam em ambas as margens? Não seria tal análise um ato condizente com o processo de marginalização das identidades, da cultura e da existência do homem que ocupa o caminho das águas?

Tanto assim, as ancoragens, os percursos e as travessias da pesquisa foram tecidos pelo adentrar as especificidades das gentes do sertão semiárido do baixo rio São Francisco, compreendendo esse recorte espacial como conformador de relações identitárias e de pertencimento. Para isso, o conhecimento de três textos, em especial, foi fundamental para o delineamento da proposta de dissertação, ao buscar, sobretudo, aproximar a realidade ribeirinha sertaneja e as relações conformadoras do pertencimento e, de tal modo, das identidades.

- Primeiro: *Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida*, do geógrafo e professor Aziz Nacib Ab’Sáber (1999). Trata-se, a meu modo de ver, do mais imponente texto associativo entre os elementos de base física e o contexto social dos sertanejos que ocupam o Nordeste Semiárido. Nesse escrito, o sertão semiárido e com ele o homem que ocupa o caminho das águas são apresentados pelas condições físicas, mas, também, pela força, engenhosidade e cultura de seu povo, o sertanejo.
- Segundo: *Etnogeografia do Brasil Sertanejo*, de Maria Geralda de Almeida (2008). Nele, a autora nos conduz pela etnogeografia aos caminhos das identidades territoriais sob a perspectiva das representações culturais que moldam a vida sertaneja. Ao apresentar um esboço das identidades territoriais, Almeida (2008) nos chama a atenção para o modo pelo qual o sertanejo – em suas mais diversas tipologias – se relaciona com o ambiente de base física, atribuindo significados às paisagens constituintes de um território que é diverso e único.
- O terceiro texto refere-se à dissertação intitulada *Quando o Vazio do Rio Espelha o Vazio Existencial: uma interpretação fenomenológica do sentido de ser ribeirinho*, de Teresa Cristina Moura Vieira (2004). De maneira *sine qua non*, a autora expressa pela fenomenologia existencial de Heidegger o sentido do “Ser”, tendo como universo amostral os pescadores do baixo rio São Francisco que tiveram suas vidas e sua cultura transformadas pelas alterações do meio físico.

Embora tenhamos consciência de que esses textos sejam adensados por abordagens teóricas e epistêmicas que se diferenciam, em determinados momentos também se aproximam e revelam os laços que ligam o homem à terra e ao rio, e dessas bases se origina o sentido da vida e da existência, materializando a cultura e as identidades de ribeirinhos e sertanejos. Estes, cada um a seu modo, entre as margens dos grandes rios ou dos canais interiores e intermitentes do semiárido, são portadores de modos de vida particulares, intimamente ligados às condições da natureza.

1.2 Fundamentos do método e o “fazer” da pesquisa

O método da pesquisa está associado ao direcionamento e aos caminhos a serem tomados no decurso da investigação. Trata-se do alicerce epistemológico que dá aporte à produção do conhecimento, à construção das bases teóricas e aos procedimentos necessários para a operacionalização da pesquisa. O método é, ainda, revelador da visão de mundo, do devir e da maneira como enxergamos e interpretamos determinada realidade.

O interesse pelas percepções, pelas relações existenciais da vida ribeirinha e pela interpretação das convivialidades permitiu a aproximação com as bases da abordagem fenomenológica. Trata-se de uma escolha delineada pelos objetivos da pesquisa ao entender que essas relações só se tornam possíveis de serem interpretadas por e pela valoração dos sentidos que o homem atribui à terra, ao lugar e ao rio. Portanto, constitui-se como uma leitura possível de ser realizada sob a abordagem fenomenológica.

Ao buscar aporte na fenomenologia, a preocupação maior foi ir além do que já está posto, visível e dado como acabado. Da aparência do fenômeno, buscamos adentrar as essências da vida ribeirinha. Da “contemplação” da paisagem, buscamos os “sedimentos” como elementos constitutivos da vida presente enquanto revelação das identidades, das lembranças e do enraizamento. Em outros termos, almejamos suplantar “o nivelamento das experiências” (MERLEAU-PONTY, 1996) por uma lei universal, expressa pela luta de classes e pela mecanização do pensamento.

Ao desvelar o mundo percebido, Merleau-Ponty (1996, p. 279) chama atenção para o fato de que “o pensamento objetivo ignora o sujeito da percepção. Isso ocorre porque ele se dá ao mundo inteiramente pronto, como meio de todo acontecimento possível, e trata a percepção como um desses acontecimentos”. Todavia, o rebatimento a esse modelo de pensamento pode ser dado pela compreensão de que “a percepção é um ato, um produto da história e do tempo” e não apenas uma casualidade observada.

Assim, “a percepção atesta e renova em nós uma ‘pré-história’. [...] não haveria o presente, quer dizer, o sensível com a sua espessura e sua riqueza inesgotável, se a percepção [...] não conservasse um passado em sua profunda presente” (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 322). A percepção, para Oliveira (2002, p. 191), consiste em um conjunto de sistemas “nos quais é possível caracterizar as estruturas, não por decisões arbitrárias, mas procurando traduzir passo-a-passo em expressões precisas, as condutas dos sujeitos, das pessoas”.

Por esse balizamento, assumimos a percepção e as relações simbólicas e materiais como um conjunto indissociável da relação homem-natureza. Nesse contexto, concordamos com Nogueira (2005, p. 04) ao considerar que “a perspectiva fenomenológica na geografia deixa de priorizar a descrição do mundo físico, para descrever o mundo vivido, onde o físico/humano são elementos percebidos e interpretados pelos diversos sujeitos que os experienciam”. Por esse motivo, aportamo-nos nas bases físicas como elemento condutor das percepções frente aos modos de vida que se adensam no vale do rio São Francisco, já que a fenomenologia é, também, “um relato do espaço, do tempo, do mundo vivido” (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 05, grifo nosso).

Na pesquisa, ao nos centrarmos nas percepções e nos significados expressos no lugar e na vida cotidiana, não temos por objetivo, para tanto, a realização de um estudo de caso, já que não adotamos uma comunidade ou localidade para o desenvolvimento das análises de modo mais específico e aprofundado. Também não procuramos incisivamente o desenvolvimento de uma pesquisa de cunho etnogeográfico, pois o propósito não consiste na descrição aprofundada e densa dos seus modos de vida. Assim, ao adotarmos o conceito norteador de convivialidade (BONNEMAISON, 2002; ALMEIDA, 2008), buscamos também reflexões que possam estar além da descrição, pensando a práxis da construção categorial das espacialidades que revelam o ambiente da pesquisa num lugar-território.

No que concerne à etnogeografia enquanto um dos aportes da pesquisa, buscamos a compreensão desta como “o resultante do trabalho humano sobre a natureza, constituindo conhecimentos desenvolvidos e adaptados às condições do ambiente e de acordo com o nível técnico de cada sociedade ou grupo social” (SILVA, 2018, p. 6). Vargas (2003, p. 08), ao discutir a dimensão cultural do sertão, considera que a etnogeografia “proporciona elementos para resgatar os valores do sertanejo, penetrando em sua intimidade, nas suas formas de apropriação da natureza”. Essa apropriação caracteriza os modos de vida do homem e sua relação com a terra, com os lugares.

Quanto à abordagem analítica, estamos aportados no universo da pesquisa qualitativa, com enfoque subjetivo compreensivista. Esse tipo de enfoque, segundo Triviños (1987, p.

117), procura “valorizar os aspectos conscienciais subjetivos (percepção, processo de conscientização, de compreensão do contexto cultural [...] da relevância dos fenômenos pelos significados que eles têm para os sujeitos)”. Além disso, abre-nos os caminhos para a compreensão enquanto unicidade das características sociais e do ambiente à luz dos significados que o homem estabelece no meio.

Para Turato (2003, p. 362), a pesquisa qualitativa “busca interpretar o que as pessoas dizem sobre tal fenômeno [sobre um fenômeno] e o que fazem ou como lidam com ele”. No que concerne à pesquisa qualitativa de abordagem fenomenológica, Triviños (1987) delinea cinco tipos fundamentais. São eles:

- i) **A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave:** considera o ambiente especialmente constituído por elementos culturais e valoriza o conteúdo da percepção, sua aparência e sua essência. Como já abordado, privilegiamos em nossa pesquisa os dados de base primária, coletados em campo em contato com a realidade dos sujeitos.
- ii) **A pesquisa qualitativa é descritiva:** nesse enfoque, valoriza-se a descrição dos fenômenos, que estão associados aos significados que o ambiente lhe outorga, e como aqueles são produto de uma visão subjetiva. Valoriza as narrativas, os fragmentos de entrevistas etc. Pelas narrativas, histórias de vida, vivências e convivialidades, buscamos descrever os sentidos e significados impressos pelos sujeitos no baixo rio São Francisco.
- iii) **A pesquisa qualitativa centra sua preocupação nos processos e não simplesmente nos resultados e no produto:** essa característica está associada, principalmente, às pesquisas qualitativas de abordagem materialista. Todavia, na fenomenologia, os olhares estão voltados para a realidade apresentada e, quando associados às percepções, podem fazer uso de elementos da memória como constitutivos de fenômenos que ocorram de modo processual.
- iv) **A pesquisa qualitativa apresenta forte tendência indutiva:** na fenomenologia, essa abordagem parte do fenômeno social e não apresenta hipótese, mas sim uma abordagem teórica consolidada. A percepção é a fonte base para a interpretação dos fenômenos e dos significados do contexto em que se está inserido. “A pesquisa qualitativa de abordagem fenomenológica primeiro coleta os dados. Este serve para elaborar o que ela denomina ‘teoria de bases’, que é um conjunto de conceitos, princípios de significados que se elevam de baixo para cima” (TRIVIÑOS, 1987, p. 130). Assim, temos, em nossa pesquisa, a percepção como elemento central, revelador dos sentidos de ser ribeirinho sertanejo no baixo rio São Francisco.

v) **O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa:** aqui, trata-se do enfoque fenomenológico dos significados envoltos nas experiências de vida, nas idealizações e na organização social da vida dos sujeitos em seu ambiente cultural. Para Triviños (1987), os pesquisadores dessa corrente buscam privilegiar, na coleta de dados, o uso de entrevistas semiestruturadas e a observação livre. Encontramos nas entrevistas semiestruturadas a base condutora da apreensão das percepções dos sujeitos da pesquisa.

Para o processo de operacionalização da pesquisa, buscamos trabalhar, essencialmente, com dados primários, ou seja, aqueles coletados em campo, sobretudo pelo desenvolvimento de: i) entrevistas semiestruturadas; ii) caderneta de campo e iii) observação não participante. Além desses instrumentais, buscamos aporte em estudos e análises de abordagens clássicas e contemporâneas que contextualizam o rio São Francisco e seus povos. Dentre esses referenciais, recebem destaque as contribuições de Augusto de Saint-Hilaire, com seu relatório originalmente publicado em francês em 1847; aqui fazemos uso da publicação da Editora italiana em parceria com a Universidade de São Paulo (2004), de Donald Pierson (1972) e Monteiro (2013 [1962]). Destacamos ainda as contribuições contemporâneas de Vargas (1999), Souza (2011, 2013, 2018) e Chagas (2014).

A escolha do uso de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados se deu pelo caráter aberto desse tipo de técnica, já que, de modo geral, elas permitem ao pesquisador “tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, explorando-os em profundidade” (ALVES-MAZZOTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 168). Nesse tipo de técnica, pesquisador e entrevistado se colocam de maneira menos formal, sendo normalmente iniciada por conversação, conhecimento e reconhecimento do ambiente e da vida dos sujeitos.

Quanto ao roteiro da entrevista semiestruturada (Apêndice A), ele foi direcionado levando-se em consideração os objetivos da pesquisa, bem como as questões norteadoras. Para isso, subdividimos em nove seções específicas, todavia ressaltamos que essa ordem nem sempre é seguida de modo fechado e linear. Assim, buscamos: i) levantar o perfil do entrevistado; ii) contextualizar a linha do tempo da vida dos sujeitos; iii) formas de convivialidades com o rio e iv) convivialidades com o sertão.

Na sequência, delineamos o roteiro com um conjunto de questões abertas voltadas para o entendimento das relações de pertencimento, quais sejam: v) pertencimento/sentimentos com o rio; vi) pertencimento/sentimento com o sertão – o que é o sertão?; vii) ciclo da vida; viii) perspectivas de futuro e ix) identidade/enraizamento. Esse conjunto de questões constituiu nossas bases para a construção da pesquisa, assim como para

o direcionamento do olhar em campo e para a apreensão dos fenômenos postos pelas percepções *in loco*. Esse modo de organização das entrevistas nos permitiu atentar para a construção e o entendimento das convivialidades, sobretudo por nos permitir um desvelamento das relações simbólico-materiais que se estabelecem no cotidiano.

Ainda assim, a caderneta de campo constituiu importante instrumental, associado à coleta de dados, à sistematização e à organização do raciocínio durante e após o campo. Na caderneta, são registradas, além de informações básicas, expressões corporais, emoções e contatos que nem sempre são passíveis de serem apreendidos em relação às gravações de áudio e aos demais instrumentais no decurso da entrevista. A respeito do diário [caderneta] de campo, Venâncio e Pessoa (2009, p. 319) ressaltam sua importância na “reconstrução da história do lugar, na descrição da paisagem, no registro dos dialetos mais comuns, nos festejos e nas vivências”.

Quanto à observação não participante, é importante evidenciar que “não é de natureza desse procedimento, a interação ou a vivência comprometida, mas apenas a observação meticulosa e rigorosa dos fenômenos a ser observado ou compreendido” (SOUZA, 2013, p. 103). Nesse tipo de procedimento, o pesquisador apenas observa, sem necessariamente se inserir na vivência comunitária. As observações realizadas no desenvolvimento dos trabalhos de campo foram norteadas pelo roteiro de entrevistas e por um roteiro próprio de observação (Apêndice B).

Em virtude da dimensão do fenômeno objeto de estudo, e levando em consideração questões relativas ao tempo da pesquisa, ao objetivo almejado e planejado, às estruturas de desenvolvimento de jornadas/trabalhos de campo e à tipificação da pesquisa – nesse caso, pesquisa de abordagem qualitativa –, procuramos definir, no universo empírico de análise do Sertão do Baixo Rio São Francisco, um grupo de sujeitos para a pesquisa, aos quais, aportados em Turato (2003, p. 351-352), denominamos “amostra de sujeitos, constituindo assim um subconjunto do universo”.

Para a definição dos sujeitos da pesquisa, buscamos a amostragem por variedade de tipos, um “processo de seleção que se dá segundo o arbítrio e o interesse científico do pesquisador, cuja resolução, no entanto, embora definida como livre eleição [...], deve vir acompanhada de suas justificativas junto ao projeto” (TURATO, 2003, p. 365). Esse tipo de amostragem deve apresentar como principal característica ao menos uma variável comum entre todos os sujeitos escolhidos, ou seja, “a característica-chave que os une é o próprio tema do trabalho” (TURATO, 2003, p. 365). Assim, a constituição dos sujeitos da pesquisa está

representada no fluxograma (Figura 1), em que a vivência com o rio é o elemento definidor do processo da amostragem.

Figura 1: Características-chave na definição dos sujeitos da amostra



Organização: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

A justificativa para esse tipo de definição de amostragem recebe, também, respaldo de Triviños (1987, p. 132), ao demonstrar que “a pesquisa qualitativa, de fundamentação teórica fenomenológica, pode usar recursos aleatórios para fixar a amostra. [...]. Porém, não é, em geral, preocupação dela a quantificação da amostragem”. De modo geral, existe um consenso de que essa escolha deva ser sempre justificada e que nela devam existir sempre características que possam ser definidoras do grupo escolhido.

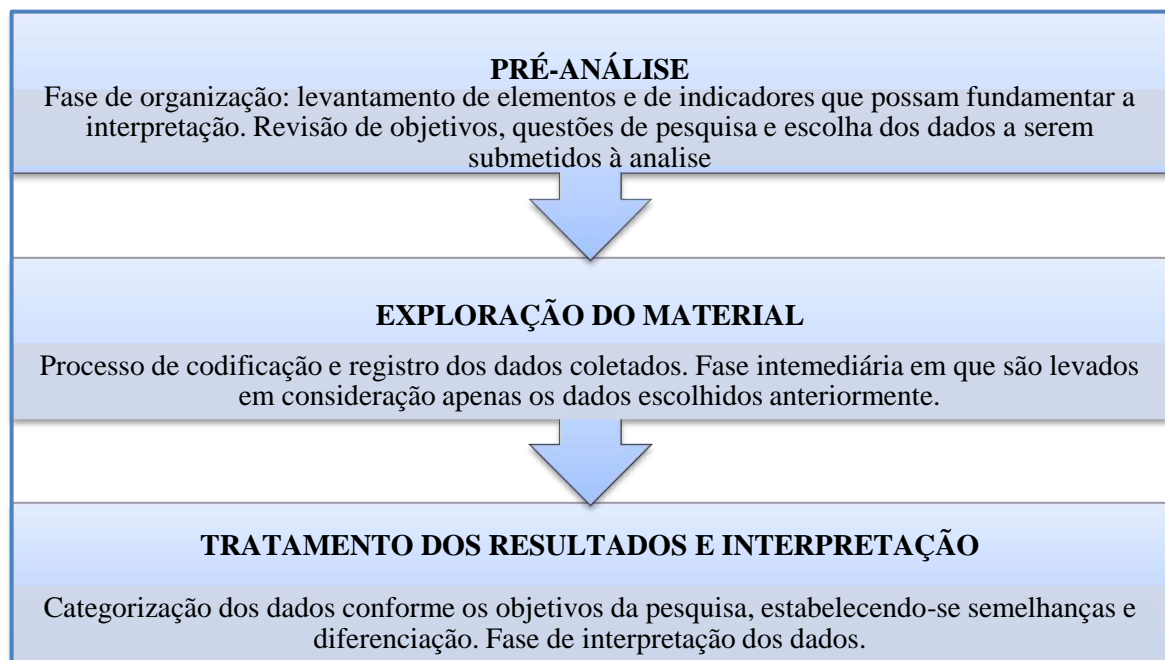
No que concerne aos trabalhos de campo e à aplicação das entrevistas semiestruturadas, foram desenvolvidos em quatro momentos/jornadas, entre outubro de 2018 e junho de 2019. É importante ressaltar que, além das entrevistas formais, também foram registradas anotações embasadas em conversas informais de sujeitos informativos. Estes foram responsáveis, sobretudo, pela indicação de pessoas que constituíram a amostragem. Essas indicações apontaram quase sempre para sujeitos de maior vivência com o rio e que sempre residiram nos povoados, nas comunidades e nas sedes municipais estudados.

Para a análise dos dados da pesquisa, fizemos uso da técnica da análise de conteúdo, que é possível de ser utilizada tanto em pesquisas de abordagens qualitativas quanto quantitativas, podendo ser adaptada a diferentes realidades de acordo com os objetivos da

pesquisa e do pesquisador. Para isso, além da descrição das entrevistas semiestruturadas, elaboramos uma matriz cartográfica (Apêndice D) com as principais informações descritas no momento das entrevistas, associadas ao contexto da organização da paisagem local.

Esse tipo de conteúdo – matriz – tem sua significação assinalada pela possibilidade da realização de análises sequenciais dos dados tabulados e, além disso, possibilita fácil entendimento e visualização do conteúdo, pois faz uso de recursos visuais passíveis de simples apreensão. A análise do conteúdo foi desenvolvida em três etapas (Figura 2), conforme a proposta apresentada por Bardin (1977).

Figura 2: Etapas de Análise do Conteúdo



Fonte: BARDIN, 1977.

Elaboração: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

Na pesquisa, a dimensão da amostra está respaldada na aplicação de quarenta e duas (42) entrevistas; destas, vinte (20) foram desenvolvidas no estado de Alagoas e vinte e duas (22) no estado de Sergipe. O perfil dos entrevistados com destaque para a faixa etária é apresentado no quadro 1, a seguir, com maior representatividade dos sujeitos com idade superior a quarenta e seis (46) anos. No grupo de menor representatividade, estão aqueles cuja faixa etária corresponde a menos de vinte (20) anos de idade, correspondendo a dois entrevistados.

Quadro 1: Perfil dos Entrevistados

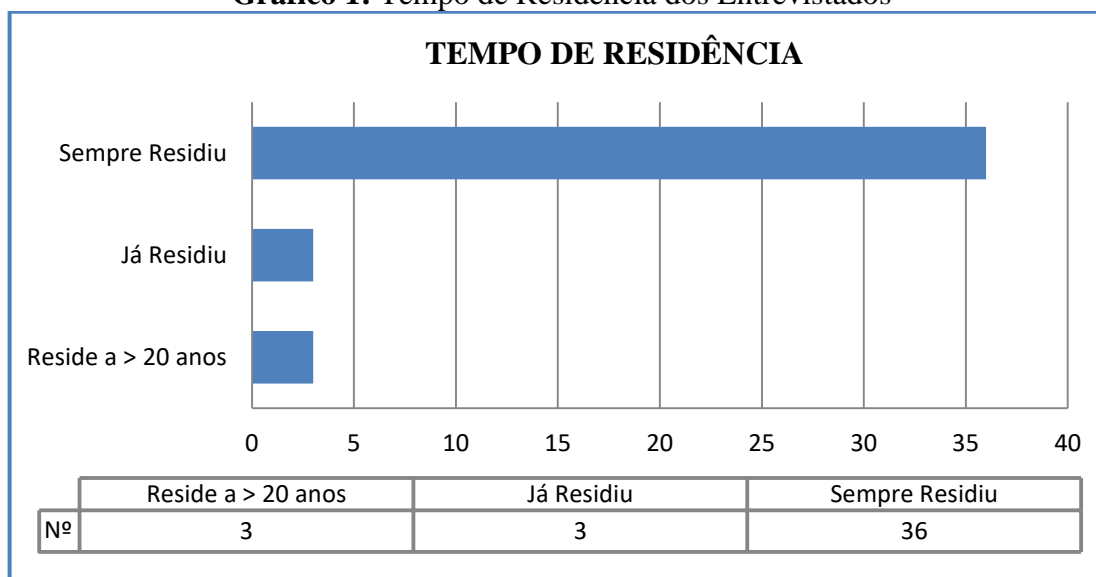
Entrevistado	Gênero	Faixa Etária	Característica Social/Profissional	Localidade
3	Masculino	< de 20	Estudante/Militante	Mocambo/SE
8	Masculino	< de 20	Estudante	Bonsucesso/SE
17	Feminino	21 - 45	Serviços domésticos	Piranhas/AL
20	Feminino	21 - 45	Serviços domésticos	Curralinho/SE
27	Feminino	21 - 45	Serviços domésticos	Jacobina/AL
28	Feminino	21 - 45	Serviços domésticos	Ilha do Ouro/SE
38	Feminino	21 - 45	Serviços domésticos	Bode/AL
24	Masculino	21 - 45	Pescador / Agricultor	Cajueiro/SE
31	Masculino	21 - 45	Pescador / Agricultor	B. do Ipanema/AL
40	Masculino	21 - 45	Pescador / Agricultor	Rabelo/AL
4	Masculino	21 - 45	Pescador/servidor público	Niterói/SE
12	Masculino	21 - 45	Bicos/serviços diversos	Ilha do Ferro/AL
13	Masculino	21 - 45	Bicos/serviços diversos	Ilha do Ferro/AL
11	Masculino	21 - 45	Garçom	C. de São Francisco/SE
14	Masculino	21 - 45	Garçom	Piranhas/AL
21	Masculino	21 - 45	Chacareiro/Veranista	Cajueiro/SE
26	Masculino	21 - 45	Servidor público	Gararu/SE
16	Masculino	46 – 60	Pescador/agricultor	C. de São Francisco/SE
18	Masculino	46 – 60	Pescador	Piranhas/AL
19	Masculino	46 – 60	Pescador/agricultor	Curralinho/SE
29	Masculino	46 – 60	Pescador/agricultor	B. Ipanema/AL
32	Masculino	46 – 60	Pescador/agricultor	Escurial/SE
33	Feminino	46 – 60	Pescador/agricultor	Escurial/SE
37	Masculino	46 – 60	Pescador/agricultor	Rabelo/AL
39	Feminino	46 – 60	Pescador/agricultor	Bode/AL
2	Feminino	46 – 60	Serviços domésticos	Mocambo/SE
5	Feminino	46 – 60	Servidor público	Pão de Açúcar/AL
1	Masculino	46 – 60	Pescador/servidor público	Niterói/SE
23	Feminino	46 – 60	Serviços domésticos	Cajueiro/SE
7	Feminino	46 – 60	Servidor público	Bonsucesso/SE
25	Masculino	46 – 60	Professor/servidor público	Gararu/SE
15	Masculino	46 – 60	Presidente de associação	C. de São Francisco/SE
22	Masculino	46 – 60	Bicos/serviços diversos	Cajueiro/SE
10	Masculino	> de 60	Serviços domésticos	Ilha do Ferro/AL
35	Feminino	> de 60	Serviços domésticos	Bode/AL
36	Feminino	> de 60	Serviços domésticos	Tambaú/AL
6	Masculino	> de 60	Pescador/agricultor	Mocambo/SE
34	Masculino	> de 60	Pescador/agricultor	Rabelo/AL
30	Masculino	> de 60	Agricultor	B. do Ipanema/AL
41	Feminino	> de 60	Servidor público	Aracaju/SE
42	Masculino	> de 60	Servidor público	Aracaju/SE
9	Masculino	> de 60	Artesão	Ilha do Ferro/AL

Fonte: Trabalho de Campo, 2018-2019.
 Organização: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

Os sujeitos componentes da amostra se caracterizam, sobretudo, por pescadores, barqueiros, pequenos agricultores – lavradores –, artesãos, donas de casa, proprietários de bares às margens do rio, trabalhadores voltados ao público do turismo e do lazer que residem ou sustentam interação direta com o rio e, também, aposentada e pensionista. Em menor proporção, obtivemos acesso ainda a líderes de associação comunitária de moradores, presidente de colônia de pescadores, secretário municipal, professores e estudantes locais. Ao construir a amostra, buscamos apreender a percepção não apenas de pescadores, mas dos diferentes sujeitos que adensam o rio São Francisco e que dele sobrevivem ou com ele possuem algum tipo de ligação, seja ela afetiva, de pertencimento, material ou simbólica.

De modo detalhado, o Gráfico 1 evidencia uma relação temporal da vivência dos entrevistados com o lugar, sendo a faixa etária a característica definidora dessas vivências. Ainda assim, essas características demonstram a eficácia da amostragem por variedades de tipos e de livre escolha, fornecendo ao pesquisador bases necessárias para a devida análise.

Gráfico 1: Tempo de Residência dos Entrevistados



Fonte: Trabalho de Campo, 2018-2019.
Organização: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

A análise do gráfico revela que na pesquisa os entrevistados, em sua maioria, estão classificados no grupo dos que sempre residiram no local. Isso posto, essa característica proveu respaldo para desvelar as percepções e as relações de pertencimento para com a realidade. O grupo dos que já residiram no local constitui importante especificidade na pesquisa, pois revela os laços de pertencimento e as territorialidades que aqueles mantêm junto ao lugar de origem, de nascimento.

Em comparação, o quadro 1 demonstra que, dos entrevistados da pesquisa, apenas dois sujeitos possuem menos de vinte anos. Estes, por definição, são estudantes e, no gráfico do tempo de residência, compõem o grupo daqueles que sempre residiram nas localidades/no rio. Nessa acepção, percebemos que, na amostra da pesquisa, formada por quarenta e duas (42) pessoas, nenhuma delas reside no ou tem vivência com o rio em período inferior a vinte anos.

Não obstante, ressaltamos que o quantitativo de entrevistas realizadas não está associado com a tentativa de elencar um número considerável de sujeitos, mas sim de buscar compreender as relações que se estabelecem em todo o recorte empírico da análise por intermédio da percepção. Por esse motivo, a aplicação das entrevistas não levou em consideração dados demográficos e estatísticos das localidades visitadas.

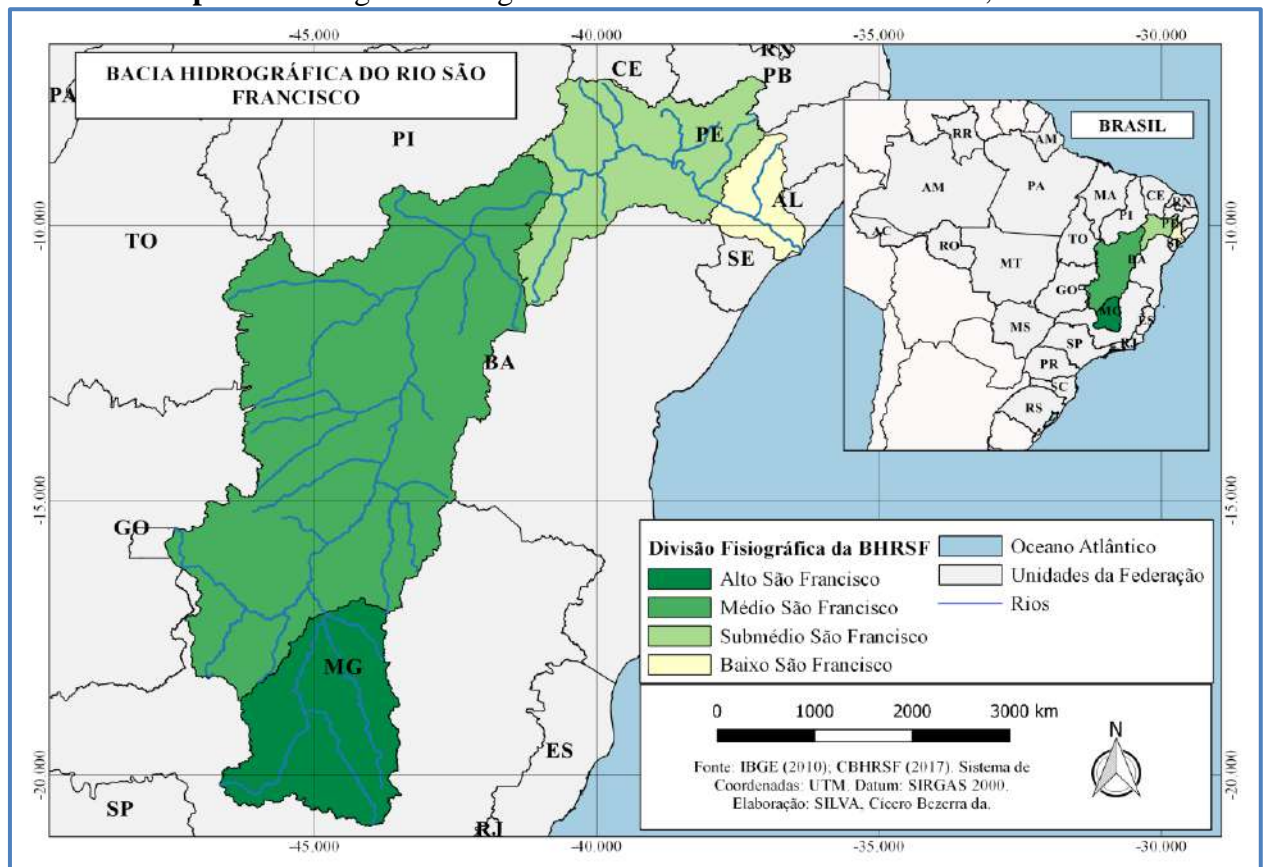
1.3 Campo empírico da análise

Ao propor uma pesquisa, sem dúvidas, um dos primeiros desafios consiste em definir a escala e o recorte empírico da análise. Esse desafio se dá não pela dificuldade de se “encontrar” um *locus*, mas pela necessidade de buscar escalas que deem visibilidade e sentido ao fenômeno, permitindo a apreensão da realidade que se pretende analisar. Para além de um recorte territorial, buscam-se, também, elementos que possibilitem o delineamento e os caminhos necessários à apreensão dos sujeitos que integram a pesquisa.

O rio São Francisco, pensado em sua totalidade, no conjunto da bacia hidrográfica, abrange 7,5% do território brasileiro, cerca de 639.219 km², banhando o território de 504 municípios que se distribuem entre as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste do país. O rio Principal – o São Francisco – nasce no estado de Minas Gerais e flui na direção sul-norte, com confluência no oceano Atlântico entre os estados de Alagoas e Sergipe, totalizando extensão de 2.700 km. O mapa 1 mostra a rede de drenagem do rio São Francisco e seus afluentes, apresentados por Donald Pierson (1972), na obra *O Homem no Vale do São Francisco* (Tomo I), publicada pelo então Ministério do Interior e pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE).

Segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (2018), a bacia hidrográfica está compreendida entre sete unidades da federação: Bahia, 48,2%; Minas Gerais, 36,8%; Pernambuco, 10,9%; Alagoas, 2,2%; Sergipe, 1,2%; Goiás, 0,5% e Distrito Federal, 0,2%. E, para fins de planejamento, é subdividida em quatro sub-regiões hidrográficas (Mapa 2): Alto São Francisco, 111.804 km²; Médio, 339.763 km²; Submédio, 155.637 km² e baixo rio São Francisco, 32.013 km².

Mapa 2: Sub-regiões hidrográficas da bacia do rio São Francisco, 2019



Fonte: CBHRSF, 2017.

Elaboração: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

O alto curso constitui a área de nascentes na Serra da Canastra/MG e se alonga até a cidade de Pirapora, também em Minas Gerais. O médio curso se estende daquela cidade até Remanso, no estado da Bahia, apresentando como área limítrofe o lago de Sobradinho; o submédio curso do rio São Francisco compreende o recorte que se entremeia de Remanso até Paulo Afonso/BA e, por fim, o baixo curso, que se alonga de Paulo Afonso à foz, na divisa dos estados de Alagoas e Sergipe (AGUIAR NETTO et al, 2011; CBHRSF, 2018).

Para Pierson (1972, p. 37), a subdivisão do rio São Francisco em quatro partes pode ser caracterizada como sendo “1) a faixa das cabeceiras; 2) o verdadeiro coração do São

Francisco; 3) a faixa das corredeiras e cataratas; e 4) a faixa virtualmente ao nível do mar”. Essa regionalização, assim, leva em consideração as características da base física do rio, a localização dos principais afluentes e o uso que se atribui ao ambiente (PIERSON, 1972).

Isso posto, essas características contribuem para a denominação atribuída ao rio pelas políticas de governo da primeira metade do século XX, a saber, “Rio da Integração Nacional”, por constituir um canal de ligação entre as diferentes regiões do país.

Para além das pautas de governo, o rio São Francisco não é apenas ou tão somente o rio que liga uma região a outra, um rio transfronteiriço entre regiões e estados do país. Trata-se, pois, de um rio-lugar habitado e vivido em profundidade pelos povos que em suas margens habitam e resguardam identidades e culturas, modos de saber e de fazeres responsáveis por significarem o rio e suas terras num retrato “vivo” da cultura e do povo brasileiro.

Não sou³ apenas um rio que integra os vários Brasis. Sou o rio que possibilitou a ocupação dos grandes sertões brasileiros, o rio que direcionou grande parte da história de um país, o rio que guardou ciosamente os hábitos, os costumes e as tradições dos três povos formadores de nossa nacionalidade, o rio que ajudou a desenhar uma nação. Sou mais ainda: uma verdadeira civilização, a civilização barranqueira, multicolorida, multifacetada, multicultural, multiétnica, única em todo o mundo (CHAGAS, 2014, p. 32).

A diversidade cultural do vale do rio São Francisco é moldada pela diversidade de tipologias identitárias que enaltece os diferentes povos. São indígenas e quilombolas (CHAGAS, 2014); vazanteiros e barranqueiros (ALMEIDA, 2008); caboclos, geraizeiros, veredeiros e chapadeiros (CUNHA; BORGES, 2013); ilheiros (SOUZA, 2011, 2013); beradeiros (SILVA; VARGAS, 2019), entre tantos outros. São, em geral, ribeirinhos, ribeirinhos de montante e jusante, mas com identidades e modos de ser que lhes são singulares.

Dada a dimensão territorial da bacia, esta é marcada por um mosaico de características sociais e ambientais, contemplando fragmentos de diferentes domínios vegetais como Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e demais vegetações típicas de áreas costeiras/litorâneas. Os domínios do cerrado e das caatingas são os mais influentes e recobrem a maior área territorial da bacia. O primeiro compreende o estado de Minas Gerais e parte do estado da Bahia (oeste e sul baiano); o segundo, de influência semiárida, recobre

³ A obra *Eu Sou o Rio São Francisco*, de Ivo das Chagas (2014), é narrada em primeira pessoa com intenção de “dar voz” ao rio ou, na fala do próprio autor, “dar a palavra ao próprio rio”.

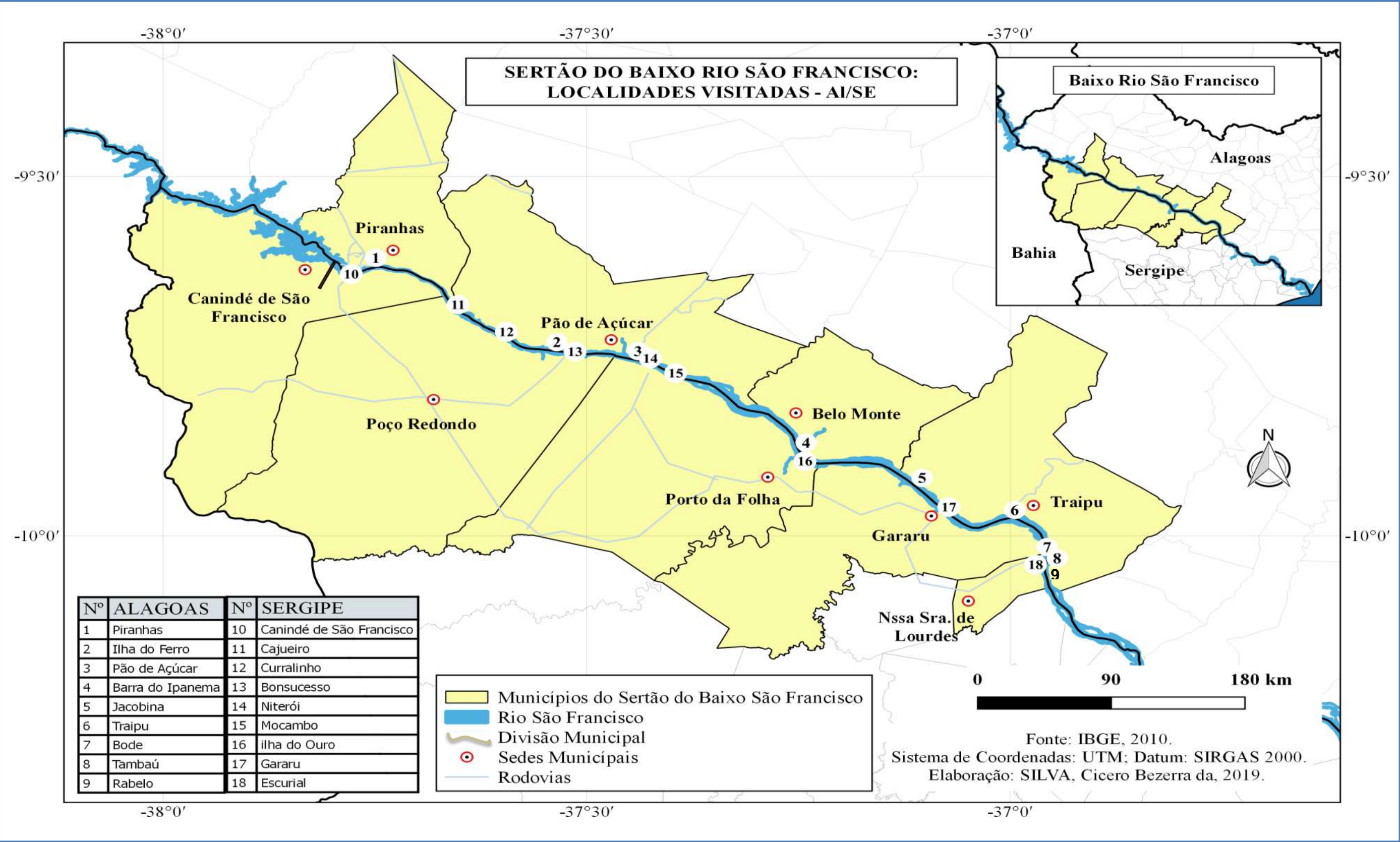
vastas extensões de terras dos estados da Bahia e de Pernambuco e parte dos estados de Alagoas e Sergipe.

Na bacia do rio São Francisco, a área sob a influência semiárida e que foi originalmente recoberta pelas caatingas corresponde a 58% de seu total da bacia (CBHRSF, 2018). Essa região está inserida no Polígono das Secas para efeitos das políticas de governo e representa a área de maior vulnerabilidade social da bacia, com média pluviométrica anual igual ou inferior a 800mm (SUDENE, 2018). É por esse motivo que o rio São Francisco é, também, chamado de “artéria do sertão”, pois, segundo Ab’Saber (1999, p. 13), “é o único rio que mantém sua correnteza através dos sertões, com águas trazidas de outras regiões”.

Do universo do vale do rio São Francisco e do sertão semiárido, tomamos como amostra e referência empírica para a pesquisa a área que compreende o baixo curso. Para tanto, para fins de representação, nos detemos ao recorte territorial inserido no domínio das terras semiáridas localizadas à jusante do lago da usina hidroelétrica de Xingó, entre os estados de Alagoas e Sergipe, a qual denominamos Sertão do Baixo Rio São Francisco. Essa escolha se deu por alguns fatores, dentre os quais destacamos: i) a ausência de estudos dessa natureza no referido ambiente; ii) é um espaço de profunda interação do homem com a base física, tanto do rio quanto do sertão semiárido; iii) é uma área culturalmente instigante, sobretudo no que se refere aos modos de vida e à maneira como o rio se apresenta na mediação simbólico-material dos povos, e iv) é um espaço de fronteira na mediação simbólico-material, uma vez que a paisagem enquanto marca e matriz revela dois tempos, um dos “de dentro” e outro dos “de fora”.

A apreensão dos sujeitos da pesquisa se deu, de modo mais específico, nos povoados, nas sedes municipais e nas localidades inseridas nas terras de rio e beira-rio em ambas as unidades da federação. Na margem alagoana, foram realizadas visitas nos municípios de Piranhas, Pão de Açúcar, Belo Monte e Traipu. Em Sergipe, detivemo-nos às localidades inseridas nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes (Mapa 3). Todos esses municípios estão inseridos no domínio do Sertão Semiárido do Baixo Rio São Francisco.

Mapa 3: Sertão do Baixo Rio São Francisco - Alagoas/Sergipe: localidades visitadas, 2018-2019



Fonte: IBGE, 2010.
Elaboração: SILVA, Cicero Bezerra da, 2019.

A denominação atribuída à área empírica da análise – Sertão do Baixo Rio São Francisco – se deve, sobretudo, por essas localidades estarem inseridas no domínio das terras semiáridas e serem margeadas em sua totalidade pelo rio São Francisco. Além disso, apresentam em ambas as margens um perfil fisiográfico, socioeconômico e cultural associado ao rio e ao domínio semiárido das caatingas.

Em Alagoas, essas localidades estão distribuídas por entre três regiões de planejamentos do estado que foram instituídas como instrumento de planejamento e gestão governamental. São elas: região do Alto Sertão, onde está localizado o município de Piranhas; Região do Médio Sertão, onde está localizado o município de Pão de Açúcar e demais localidades visitadas, e Região do Agreste, onde se encontram os municípios de Belo Monte e Traipu, com suas respectivas localidades.

Na margem sergipana, todos os municípios estão inseridos no Território de Planejamento do Alto Sertão Sergipano, que, além de contemplar os municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes e as respectivas comunidades visitadas, agrega ainda os municípios de Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre de Sergipe.

A justificativa para desenvolver a pesquisa entre as duas margens do rio São Francisco parte do entendimento de que não existe, sob a abordagem humanista e cultural, uma região ribeirinha alagoana ou sergipana, o que ocorre é uma região ribeirinha sanfranciscana, caracterizada por territorialidades diversas que se vinculam pelo rio e pelo sertão semiárido, e isso ocorre de forma independente dos limites cartesianos politicamente estabelecidos. As análises concernentes ao universo humanista e cultural se pautam na significação dos fenômenos e nos sentidos que estes têm para os sujeitos, sem, para tanto, haver preocupação com a definição e a demarcação exata de escalas específicas. Assim, nossa preocupação está remetida à escala do fenômeno.

O que pretendemos afirmar aqui é que o ato de definir como amostra de análise um único povoado ou comunidade no baixo rio São Francisco poderia levar ao risco de nivelar as experiências do ribeirinho, bem como fragmentar seu espaço de vida, de trabalho e de lazer. O rio tornou-se lugar, lugar da vida. Os povoados e as comunidades fazem parte desse lugar, dele são constituintes.

CAPÍTULO II: SERTÃO DAS GENTES E DAS ÁGUAS



Fotografia: SILVA, Cicero Bezerra da, 2019.

“No sertão, é como se a vida fosse algo de mais urgente. Processa-se ali como que um reencontro com a nossa natureza verdadeira.”

Edyla Mangabeira Unger (1978)

2.1 Sertão, sertões e sertanejos

O sertão é, simultaneamente, singular e plural, é um e é muitos, é geral e específico, é um lugar e um tempo, um modo de ser e um modo de viver, é o passado sempre presente, o fora do tempo, o que não está nunca onde está (SENA, 1998, p. 23).

No contexto do pensamento social brasileiro, diversas foram as formas de interpretação dos sentidos de sertão. Essa diversidade faz-nos partir da premissa de que existem tantos sertões quanto são os sertanejos. Sertão plural de sentidos e significados ambivalentes, moldado(s) no decurso histórico, no imaginário, na cultura e nas representações sociais que emergiram, sobretudo, da dualidade de olhares expressa pela busca da apropriação e do desvelamento do espaço desconhecido – as terras interiores – em contraponto ao litoral “civilizado”.

Para Lopes (2012, p. 353), “ao tomar o sertão como lócus de estudo, é importante lembrar que a existência do sertão requer, impreterivelmente, a existência dos sertões”. Ou seja, o entendimento de que o sertão se constitui “por múltiplas relações sociais, culturais, econômicas e políticas [que] embrincam-se e conjugam diferentes lógicas e modos de ser, viver, sentir e pensar que fazem do sertão o lugar dos sertões” (LOPES, 2012, p. 353-354). Mais ainda, a compreensão da pluralidade dos sentidos de sertão está associada também ao “encontro” do sertanejo ou, de outro modo, do homem que ocupa o sertão. Assim, cada sertão demanda a existência de sertanejos, de sujeitos que se qualificam – os de dentro – ou são qualificados – pelos de fora – enquanto tais.

O termo sertão revelado pela literatura tem sido usado desde a chegada dos primeiros portugueses às terras que hoje constituem o Brasil (RODRIGUES, 2002; ALMEIDA, 2003, 2018; FERREIRA, 2004; IBGE, 2009). E um dos primeiros registros de uso do termo consta na Carta de Pero Vaz de Caminha:

De ponta a ponta é toda praia...muito chão e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terras e arvoredos – terra que nos parecia muito extensa. (CAMINHA, 2007, p. 24, grifo nosso).

Nessa carta o sentido de sertão foi utilizado como um substantivo de denominação para a vastidão do espaço que naquele momento se apresentava aos que o enxergavam. Vastidão e espaço do desconhecido eram, portanto, sinônimos de sertão, que, mais tarde, viera a ser entendido como o espaço a ser desbravado, explorado e usado.

No período concernente ao Brasil colônia, o entendimento de sertão não se distanciou daquele inerente ao “descobrimento”. Todavia, ele foi caracterizado pela dualidade do litoral com as terras interiores. Por ser a zona litorânea o marco zero do processo de colonização e, conseqüentemente, da ocupação, onde se concentraram os núcleos habitacionais e as primeiras atividades extrativistas (econômicas) da então colônia, o litoral era tido como o espaço da “civilização”. Paradoxalmente, tudo aquilo que se distanciava do litoral foi adjetivado como sertão. Por esse modo de ver, o Brasil era um grande sertão. Ou, fazendo uso das palavras de Rosa (1988, p. 203), “o sertão está [estava] em toda parte” (inserção nossa).

Se a existência de sertões incorre na existência de sertanejos, como considerado por Lopes (2012), eram considerados sertanejos os homens de modo de vida “simples” que adensavam o interior do país e estavam espacializados na vastidão das terras afastadas da linha litorânea. Holisticamente e considerando o pensamento de Oliveira (1998, p. 198), o sertão, “para o habitante da cidade, aparece como espaço desconhecido, habitado por índios, feras e seres indomáveis”. De outro modo, “para o bandeirante, era interior perigoso, mas fonte de riquezas. Para os governantes lusos das capitanias, era exílio temporário. Para os expulsos da sociedade colonial significava liberdade e esperança de uma vida melhor” (OLIVEIRA, 1998, p. 198).

Esses apontamentos são delineadores da dualidade de olhares dos que qualificam e dos que são qualificados, e é essa a principal característica dos sentidos de sertão que se entremeiam do período do processo de colonização até o início do século XX. Nessa acepção, sertão é sinônimo de atraso, espaço habitado por povos bárbaros que viviam nos ritmos da natureza e que não dispunham de traços do europeu colonizador. Nesses sertões, habitavam mestiços, negros, índios e demais homens que se aventuravam para o interior. Eles eram os sertanejos.

A esse respeito, as contribuições de Moraes (2003) nos suscitam a compreensão de que o sentido de sertão passou a ser utilizado “[...] na caracterização de áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente [in]formal. No geral [sic] utiliza-se o termo sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada” (MORAIS, 2003, p. 14). Essa seria, então, uma designação de indução e atribuição ao domínio territorial em que estão envolvidas não apenas a qualificação de locais, mas também sua apropriação. Logo,

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferentes lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos

históricos – a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Em fim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a materialidade reinante e os interesses vigentes nesse processo (MORAIS, 2003, p. 13).

Por serem sertão e sertanejo condições impostas a determinados espaços, grupos e/ou sujeitos (MORAIS, 2003) e impregnadas nos discursos, o sertão representa uma adjetivação valorativa que qualifica lugares. Uma qualificação associada entre os “de dentro” e os “de fora”, em que a superação do sertão consiste no alcance da “civilização” e na inserção desses lugares e sujeitos integrados e conectados aos moldes da sociedade colonial e, mais tarde, da sociedade urbana.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), a percepção de sertão também esteve amplamente incorporada à atividade mineradora que se desenvolveu, sobretudo, no século XVIII, tendo se desenhado grandes conflitos pelo controle e pela exploração das terras no interior do país. Naquele momento, o sertão era tido como terras sem lei. Esse entendimento se direciona para o pensamento expresso por Moraes (2002-2003) ao definir o sertão como os espaços de controle e soberania incertos.

Para além da ideologia da dominação e da qualificação do sertão enquanto oposição ao litoral e aos espaços longínquos e idealizados como atrasados, Almeida (2018 [2003]) enseja apontamentos para uma reflexão que concebe o sertão por dois delineamentos. Primeiramente, “uma visão elaborada pelos de ‘fora’, viajantes e cronistas cujas narrativas destinavam-se a saciar a curiosidade de outros e a ensinar o que havia no Brasil [...]”. Em seguida, “os sertões como lugar, espaço de experiência e vivência dos sertanejos, os de ‘dentro’” (ALMEIDA, 2018, p. 140), associado às representações simbólicas e materiais ligadas aos modos de vida e às relações que se estabelecem entre o homem e seu espaço-natureza.

A imagem e os sentidos de sertão elaborados pelos viajantes e cronistas levavam em consideração a leitura da paisagem e o desconhecimento das especificidades do espaço, associado ao imaginário e às próprias concepções, aos interesses e às ideologias de quem percorria o interior do Brasil, o grande sertão. O olhar dos cronistas e romancistas, menos estrangeiro que o olhar dos viajantes, buscava uma descrição profunda das características dos sertões brasileiros, em particular da paisagem. Deve-se a esse olhar a inserção das concepções da cultura e dos modos de vida que se levavam nos sertões, momento em que a cultura sertaneja passou a ser considerada.

Decerto, ambas as leituras do sertão, seja dos viajantes ou dos cronistas, são remetidas à ideia de natureza e de homens rústicos, um espaço, um lugar, um mundo e um tempo desconhecidos, sempre permeados de aventuras e de experiências míticas, simbólicas e materiais. O que se percebe, mesmo nas literaturas de cunho regionalista, é a sobreposição de sertões que ora são espaços, ora são lugares ou mesmo sertões como espaço-lugar. O espaço é amplitude, e a liberdade, o lugar, por existir em “diferentes escalas” (TUAN, 2013, p. 183), é a segurança, o sentido das vivências, o relacionamento e o apego ao sertão com suas paisagens, suas feições, seus mistérios e suas míticas.

Um olhar atento nos revela, ainda, que o sertão ou, sobremaneira, os sertões são espaços-lugares, também, de repulso/topofóbicos em que a permanência humana é realizada mediante a luta pela sobrevivência dadas as condições naturais do ambiente. A esse sertão são incorporadas as especificidades regionais das secas periódicas do Nordeste em que se ideologiza a construção da imagem do sertão seco, do sertão semiárido tão amplamente difundido. É por essa perspectiva que a ideia das secas regionais, das privações humanas e da aspereza das caatingas é incorporada ao sentido de sertão. Acerca dessas representações sertanistas, destacamos as contribuições de Euclides da Cunha (1979), Ariano Suassuna (1977), Rachel de Queiroz (1981) e Graciliano Ramos (1970), dentre outros.

Espaço e lugar, atração, enraizamento e repulsa, todos esses são elementos que constroem e desvelam a imagem do sertão. Ao considerar a topofilia, “o sentimento como lugar”, Tuan (2012, p. 161) acredita que o meio ambiente, a natureza que envolve o homem “pode não ser a causa direta da topofilia, mas oferece o estímulo sensorial que, ao rigor como imagem percebida, dá formas às nossas alegrias e ideias”. Assim, a construção do sertão como lugar está assentada nas experiências humanas com o ambiente, o resultado de sentimentos, sensações e valores que se constroem pela imagem do lugar e pelos símbolos. Nessa acepção, o sertão é um espaço humanizado.

Em *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*, Tuan (2013, p. 200) é enfático ao afirmar que “muitos lugares, altamente significantes para certos indivíduos e grupos [...] são conhecidos [apenas] emocionalmente”. Paralelo a isso, traçamos a compreensão de que os sentidos de sertão como lugar são conhecidos emocionalmente; um lugar que é o próprio mundo do sertanejo, moldado de recordações e sentimentos fruto das existências. Esse conhecimento do sertão pela apropriação simbólico-expressiva como lugar e sem um respaldo territorial específico é apreendido em Rosa (1985, p. 289): “[...] que eu sou muito do sertão? Sertão: é dentro da gente”.

Se “o sertão é dentro da gente”, como apreendido na obra de João Guimarães Rosa (1985), ele é apreendido como um lugar em que não há dimensões específicas de serem traçadas. Ou seja, é uma imagem simbólica, uma criação, um retrato do próprio mundo vivido. O lugar sertão ou o sertão como lugar se constitui de “pausas no movimento. [...] e esse fato contribui para a intensidade de sentimento de lugar” (TUAN, 2013, p. 169).

Neste sentido, o sertão tem seu espaço humanizado em uma profundidade absoluta. Talvez indivisível, revelando em cada uma de suas paisagens ou de seus lugares os elementos representativos, de certa forma, de outros espaços, de outras experiências com o meio ambiente (LIMA, p. 1996, p. 169-170).

Essa concepção de sertão humanizado, embora busque respaldo material no ambiente, nas paisagens, não se distancia do sertão que é simbólico e das subjetividades que o definem e o afirmam. São percepções de um mundo e de um espaço que incorporam experiências, estereótipos e modos de vida.

Em *Capítulos da História Colonial*, Capistrano de Abreu (1998) dedica parte considerável de sua obra à compreensão dos sertões, voltando-se em específico para o processo de formação territorial como o próprio processo de formação do Brasil. O que se entende é o fato de que a compreensão dos sentidos de sertões se constitui na própria compreensão do território brasileiro e na constituição identitária de nossos povos. Os traços indígenas, a organização do espaço, o escravo e as trilhas do gado que insere a vida pastoril são as raízes dos nossos sertões, das nossas gentes.

As expressões da cultura, as especificidades da natureza e a organização do espaço de vida são os elementos que, entre tantos outros, delineiam a pluralidade das identidades sertanejas e favorecem a produção de territorialidades que se fazem por relações de uso e apropriação simbólica e material. Em particular, os domínios da caatinga e do cerrado se revelam como espaços em que os sentidos de sertão e de sertanejo se incorporam às paisagens, aos hábitos e aos modos de vida.

Ribeiro (1995), ao apresentar as raízes do Brasil Sertanejo, leva em consideração a base territorial formada pelo domínio vegetal das caatingas e por parte dos cerrados do Brasil central. Destaca que essas áreas do interior brasileiro conformam “[...] um tipo particular de população com uma subcultura própria, a sertaneja, marcada por sua especialização ao pastoreio [...] e por traços característicos identificando os modos de vida” (RIBEIRO, 1995, p. 340).

Nesse sentido, o sertão descrito na leitura antropológica de Ribeiro (1995) se revela por hábitos, costumes, tradições, religiosidade e, mais fortemente, pela figura do vaqueiro como protagonista da formação de uma sociedade pastoril. A relação com a terra, com o uso a ela atribuído, revela o enraizamento do sertanejo, mas também se dá por relações conflituosas de uso, exploração e subserviência. Ribeiro (1995, p. 363) acrescenta a isso a análise de que “esses condicionantes geram uma estreita dependência do sertanejo em relação ao latifundiário, operando como um mecanismo de consolidação do sistema”. Essas são características do sertão incorporadas pelo regionalismo do Nordeste Semiárido.



A propósito dos cerrados, Brandão (2003) o apresenta como estando “especializado” na região Norte do estado de Minas Gerais, o chamado Sertão dos Gerais ou Sertão Norte Mineiro. Esses sertões envolvem, também, o estado de Goiás, os sertões de dentro. Para Brandão (2003, p. 25), “as pessoas do cerrado diziam também ‘os gerais’, os ‘campos gerais’, ‘o sertão’, os sertões’. [...] Os sertões dos cerrados eram percebidos e seguem sendo sentidos como mundos sem fim”.

Desses sertões apreendidos por Abreu (1998), Ribeiro (1995) e Brandão (2003), o que se percebe é a ambivalência entre o conhecido e o desconhecido, entre o material e o simbólico. São concepções de sertões que se entremeiam entre espaço e lugar, entre as relações do vivido e do imaginário e, por último, entre caatingas e cerrados. Todavia, o fato mais elementar consiste na relação entre os homens, a terra e a cultura. Essa é a tríade formadora dos sertões das caatingas e dos cerrados gerais.

Pela cultura, pelos modos de vida e pela interação com a natureza, esses sertões, seja o das caatingas ou dos cerrados, congregam diferentes agrupamentos identitários territoriais (Quadro 2). São chamados ou identificados local e regionalmente como cerradeiros ou geraizeiros, catingueiros, barranqueiros ou vazanteiros, e, junto a esses, soma-se a multiplicidade de povos e comunidades tradicionais ribeirinhas, indígenas, quilombolas, entre outras que do mesmo modo são chamadas ou se identificam como sertanejas.

A descrição das características dos grupos identitários apresentados no quadro 2, embora superficial por não adentrar as especificidades deles, revela como os povos dos sertões em suas identidades múltiplas estão profundamente articulados à natureza e à representação social de seus territórios, dando-lhes singularidade pelas relações sociais, pela organização política e pelos simbolismos culturalmente produzidos.

Quadro 2: Sertões e sertanejos, grupos identitários e representação da paisagem

GRUPOS IDENTITÁRIOS	CARACTERÍSTICAS	REPRESENTAÇÃO DA PAISAGEM
Cerradeiros ou Geraizeiros⁴	Grupo bastante diverso e que ocupa a formação do domínio dos cerrados brasileiros e as formações que estão associadas aos planaltos e às encostas do Brasil central.	 <p>Cerrado, Brasil Central</p>
Caatingueiros⁵	Encontram-se na vastidão semiárida e das Caatingas do Nordeste brasileiro e do Norte de Minas Gerais, área denominada Polígono das Secas. De modo geral, a paisagem tem sido historicamente ocupada pela pecuária extensiva, vetor de adensamento para o interior.	 <p>Domínio das Caatingas, município de Poço Redondo/SE</p>
Barranqueiros e Vazanteiros⁶	Ocupantes de ilhas, barrancos e vazantes do rio São Francisco e de outros rios nortemineiros e do Nordeste do Brasil. Grupo profundamente articulado aos ritmos da natureza e, de tal maneira, aos ciclos das águas.	 <p>Barrancas do São Francisco, povoado Barra do Ipanema/AL</p>
Indígenas e Quilombolas⁷	Estes se caracterizam, sobretudo, pelos processos de resistência que vêm se dando desde os primórdios da colonização. Nos sertões, essas populações se adensam pela vastidão das caatingas e dos cerrados/gerais e ao longo das margens do rio São Francisco e de outros rios.	 <p>Comunidade Quilombola Mocambo, baixo São Francisco/SE</p>

Fonte: Trabalhos de campo, 2018-2019.
Organização: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

⁴ As referências a esses grupos aparecem, sobretudo, nos trabalhos de Almeida (2008^a, 2008b), Brandão (2013), De Paula e Cunha (2013).

⁵ Apresentados por Almeida (2008a, 2008b), Almeida e Vargas (1998) e Cunha (2013). Profundamente caracterizados nos trabalhos de Andrade (1986), Castro (1983), Ab'Saber (1999, 2003) e Ribeiro (1995).

⁶ Apresentados por Almeida (2008a, 2008b), Brandão (2013), Cunha (2013), Souza (2011, 2013). Fonte da figura: Trabalho de campo, 2019.

⁷ Apresentados por Cunha (2013) e Chagas (2014).

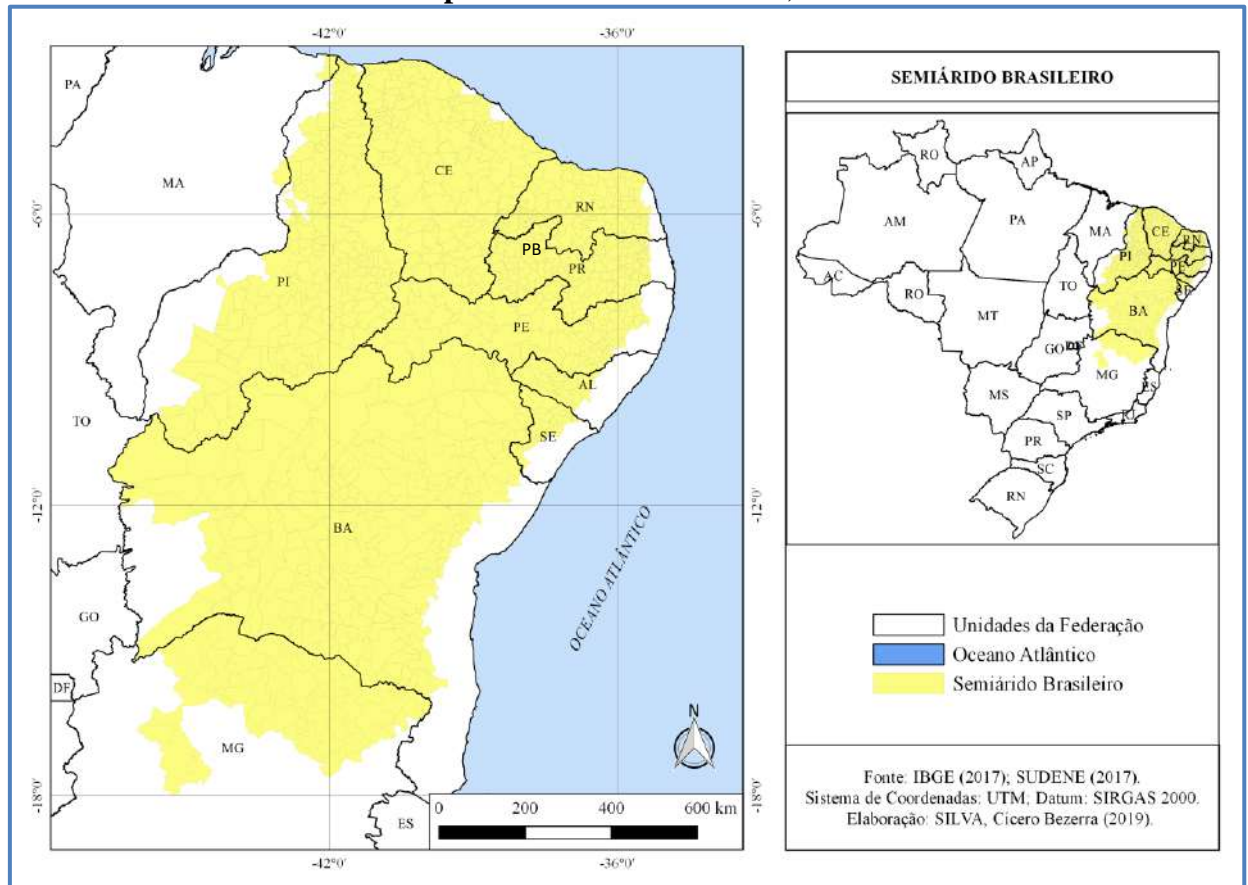
Ao contextualizar as representações constituintes de um dado território, Paula (2013, p. 24) considera que são essas representações o mecanismo basilar da “construção de uma identidade, de um modo de vida e de trabalho entre e com sujeitos plurais em espaços diversos”. Assim, a construção das identidades sertanejas, sob as tipologias apresentadas, leva em consideração a organização social e a dimensão da vida cotidiana, a saber, as práticas com a vegetação dos cerrados e das caatingas, os usos da terra e as formas de cultivo, os contos, os ciclos de trabalho e de festas comemorativas, enfim, a própria cultura.

No contexto do semiárido brasileiro, também chamado de sertão, o elemento mais característico é o regionalismo como delineador do ser sertanejo ou, de outro modo, do ser nordestino. A escassez hídrica contextualizada e a ocorrência de secas periódicas são os elementos que ganham maior visibilidade na constituição do sentido regional de sertão.

Nesse contexto, o semiárido brasileiro compreende o domínio das terras semiáridas, secas e subúmidas inseridas em todos os estados da região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e Norte de Minas Gerais (Mapa 4). Trata-se de um ambiente complexo, caracterizado pelos baixos níveis de precipitação e pela ocorrência do domínio das caatingas, vegetação endêmica que surge como resposta às adaptações climáticas e hidrogeomorfológicas da região, também como já mencionado, nomeada de Polígono das Secas.

Para além do elemento climático que tem caracterizado a região e, a desígnio, constitui uma das áreas secas mais populosas do planeta (AB’SABER, 1999; NASCIMENTO, 2013), o semiárido brasileiro apresenta em sua morfologia paisagística a interface do amálgama das relações humanas com a natureza.

A região semiárida do Brasil abriga cerca de 27.870.241 habitantes, distribuídos em 1.262 municípios, totalizando uma área de aproximadamente 1.128.697 km² que apresentam média pluviométrica anual igual ou inferior a 800mm anuais, segundo informações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE, 2017).

Mapa 4: Semiárido Brasileiro, 2019

Fonte: SUDENE, 2017.

Elaboração: SILVA, Cícero Bezerra da, 2018.

Ao contrário do que se pensa e daquilo que no decorrer da história foi amplamente divulgado na literatura, principalmente pelos romancistas regionais, a paisagem semiárida é bastante diversa, possui distintas faces, compreendendo um domínio regional que está além da escassez hídrica e das secas cíclicas, constitui um mosaico de formas e práticas estratégicas que revelam, sobretudo, a criatividade de um povo frente às condições naturais do ambiente.

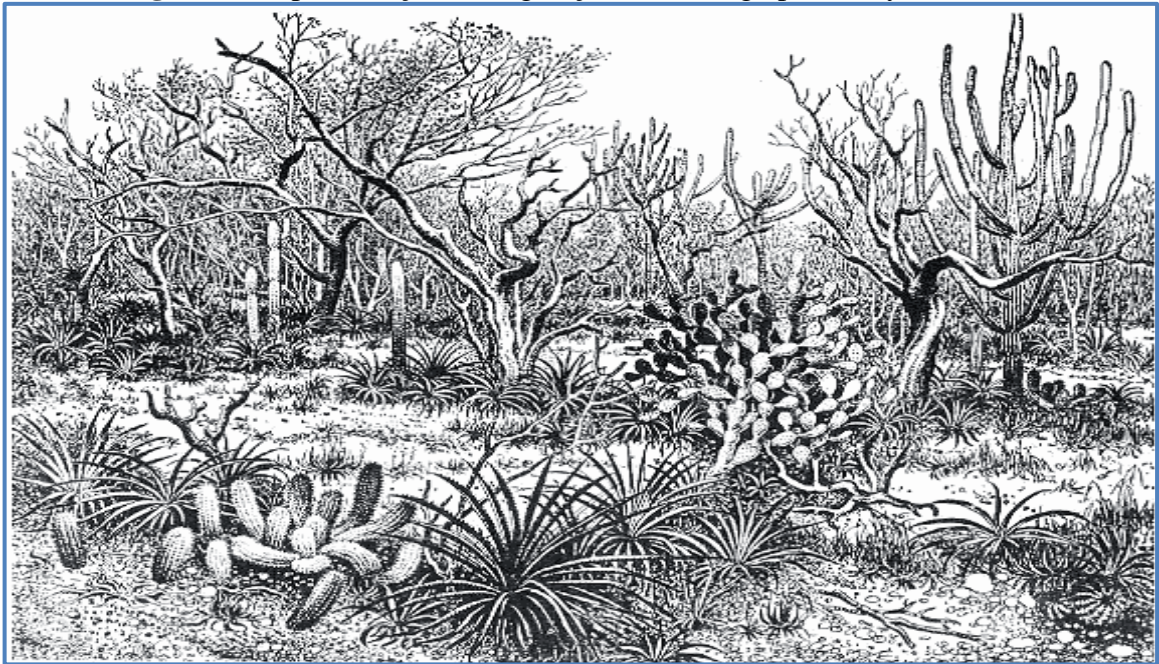
Esse ambiente, caracterizado por Ab'Saber (2003) como sendo o “domínio das caatingas” e das “depressões interplanálticas”, resguarda em sua estrutura condições biogeográficas únicas, amplamente conhecidas pela população local/regional. É a caatinga o elemento característico da espacialidade semiárida e constitui um “ambiente de tamanha biodiversidade que a comunidade científica brasileira não hesita em afirmar que se trata de uma área de alto valor estratégico para a conservação” (MACIEL; PONTES, 2015, p. 19).

A caatinga é um bioma característico de porções do Nordeste brasileiro geralmente denominado de Sertão e Agreste, onde predomina o clima tropical semiárido, com baixas precipitações pluviométricas muito mal distribuídas no tempo e no espaço, abrigando formas de vegetação

correspondentes, adaptadas à deficiência hídrica em diversos graus. Possui, entretanto, paisagens variadas, seja devido a fatores geomorfológicos, pedológicos ou até mesmo climáticos, tais como variados índices de aridez (MACIEL; PONTES, 2015, p. 19).

As caatingas perdem as folhas durante boa parte do ano, desnudando a espacialidade semiárida, dando um caráter rústico e muitas vezes desolador à região, no entanto essas características são facilmente desfeitas a depender dos níveis de precipitações. A fisionomia vegetal apresenta diferenciações a depender do tipo de solo, do substrato rochoso e da disponibilidade hídrica (BERNARDES, 1999). Em geral, constituem espécies de médio e baixo porte, arbustivas e espinhosas, com raízes profundas e nutritivas. O desenho de Percy Lau, datado de 1940 (Figura 3), ilustra os diferentes aspectos/características da fisionomia do domínio vegetal das caatingas.

Figura 3: Representação da vegetação da caatinga por Percy Lau, 1940



Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script>.
Acesso em: 10 dez. 2019.

A rede de drenagem semiárida condiz com um sistema pobre do ponto de vista da descarga hídrica, caracterizada por rios intermitentes, com fluxo contínuo apenas no período das precipitações. São drenagens sazonais e efêmeras, fundamentais no abastecimento dos reservatórios e dos pequenos barramentos que garantem a manutenção da vida humana e animal em períodos de longas estiagens.

Assim, ao longo dos canais é comum a presença de barramentos, em diferentes tamanhos e estruturas, caracterizando a paisagem das bacias de drenagem. Esse tipo de estrutura para retenção de água é favorecido pela baixa capacidade de infiltração e pela consequente impermeabilização dos solos, que apresentam substrato rochoso com alto teor de argila. Segundo Nascimento (2013), essa prática de barramento artificial constitui um “modelo” cultural de captação e uso dos recursos hídricos na região semiárida e revela a importância de valorização dos conhecimentos empíricos que a população sertaneja desenvolveu no espaço-tempo.

A rede de drenagem no ambiente semiárido revela, ainda, as formas de organização do homem frente à necessidade de produção agrícola e de uso da água. É no leito dos canais intermitentes que o sertanejo desenvolve a pequena agricultura, cria e alimenta animais e captura água do subsolo. O caminho das águas no semiárido constitui o ambiente onde as práticas etnogeográficas do sertanejo são evidenciadas e revelam as potencialidades da natureza frente aos processos culturais da sociedade.

Para Ab’Saber (2003, p. 95), os sertanejos do semiárido “têm pleno conhecimento das potencialidades produtivas de cada espaço ou subespaço dos sertões. Vinculado a uma cultura de longa maturação, cada grupo humano do polígono das secas tem sua própria especialidade no pedaço em que trabalha”. Quanto às denominações atribuídas aos povos do sertão semiárido, o mesmo estudioso as define levando-se em consideração as características do ambiente natural e dos modos de vida associados ao uso da terra.

Assim, na vastidão das espacialidades dos sertões semiáridos, “[...] uns são vaqueiros, dizem-se ‘catingueiros’, homens das caatingas mais rústicas. Outros são agricultores dos brejos, gente que trabalha nas ‘ilhas’ de umidade que pontilham os sertões secos”. E acrescenta: “[...] outros são vazanteiros, os que vivem em função das culturas de vazantes nos leitos ou margens dos rios. Outros são ‘lameristas’, aqueles nas margens do único rio perene que cruza os sertões (o São Francisco)” (AB’SABER, 2003, p. 95).

2.2 Sertão e sertanejos do baixo rio São Francisco

Dentre os sentidos de sertão e de sertanejo que apresentamos, remetemo-nos ao sertão do baixo rio São Francisco como uma área em que a especificidade consiste na relação embrionária do rio com o domínio das terras semiáridas originalmente recobertas pelas caatingas e delimitadas natural (sertões secos) e politicamente (Polígono das Secas). Trata-se da apreensão do rio São Francisco e do sertão, sem que um possa ser compreendido sem a

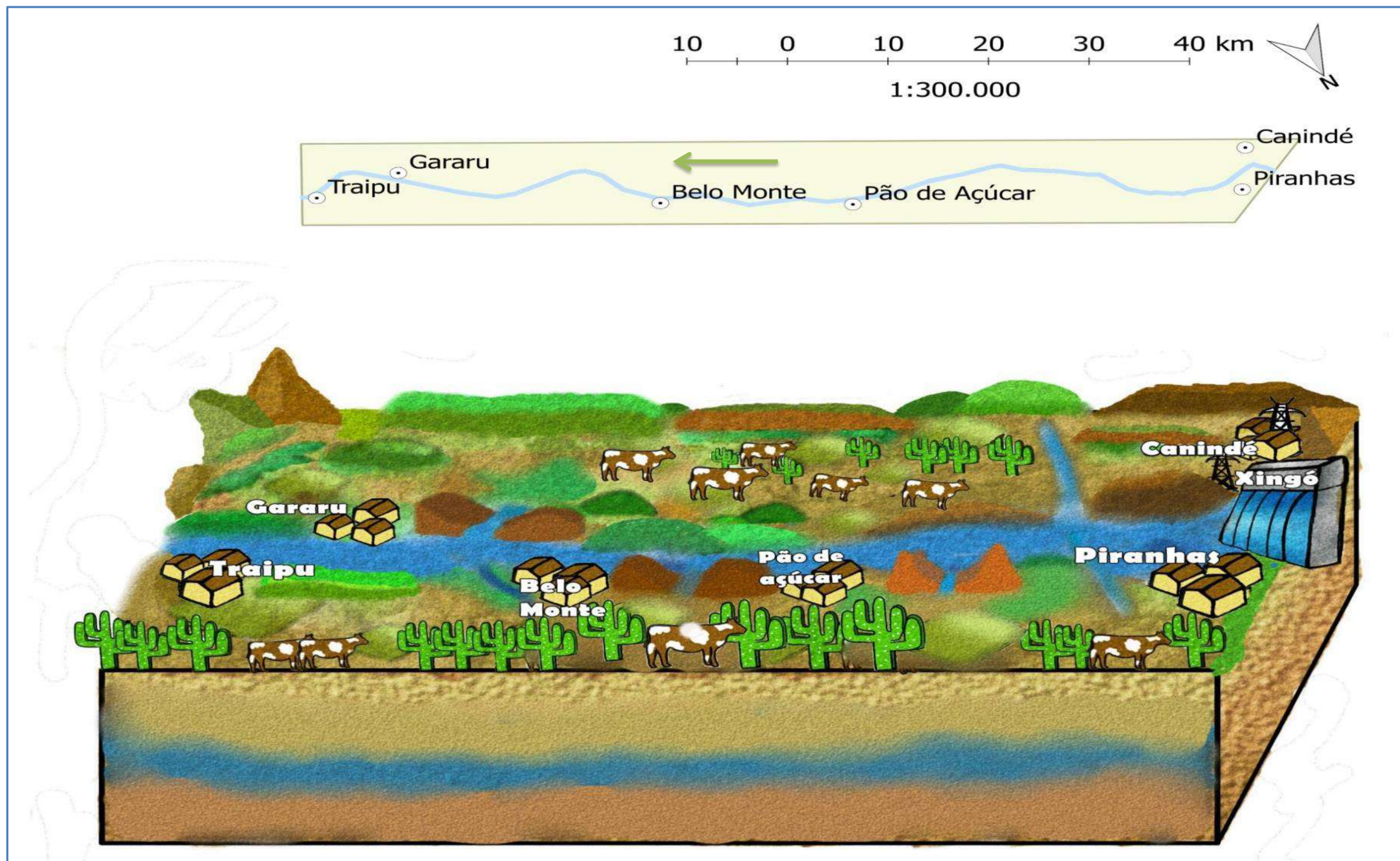
presença ou o sentido do outro. Sertão e rio são um contínuo, formam uma rede de relações culturais e identitárias que no decurso do tempo foi e é significada e ressignificada de acordo com as transformações socioambientais e com os hábitos, costumes e sentidos que os povos lhes atribuem.

Pensado em sua totalidade, o complexo geográfico do baixo rio São Francisco compreende uma área de 19.987 km² e se estende de Paulo Afonso, no estado da Bahia, até a foz, no oceano Atlântico, englobando uma malha municipal de 86 municípios distribuídos entre os estados de Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas (CBHRSF, 2018; AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2018). Nesse ambiente, o rio encontra-se encaixado no domínio da depressão sertaneja, sob a influência do clima semiárido.

Como evidenciado, o contexto da originalidade da configuração paisagística no sertão do baixo rio São Francisco se dá pelo entrelaçamento do domínio dos sertões secos de extensão semiárida com influência do próprio rio, que, drenando a vastidão das terras semiáridas, confere à paisagem e ao lugar características únicas (Figura 4). É nessa conjuntura da originalidade do sistema fluvial do semiárido que Ab'Saber (2003, p. 92) acrescenta a assertiva de que “[...] o mais típico rio alóctone a cruzar os sertões rústicos é o ‘velho Chico’ – um curso d’água que, de resto, comporta-se como um legítimo ‘Nilo caboclo’”.

Nesse cenário, o contexto da realidade do sertão do baixo rio São Francisco unifica entre as margens modos de vida e formas específicas de organização do espaço e revela um ambiente tomado pelo domínio de pastagens resultantes, sobretudo, da devastação da caatinga, vegetação originária. Para além disso, a observação revela o ajuste espacial das sedes municipais e das comunidades no encaixe do rio e nos enclaves geomorfológicos, uma interdependência histórica associada ao processo de formação e povoamento, fator já constatado por Pierson (1972), Abreu (1998) e Monteiro (2013).

Figura 4: Sertão do Baixo Rio São Francisco: blocodiagrama da paisagem, 2019



Organização e Diagramação: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.
Arte: MAPINGGEO, 2019.

A vegetação predominante na região do baixo rio São Francisco é a caatinga, com exceção das áreas localizadas a jusante de Propriá/SE, que compreende um espaço de transição moldado por tipologias típicas e diversas, envolvendo a Mata Atlântica, o domínio das restingas e dos manguezais que o margeiam próximo ao oceano Atlântico. Face à realidade contemporânea, as terras que compreendem o baixo rio São Francisco são recobertas pela pastagem, que, em um contexto historiográfico, descaracterizou as paisagens do ambiente natural e favoreceu a ocupação nas áreas mais interiores dos sertões.

Trata-se de um domínio vegetal amplamente degradado em decorrência, principalmente, da exploração da madeira como combustível e da expansão das atividades agropastoris, a exemplo da pecuária extensiva que vem ocupando a região Nordeste desde o século XVII (MONTEIRO, 2013; MOREIRA, 2015; RIBEIRO, 2017). A pecuária foi o elemento que favoreceu a entrada do colono para o interior do sertão nordestino, tendo como vias de acesso o leito dos rios intermitentes que confluem para o rio São Francisco.

Ao considerar o papel da pecuária no processo de formação e povoamento dos sertões, Abreu (1998, p. 132) evidencia que a mesma “primeiro se desenvolveu nas cercanias da cidade do Salvador; a conquista de Sergipe estendeu-se à margem direita do São Francisco. Na outra margem veio dar menos forte e menos acelerado movimento idêntico partido de Pernambuco”. E acrescenta que “foi o gado acompanhando o curso do São Francisco. O povoado maior, a Bahia, atraiu todo o da margem meridional, que para lá ia por um caminho paralelo à praia [...]” (ABREU, 1998, p. 132).

As trilhas do gado transformaram o rio São Francisco no “Rio dos Currais”, “designação dada pela enorme quantidade de fazendas de gado que se espalha pelo seu baixo e médio vale” (MOREIRA, 2013, p. 64). Esse fator foi preponderante no surgimento de incontáveis fazendas e, conseqüentemente, dos núcleos de povoamento que passaram a dinamizar todo o vale sanfranciscano e as terras mais distantes.

Monteiro (2013, p. 103), ao descrever a realidade do complexo geográfico do baixo rio São Francisco na década de 1960 considera que este, pela variedade do quadro natural, compreende um ambiente que “oferece profunda interação entre o homem e o meio, envolvendo a diversidade natural e os processos empíricos dos grupos sociais”. Avalia ainda que:

Quem percorre o Vale do São Francisco no seu baixo curso encontra nas várzeas arrozeiras, que se alongam para ambas as margens, o fato mais característico daquela paisagem. Se entre Piranhas e Pão de Açúcar elas são

esporádicas, sua frequência aumenta progressivamente daí para a jusante, de forma a dominar o vale de Propriá até a foz (MONTEIRO, 2013, p. 26).

É importante considerar que esse complexo paisagístico sofreu significativas transformações, principalmente em decorrência da construção das grandes usinas hidroelétricas ao longo do rio. Esse fato alterou, além da dinâmica natural, os modos de vida das populações localizadas a jusante, interferindo tanto nos aspectos socioambientais quanto nos econômicos e, de forma incisiva, na cultura ribeirinha.

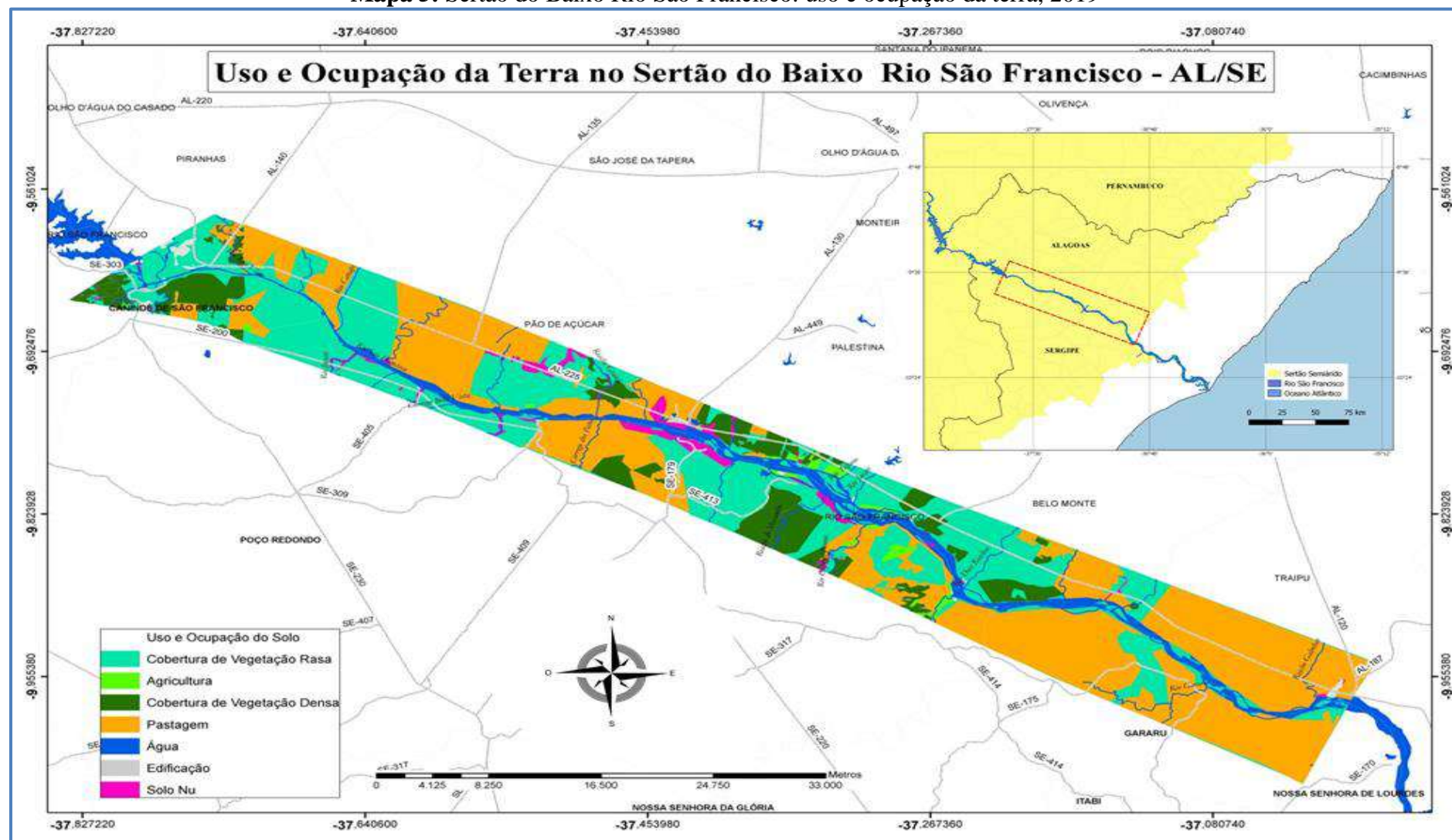
Para uma melhor representação da organização das espacialidades da paisagem no sertão do baixo rio São Francisco e com o objetivo de apresentar um retrato fidedigno das formas de uso e ocupação das terras e, conseqüentemente, da organização da vida no rio, optamos pelo mapeamento⁸ de uso e ocupação da terra (Mapa 5).

No sertão do baixo rio São Francisco, o contexto das formas de uso e ocupação da terra em ambas as margens não se distancia da realidade regional em que a pastagem é o domínio de cobertura da terra predominante. O domínio representado pela ocorrência da agricultura entre as margens do rio São Francisco está associado às antigas várzeas, áreas que naturalmente eram inundadas e que outrora foram amplamente ocupadas pela cultura do arroz. Essas várzeas são chamadas localmente de “caldeirões” ou “lagoas de arroz”.

Ao tratar dos elementos de sustentação da cultura sertaneja no baixo rio São Francisco, Vargas (2003, p. 119) defende que “[...] as várzeas constituíam determinantes fundamentais para a compreensão da paisagem humanizada”. Em continuidade e propondo os baldrames de sustentação das relações humanas e do binômio cultura-natureza, a autora assevera que essas várzeas associadas “a densidade de população elevada, a diversidade de atividades entre a pesca, o arroz e a policultura [...] imprimiram um modo de vida particular que perdurou até os anos de 1970” (VARGAS, 2003, p. 119).

⁸ Mapeamento com resolução de 50 metros realizada com imagens do software Google Earth e datadas do ano de 2019, o que permite maior detalhamento na escala de análise dos fenômenos espaciais.

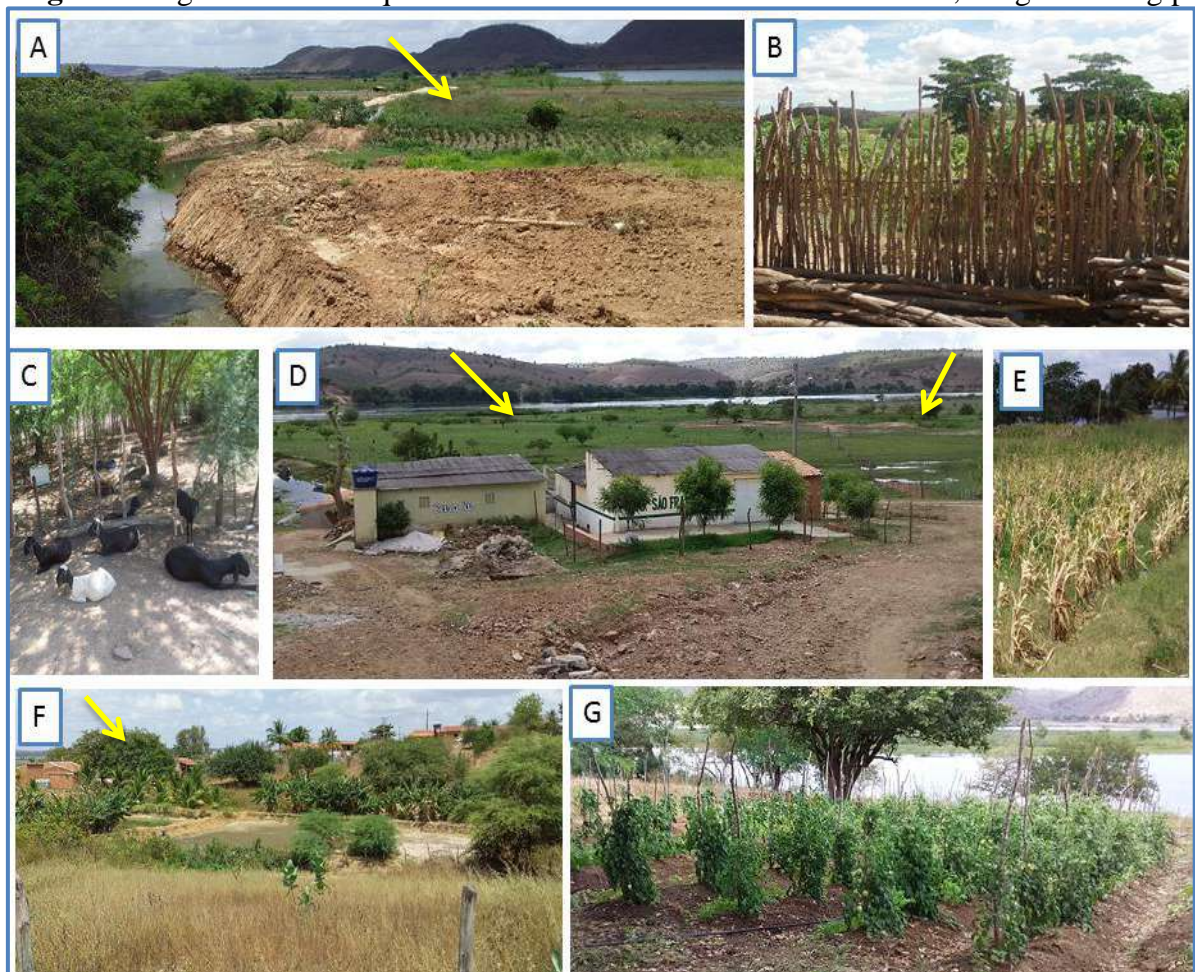
Mapa 5: Sertão do Baixo Rio São Francisco: uso e ocupação da terra, 2019



Fonte: Google Earth Pro, 2018.
Elaboração: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

Com isso, a representação de uso e ocupação das terras de rio e beira-rio revela a (in)visibilidade que a escala de análise da paisagem em sua contextualização horizontal apresenta frente aos espaços de vivência do ribeirinho sertanejo. Pouco se tem visibilidade de espaços produtivos preenchidos pela pequena agricultura. Observamos que essa forma de uso tradicionalmente de agricultura de sequeiro ocorre em pequenas parcelas de terra que margeiam o rio São Francisco e se suprimem entre os enclaves da geomorfologia local e as propriedades agropastoris.

Figura 5: Agricultura de sequeiro no Sertão do Baixo Rio São Francisco, Alagoas e Sergipe



A) Várzea produtiva, Traipu/AL. B) Quintal produtivo, Traipu/AL. C) Criação de caprinos em pequena propriedade, povoado Cajueiro, município de Poço Redondo/SE. D) Várzea produtiva, cultivos diversos, em Escurial, povoado de Nossa Senhora de Lourdes/SE. E) Plantação de milho na várzea do rio São Francisco, Barra do Ipanema, povoado de Belo Monte/AL. F) Fruticultura em área de várzea, Traipu/AL. G) Plantação de tomate em área marginal, em Tambaú, comunidade de Traipu/AL.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018-2019.

Fotografias: SILVA, Cícero Bezerra da.

Como observado, o mosaico de fotografias (Figura 5) demonstra o uso e a ocupação das áreas de várzeas no Sertão do Baixo Rio São Francisco e com destaque para a produção

inerente à margem alagoana. São, em geral, pequenas propriedades com cultivos de mandioca, batata-doce e milho. Várzeas “abandonadas”⁹ marginais ao rio São Francisco também são utilizadas para o cultivo de capins e palma forrageira, bem como para a criação de caprinos.

De uso intensivo pela população local, tanto as várzeas quanto as planícies de inundação que margeiam o rio São Francisco, são espaços que, embora de pequenas extensões, são fundamentais para a vida ribeirinha e formam um mosaico de uso e aproveitamento humano e animal.

A composição das formas de uso e ocupação da terra no Sertão do Baixo Rio São Francisco é reveladora dos processos históricos de uso e apropriação desse espaço e da formação de territórios que, em primeira aproximação, se sobrepõe à escala do mundo vivido como o lugar onde a vida se faz, ou seja, a própria escala do cotidiano.

Enquanto território, o Sertão do Baixo Rio São Francisco está inserido no contexto de modernização regional de todo o vale do rio e tem como marco referencial a instalação da usina hidroelétrica de Xingó, com a inserção de novos elementos na paisagem local de influência regional. Para tanto, quando se leva em consideração a totalidade de sua bacia como um grande sistema, passamos a entender que a configuração territorial e paisagística do baixo curso é o resultado dos processos que aconteceram e acontecem a montante. Assim, é fundamental lembrar que:

A partir do século XX, o rio São Francisco passou a ser visto sob os olhares do progresso, fruto dos avanços nas relações capitalistas da modernidade. Foram feitos maciços investimentos, ao longo de toda a sua bacia, como construção de usinas hidrelétricas, projetos de irrigação, ferrovias, pontes e o atual projeto de integração do rio São Francisco. Todos esses “empreendimentos” visavam a efetivar o modelo de crescimento e desenvolvimento do Brasil adotado pelo Estado (SOUZA, 2018, p. 109).

É nessa conjuntura de integração da bacia do rio São Francisco ao contexto do chamado desenvolvimento nacional que se acentua o processo de artificialização de determinados seguimentos do curso fluvial. Tal feito trouxe implicações diretas à base física, como já demonstrado, e com ela a transformação das vidas e dos modos de vida dos povos do rio, em suas múltiplas identificações.

Os maciços investimentos em infraestrutura tendo por base o ambiente da bacia hidrográfica do rio São Francisco têm, historicamente, desconsiderado esses povos com suas

⁹ Planícies de inundações periódicas e várzeas fluviais do rio São Francisco.

respectivas espacialidades, como modos próprios de organização e produção do espaço. O rio mudou e com ele mudou também a vida do ribeirão.

A inserção do rio São Francisco no contexto do chamado desenvolvimento regional e nacional implicou consequências nos sentidos de ser e estar no rio. Se, por um lado, multiplicaram-se os complexos de hidroeletricidade e de formas alternativas de canalização e usos das águas, por outro, também se multiplicaram, e de modo ainda mais contundente, os problemas inerentes aos povos do rio. Destes, destacam-se, entre outros, o processo de expropriação das terras de rio e beira-rio e a redução acentuada da vazão das águas com implicações sobre a navegabilidade e a pesca, práticas inertes à vida no rio.

CAPÍTULO III: TRAVESSIAS E ITINERÁRIOS TEÓRICOS NA CONSTRUÇÃO DO LUGAR- TERRITÓRIO



Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

“O homem é ator geográfico, o lugar é seu espaço de vida, todas as relações aí se misturam num labirinto de ligações veiculando nossos sentimentos, nossas memórias coletivas e nossos símbolos.”

Bailly e Scariati (2008)

3.1 Mediação simbólico-material na constituição de lugares e territórios

A abordagem fundante deste estudo está alicerçada em categorias e conceitos que constituem a base epistemológica da ciência geográfica, permitindo-nos ainda importante aproximação entre geografia e filosofia como princípio norteador do conhecimento. Neste capítulo, buscamos apresentar algumas reflexões sobre as categorias lugar e território sem, portanto, nos afastar da condição espacial inerente a elas.

Ao propormos uma pesquisa alicerçada nas relações que se estabelecem entre lugar e território, não pretendemos, de maneira alguma, a realização de um levantamento teórico e linear de suas inserções na geografia, nem no âmbito de outras ciências sociais. Tal feito, além de já ter sido realizado por diversos autores, não constitui nosso objetivo. Assim, o interesse parte da necessidade de compreensão das relações espaciais que se estabelecem entre um e outro – lugar e território – e que são reveladores das diferentes experiências do homem no meio em que vive e atua.

A mediação simbólico-material apresentada na constituição de lugares e territórios tem sido abordada em diversas análises, sem que uma exclua ou se sobreponha a outra. Lugar e território, enquanto constituintes da condição primeira do espaço (RAFFESTIN, 1993), refletem o vivido, a apropriação e as relações que se estabelecem pelas territorialidades.

A mediação simbólico-material do lugar pode ser notoriamente observada nas contribuições apresentadas por Dardel (2015 [1952]); Tuan¹⁰ (2012 [1974], 2013 [1983]); Holzer (1998, 2014); Carlos¹¹ (2007, 2011); Helph (2014); Marandola Jr. (2014) e Chaveiro (2014). Quanto ao território, acrescentaríamos ainda as contribuições de, dentre outras, Raffestin (1993); Claval (1999, 2010); Haesbaert (1999, 2002, 2009, 2012); Santos (1996, 2000); Bonnemaïson (2002); Cruz (2006, 2007); Saquet (2009, 2013); Almeida (2005, 2018); Mendes (2009); Souza (2013); Serpa (2017), entre outros.

Todos esses se aportam para caracterizar lugar e território em uma concretude de objetos materiais, mas também em significados, simbologias e representações sociais que significam e ressignificam o espaço enquanto produto existencial da ação humana e base de

¹⁰ Dentre as contribuições que marcaram a (re)valorização do lugar como categoria base na geografia, estão aquelas desenvolvidas pelo geógrafo Yi-Fu Tuan, com especial destaque para as obras *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente* (1974) e *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência* (1983), sob a ótica da geografia humanista.

¹¹ De orientação marxista, respaldada no materialismo histórico, Ana Fani Alessandri Carlos apresenta nas obras *O Lugar no/do Mundo* e *A Condição Espacial*, respectivamente, importantes contribuições quanto à construção simbólica e material dos sentidos de lugar. Não pretendemos “cair”, para tanto, naquilo que muitos pesquisadores chamam de “ecletismo teórico”, todavia não nos desprenderemos de contribuições que nos parecem fundamentais à abordagem da multiplicidade da leitura do lugar.

reprodução da vida. Assim, para Carlos (2007, p. 14), “o lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço”. Ainda para a autora, “ele [o lugar] guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possíveis de ser apreendido pela memória através dos sentidos do corpo” (CARLOS, 2007, p. 14).

O corpo e, portanto, a ideia de corporeidade apresentada por Merleau-Ponty (1996) são elementos centrais na constituição do lugar, já que é por ele que experienciamos e ocupamos o espaço em todas as suas dimensões escalares. É pelo corpo que desfrutamos de sensações, das percepções e dos sentidos que nos fazem Ser-no-mundo. Daí, figuramos a assertiva de que as relações espaciais, e com elas o mundo vivido, considerado como sendo o próprio lugar, “qualificam a experiência do existir” (CHAVEIRO, 2014, p. 251).

Embora na obra de Merleau-Ponty (1996) não seja realizada menção direta ao lugar, buscamos o entendimento de que o mundo vivido por ele apresentado é constituinte do próprio lugar, que é existencial e experienciável, aproximando-se do mundo de significados [o próprio lugar] de Tuan (2013). Essa aproximação entre o lugar e o mundo vivido já foi sinalizada por Nogueira (2005, p. 13) ao discutir a necessidade de se “reaprender a ver o lugar; esta reaprendizagem se dá pelas histórias narradas por quem os vive”.

Chaveiro (2014, p. 253-254) apreende o corpo enquanto “guardador de lugares” e o lugar “enquanto guardador de relações corporais”. Isso pode se dar pelo fato de ser o corpo o instrumento canalizador da experiência com o mundo. Assim, as experiências do homem com a terra, com o sertão semiárido e com o rio estão assentadas nas relações de corporeidade e que se manifestam nos significados e na satisfação das necessidades biológicas mais básicas do ser humano.

É pelo corpo que temos a consciência da existência e que desenvolvemos a experiência do existir e de sentir o espaço, bem como suas mediações simbólicas e materiais que justificam a construção e a representação dos lugares. “O lugar é uma edificação de interruptas relações, vertidas por apropriação do espaço, construídas por corporeidades em movimento” (CHAVEIRO, 2014, p. 276). Dá-se pelo movimento do corpo, portanto, o movimento da vida que qualifica e dá singularidade aos lugares, como reflexo da atuação humana sobre o espaço apropriado e em que cotidianamente atribuímos sentidos.

No caso, em particular, do homem sãofranciscano¹², as relações de corporeidade e de contato do corpo com o lugar se dão pelas práticas cotidianas com o rio, seja pela navegação,

¹² O termo “homem sanfranciscano” refere-se aos povos que ocupam o Vale do Rio São Francisco e, em específico, do baixo curso, entre Alagoas e Sergipe, espaço que constitui o referencial empírico da pesquisa.

pela pesca, pelo lazer ou pelo cultivo dos pequenos roçados, pela ocupação das várzeas etc. Todos esses são modos e formas de imersão do corpo no mundo e do mundo no próprio corpo. Assim também ocorre com o sertão, que se expressa pela relação corpo-terra, com as intempéries do tempo meteorológico e com a subjetividade construída pelas representações simbólicas e culturais.

Esse contato não é expresso somente por intermédio das necessidades biológicas mais básicas como alimentação, repouso, lazer e trabalho, mas, também, pelas relações que se estabelecem com a convivência, pela partilha das experiências e pelo contato íntimo com o espaço. É nesse sentido que Relph (2014, p. 31) descreve o núcleo de significação do lugar. Para esse autor, “lugar é um microcosmos. É onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco”. A ideia do lugar enquanto “microcosmos” foi apresentada por Tuan (2013), para quem eles constituem centros de significados organizados que nos despertam afetividades e que podem ser acrescidas ou não ao longo do tempo.

Por sua vez, Holzer (1998, p. 72) apoia-se em Tuan ao considerar que o “conteúdo do lugar é o conteúdo do mundo já que ambos são produzidos pela consciência humana e por sua relação intersubjetiva com as coisas [...]”. É nessa circunstancialidade que o lugar está no mundo e o mundo no lugar. Por essa construção, logo nos aproximamos de Milton Santos (1996, p. 252) ao considerar que “cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Ou, como afirma M. A. de Souza (1995, p. 65), ‘todos os lugares são virtualmente mundiais’. [...] irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais”.

A condição simbólica e cultural que arraiga a identidade no/pelo lugar e que insere o corpo no mundo, como bem expressado acima, envolve as relações existenciais do presente, mas, também, a memória enquanto “sedimentos” de momentos vividos, experienciados e sentidos. A esse respeito, Souza corrobora isso enfatizando que:

[...] no caso do conceito de lugar, não é a dimensão do poder que está em primeiro plano, ou que é aquela mais imediatamente perceptível, diferentemente com o que se passa com o conceito de território, mas sim a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas por trás da construção de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significados [...] (2013, p. 115).

Em continuidade e sem nos desprender da mediação simbólico-material, passamos a entender o território enquanto constituinte dessas relações, mesmo compreendendo o sentido de poder que o atravessa e o sustenta. Todavia, é fundamental evidenciar que o lugar revelado

pelo pertencimento é, também, revelado pela apropriação, seja simbólica ou material, e isso nos permite entender ambas as categorias formadas e constituídas por relações de poder. Assim, apresentamos mais uma vez o pensamento de Souza:

Dizer que, em se tratando do conceito de lugar, não é mais a dimensão do poder que é aquela mais imediatamente perceptível, mas sim a dimensão cultural-simbólica, não significa, porém, de jeito nenhum, sugerir que a dimensão do poder não deva ser levada em conta. Pensar assim seria cometer um rematado disparate (2013, p. 115-116).

E acrescenta ainda que:

[...] é certo que lugares são, em geral, também territórios. Ocorre que postular que territórios e lugares frequentemente se superponham não é o mesmo que sugerir que sempre haja algo como uma correlação perfeita entre eles. {Para exemplificar o contexto entre lugares e territórios o autor apresenta o contexto da ilha da Irlanda} Exemplo: Para muitos irlandeses, na sua maioria católicos, toda a ilha da Irlanda é um só lugar (mas com um inconveniente de que, no Ulster, ou Irlanda do Norte, a maioria é protestante...); um lugar, porém, dividido entre dois territórios: para os protestantes do Ulster, seu território, integrante do Reino Unido, é um lugar totalmente à parte, e assim deve permanecer (SOUZA, 2013, p. 126).

Ao ser revelado pelo pertencimento e pelos significados que atribuímos, do lugar emana o sentido de posse, de uma apropriação simbólica que o significa e que lhe é própria. Nele, estão abrigadas nossas experiências mais íntimas com o espaço, é onde estão assentadas nossas raízes ou, de outro modo, nossa facticidade, e, parafraseando Milton Santos (2000, p. 212), “o ato de pertencer aquilo que nos pertence”. O lugar é a apropriação daquilo que nos é mais íntimo e subjetivo e que, mesmo não sendo um espaço fechado se diferencia do lugar do “outro” em contraponto com o “meu lugar”.

Haesbaert (2012, p. 96), ao se respaldar em Lefebvre, demonstra que a dimensão do território “[...] vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica”. Para tanto, essa dimensão só é revelada pelas relações de interesses unívocas aos indivíduos que os constituem “e dependem da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo”.

Distante de ser uma dualidade conflitiva na constituição do território, esses elementos nos inserem no arcabouço do território enquanto uma teia de significados sociais que, segundo Bonnemaïson (2002), são geradores de identidades, pois são, também, pontos de

referência em que os indivíduos encontram aporte e buscam ressignificar suas vidas pelos diferentes tipos de apropriação e de valores.

Como exemplo dessa dimensão de apropriação, tem-se os territórios quilombolas e/ou indígenas, pois são demarcados por e a partir de relações de apropriação que historicamente se estabelecem em um dado espaço. Essa apropriação se revela não tão somente pela posse do recorte espacial, mas pelas relações simbólicas e afetivas que foram estabelecidas no espaço e que os caracterizam e lhes dá singularidade. Tais características, em Bonnemaïson (2002, p. 120), “inscrevem-se dentro de uma visão cultural e emocional da terra, isto é, dentro de uma relação de territorialidade”.

A constituição desses territórios, mesmo embasada na existência de relações e conflitos políticos no processo de conquista e acesso à terra, remete-nos ao mesmo tempo a um objetivo que é comum a um grupo e que possui de alguma maneira relações em comum, sejam estas políticas, ideológicas, culturais, étnicas etc. São essas as características que singularizam o grupo que passa a viver e experienciar de um mesmo espaço e que com o passar do tempo estabelece relações de territorialidade que antes não lhe ocorriam.

Consequentemente, no mesmo espaço de lutas, resistência, “amor/feição” pela terra, se inscreve a identidade. Uma identidade que é construída por objetivos que lhes são comuns, caracterizada pelas trocas de experiências e por relações materiais, enfim, a partilha de um mesmo mundo em que os significados foram criados, produzidos e ressignificados. O desafio consiste, a partir desse momento, em perceber que esse modelo de território já não é tão somente político, mas também fonte de significados.

Por esse embasamento, é possível apreender, então, a espacialidade do rio São Francisco enquanto um território. Um território apropriado por sujeitos e atores sociais – pela própria figura do Estado –, mas, também, pelas relações de pertencimento, em que as práticas da vida cotidiana se efetivam.

Assim, coadunamos com Santos (2000, p. 96), para quem “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi”. O território é então, um conjunto indissociável de elementos materiais e imateriais que caracterizam, dão forma, essência e significado a uma determinada porção do espaço; um jogo de relações em que a identidade é o elemento-chave que o caracteriza sem que, para tanto, seja uniforme e estática.

A esse respeito, comungamos ainda das tessituras do território apresentadas por Claval (1999, p. 11), para quem a dimensão humanista deve ser considerada, sobretudo quando

levamos em consideração o espaço vivido, envolvendo assim o sentido de enraizamento. O território, por esse modo de ver, é fonte de “referências simbólicas”, em que o sentido do pertencimento prevalece e em que se resguardam as identidades e os condicionantes da cultura que os caracterizam e lhes dão forma.

Não obstante, em trabalho recente, Dourado (2014) apresenta a dimensão vivida do território, sobremaneira ao considerar os vínculos de pertencimento na constituição de assentamentos rurais pela relação dialética expressa naquilo que já apresentamos como sendo material-simbólico. Para a autora, os assentamentos rurais, “embora sejam territórios construídos nas dimensões da luta pela terra”, também refletem territorialidades passíveis de enraizamento e identidade (DOURADO, 2014, p. 264).

Ainda sob esse prisma, evidenciamos as contribuições de Santos (2015, p. 301) ao considerar o processo de formação de territórios litorâneos pelos elementos de referência presentes na constituição do espaço e que são, também, referência identitária na/da comunidade. Para o autor, “a comunidade como lugar de sentimento e território de vida e trabalho é uma formação social historicamente construída”. Essa construção se dá por relações simbólicas e materiais.

Em se tratando das territorialidades outrora mencionadas, recorreremos mais uma vez a Bonnemaison (2002, p. 99-100), para quem aquelas estão associadas ao modo como os homens se relacionam com o espaço que os circunda. “A territorialidade é compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território do que pela referência aos conceitos habituais de apropriação biológica e de fronteira”.

Para Raffestin (2010, p. 15), as territorialidades se caracterizam por serem “um conjunto de relações materiais e imateriais”. Estas, portanto, singularizam o espaço e o mundo vivido que são produzidos pela mediação dialética simbólico-material e que se materializam na paisagem, na apropriação do espaço, nas relações do cotidiano e nas redes estabelecidas entre lugares e territórios. Consistem, ainda, no conjunto de símbolos que demarcam, revelam e significam determinadas porções do espaço, sem que para tanto eles apresentem limites fundamentalmente específicos.

Assim, compreendemos que territorialidades são mais que territórios. Estão para além de uma demarcação formal. Podem existir e caracterizar o espaço sem que para tanto existam limites definidos e específicos. Todavia, territórios não existem sem as relações de territorialidade. São estas que os caracterizam e lhes dão forma. A condição primeira ou então

a concepção primordial da formação territorial é, portanto, a existência de territorialidades, dos vínculos e dos significados culturalmente atribuídos ao espaço.

É nesse sentido que as territorialidades suplantam os limites do território habitual quando percebido apenas pelo entrecruzamento de limites bem estabelecidos. As territorialidades nos conduzem às noções de redes em que relações são embelecidas entre lugares, entre territórios e entre sujeitos. Essas redes de relações constituem um espaço em que os sujeitos que os compõem possuem e desempenham funções e atividades afins, ou seja, possuem características semelhantes tanto materiais quanto subjetivistas e que podem, no tempo-espaço, ser constituintes de identidades por intermediação dos significados que são atribuídos ao espaço.

É pela organização do espaço, por sua funcionalidade e pelas relações simbólicas e materiais que as territorialidades se estabelecem. Estas atribuem função e sentido ao território, muito embora possam se estabelecer no espaço sem a precisa constituição de um. As territorialidades enquanto relação cultural são, assim, a expressão do vivido, mas envolvem também movimento e semelhanças entre sujeitos e entre culturas. A esse respeito, Raffestin (1993, p. 158) considera que:

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas.

Ora, se concebemos as territorialidades pelas relações estabelecidas no cotidiano, em conformidade, também as concebemos enquanto produto da história e do tempo ou, de outro modo, produto da cultura e do enraizamento, constituindo o modo de relacionamento apresentado pelo homem no seu espaço de vivência. Esse relacionamento nos desvela, dentre outras coisas, a própria geograficidade humana, expressa pela ligação que temos com a terra, com os lugares e com as referências que significam o sentido da vida.

Enquanto redes de relações, as territorialidades conduzem os caminhos que atribuem ritmo ao viver e ao habitar, constituindo identidades frutos do pertencimento e também de lembranças, expressas por mudanças e permanências, sobretudo pelo entender de que “o que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças às lembranças” (CANDAU, 2012, p. 15). Pelas lembranças, somos reconduzidos às experiências vividas, aos acontecimentos que caracterizam as existências e ao processo de enraizamento que só é revelado pelo decurso da vida.

As lembranças dos lugares, de atos e atitudes e das experiências partilhadas em determinado espaço são reveladoras das raízes que moldam os processos identitários e que resguardam costumes, tradições, hábitos, enfim, modos de vida que remontam à essência e ao sentimento que nos fazem estar e pertencer ao lugar, ao território. Pelas lembranças, somos conduzidos às histórias de vida e às relações espaciais que caracterizam determinados grupos e indivíduos.

3.2 Identidade, Identidades Territoriais e Territorialidades

As reflexões inerentes ao lugar e ao território, bem como aos elementos que os constituem, têm nos permitido adentrar os fundamentos da identidade e, por conseguinte, das identidades territoriais. A identidade adensa o lugar e o território, de modo que não se é mais possível falar deles sem, portanto, falar também da identidade, de mudanças e de ressignificações, como também de enraizamento, de pertencimento e dos sentidos de ser, estar, permanecer, atuar, viver, se relacionar etc.

Ao pensar as identidades enquanto uma construção histórica e espaço-temporal que emoldura lugar e território, estamos delineando os itinerários da compreensão dessas identidades como fenômenos geográficos, pois elas aqui se revelam pela vinculação dos fenômenos e dos sujeitos identitários com o espaço, os lugares e os territórios.

As identidades, tal como as pensamos, e conforme apresentadas por Castells (1999); Haesbaert (1999, 2012); Almeida (2005); Cruz (2006, 2007) e Hall (2006, 2008), nos remetem à ideia de mudanças e permanências, ou seja, uma construção enquanto multiplicidade e movimento em diferentes tempos e espaços e em diferentes contextos socioculturais. Envolvem, também, discursos, representações, práticas sociais e significados que são produzidos, reproduzidos e moldados pelas experiências de vida, mas que não se tornam apáticos aos acontecimentos externos à realidade.

Castells (1999, p. 22) se atém à identidade enquanto “o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados”. Esse conjunto de atributos culturais está associado à matéria-prima ou à base necessária à existência da identidade e que “é fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais [...]”.

Por cultura, compreendemos, aportados em Claval (2002, p. 228), a “soma de comportamentos, dos saberes, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos

durante suas vidas”. Assim, identidade e cultura têm a ver com experiências de vida, vivências, produção e reprodução do espaço, de lugares e de territórios por instrumentais materiais e pelas representações simbólicas e sociais que estabelecemos com o espaço ao qual atribuímos sentido e valor. Sobre cultura e a relação com o vivido, Claval considera o fato de que:

A cultura é o conjunto de representações sobre as quais repousa a transmissão, de uma geração a outra ou entre parceiros da mesma idade, das sensibilidades, ideias e normas. Ela inclui a imagem do meio ambiente próximo e os conhecimentos, práticas e ferramentas que permite tirar partido dele. Ela comporta um arsenal de métodos para se orientar [...] (2002, p. 142).

A cultura enquanto produto temporal das sociedades é também uma reprodução coletiva, um modo de significação da vida em que a existência humana está enraizada. Mas não apenas isso. Pela cultura, o homem transforma o espaço em seu favor, moldando a paisagem, e atribui marcas, e isso ocorre, segundo Cosgrove (2012, p. 225), de maneira inconsciente, “já que muitas das quais são ações não reflexivas, rotineiras da vida cotidiana”.

Cultura e identidade são construções individuais e coletivas, resultado das vivências, das experiências e dos sentidos que cada sujeito ou grupo atribui aos seus espaços de vida moldados na linha do tempo. Cultura e identidade são elementos de representação simbólica e material que identificam, diferenciam e afirmam lugares, gentes e povos. Diferenciam o “eu” e o “outro”.

Para Cruz (2007, p. 260), a identidade deve ser considerada “uma construção histórica e relacional dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou de um grupo”. Assim sendo, a ideia de identidade envolve também as relações de diferenciação entre o “eu” e o “outro”, entre escalas e lugares, seja pelas distinções culturais, ideológicas, de poder, de pertencimento, entre outras. Todos esses são elementos de diferenciação, mas também de afirmação e reconhecimento.

É pela diferenciação e pelo encontro entre o “eu” e o “outro”, ou seja, pela relação de alteridade, que as identidades se estabelecem e se ramificam. Consiste na consciência da existência do outro enquanto sujeito portador de características que não são aferidas ao eu, mas que constituem o próprio universo do “Ser” ao qual enxergamos, seja pelas singularidades culturais e/ou ideológicas, pela função/atuação social, pelos projetos etc.

A alteridade também pode ser reconhecida pelo outro que chega, ou seja, “os de fora”, em oposição aos “de dentro”, aqueles que possuem ou já construíram suas identidades

territoriais ou que possuem apego pelo solo e pelo lugar enquanto base à existência e manutenção dos modos de vida que lhes são próprios. É por essa circunstancialidade que a alteridade se define e pode ser qualificada pelo sentido de fronteira (ALMEIDA, 2005; CRUZ, 2006, 2007; BRITO, 2016).

Almeida (2005, p. 104), ao estudar as territorialidades que se moldam pela construção da usina hidroelétrica Serra da Mesa, em Goiás, e a inserção de outros sujeitos no local por ocasião da instalação de projetos “modernizadores”, nos pontua o entendimento de que “a fronteira é interpretada essencialmente como lugar da alteridade [...] separa e delimita nossas realidades de outras realidades”. Nesse caso, a noção de fronteira é percebida como a diferenciação entre os que já estavam e os que chegaram. É, pois, a percepção e o ato de enxergar a distinção entre lugares, sujeitos e culturas, mesmo estes sendo constituintes de um mesmo espaço.

Esse encaminhamento nos insere em outra discussão: aquela que nos permite entender a fronteira para além dos limites de um território e pensá-la por intermédio das relações sociais que podem se estabelecer no espaço e que se fazem circunscritas entre uma realidade e outra, pelos diferentes modos de vida, por culturas e, logicamente, por objetivos de apropriação e uso do espaço que se diferem e são tantas vezes conflitivos. Essas fronteiras são simbólicas, mas, também, se materializam no tempo-espaço, demarcam escalas e podem ordenar o território de acordo com os objetivos dos que o compõem. A usina hidroelétrica Serra da Mesa/GO é, assim, um exemplo de fronteira material por demarcar a chegada e o encontro dos “de fora” – o novo, modernizador – e “os de dentro” – os que já estavam, os tradicionais, os do lugar.

Pela fronteira, os grupos se diferenciam e se afirmam, pois lá estão impressas as características mais singulares dos povos que precisam ser resguardadas, mesmo sob a influência dos “de fora”, de sua cultura e de novos objetivos para com o espaço. Trata-se de uma aspiração conjunta de se afirmar identitária e culturalmente frente ao que chega e que está sendo observado. Uma preservação de costumes, de modos e de significados que o espaço de referência o é para mim e para o grupo dominante.

Desse modo, compreendemos que a fronteira é o espaço em que as identidades se afirmam pela diferenciação dos “de dentro” e dos “de fora”, pela alteridade. É na fronteira que se estabelecem similitudes e diferenças. Essas diferenças são carregadas de historicidade e se reafirmam pela coletividade de grupos e pelas raízes que foram estabelecidas no/com o espaço/lugar. De modo consonante, Benitez e Levi assinalam que:

La identidad es una construcción social reforzada por un discurso que lo retroalimenta, que se apoya en criterios y rasgos distintivos para afirmar y reafirmar similitudes y diferencias. [...] Aunque dichos rasgos pudiesen contemplar también aspectos de género, religión, grupo étnico u, ocupación, el carácter de originario o avecindado es determinante en la forma como se perciben a sí mismos y al otro, en la forma como se construye la colectividad y se establece la alteridad (2009, p. 125).

À vista disso, torna-se possível falar de identidades coletivas e que podem ser reveladas não apenas pelo momento presente, mas pelos processos históricos e pelas transformações às quais determinados grupos foram submetidos. Essas identidades nos remetem à ideia de objetivos comuns entre indivíduos em busca de afirmação e reconhecimento, podendo ser resultantes de ações religiosas e étnicas e da busca e posse por um dado território, mas podem estar associadas às relações de convivência, de sociabilidade e de familiaridade em um mesmo ambiente em que grupos e sujeitos se congregam.

A identidade enquanto construção histórica já fora apontada por Hall (2006), para quem está sujeita à ressignificação, envolvendo os vínculos de pertencimento, as heranças e as aspirações futuras. Ela, a identidade, é realmente algo construído e moldado no/pelo tempo no contexto cultural de cada sociedade ou grupo que a envolve, se apresenta como algo dinâmico no decurso espaço-temporal, estando sempre susceptível ao processo de mudança, e isso não implica perder as raízes que a originaram.

Outrossim, “a identidade é, realmente, algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes [...]. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada” (HALL, 2006, p. 38). A noção de tempo adensa as identidades, tempo passado, tempo presente e aspirações futuras. “Assim, ao invés de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento” (HALL, 2006, p. 39).

Enquanto processo, as identidades não se apresentam como estanques. Elas são significadas e ressignificadas de acordo com o contexto cultural a que pertencem e no qual são reveladas. Por esse motivo, tempo, espaço e memória qualificam as identidades e nos permitem entender que elas têm “a ver não tanto com as questões ‘quem nós somos’, ou ‘de onde nós viemos’, mas muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tornar’ [...]” (HALL, 2006, p. 109).

Esse vir a ser ou, em outras palavras, o processo pelo qual “nós podemos nos tornar” tem a ver com processos de construção e ressignificação, com rotas que podem ser alteradas, preservadas ou reafirmadas no tempo-espaço. Mas nunca pode estar associado apenas ao

tempo e às formas culturais do presente enquanto uma leitura de momento ou algo estanque. O ambiente de referência identitário e os sujeitos que o compõem são resultantes de uma “construção” relacional em diferentes momentos, envolvendo heranças, percepções, histórias de vida e idealizações que não são passíveis de entendimento apenas pela leitura do momento presente. Aí estão impregnados os sedimentos da história, do tempo e de momentos vividos e que em nossa pesquisa se revelam e são revelados pela percepção.

Por conseguinte, e sem a pretensão de tecer um diálogo dissociado da empiria, compreendemos que essas concepções nos permitem importante aproximação para discutir o pertencimento e a identidade, envolvendo, simultaneamente, as transformações pelas quais o rio São Francisco e os povos que historicamente ocupam suas margens têm sofrido em decorrência, primeiro, dos ciclos econômicos e, segundo, dos grandes projetos de desenvolvimento nacional, a saber, a construção de diversos complexos de usinas hidroelétricas, sobretudo nos anos subsequentes à década de 1950 do século XX.

Em ordem cronológica, a primeira usina construída no rio São Francisco e a entrar em operação foi a usina Paulo Afonso I, no ano de 1955; em seguida, Três Marias, em 1963; Paulo Afonso II, no ano de 1965; e Paulo Afonso III, em 1968. No período subsequente, houve a inauguração das usinas Apolônio Sales (Moxotó) e Sobradinho, ambas entraram em operação em 1978; Paulo Afonso IV, em 1980; já Itaparica e Xingó, nos anos de 1988 e 1994, respectivamente.

Vargas (1999), Fontes (2011) e Pfau (2011) enfatizam as consequências políticas, geográficas e socioculturais dessas barragens e traduzem essas consequências, sobretudo pelo controle definitivo da vazão das águas sanfranciscanas em detrimento da geração de energia elétrica. Essas barragens “afundaram cidades, igrejas e sítios arqueológicos, desapropriaram índios, quilombolas e vazanteiros, mexeram nas tradições e cultura dos ribeirinhos”. Acerca do baixo curso, Fontes (2011, p. 43) avalia que a “construção da barragem de Xingó representou o marco definitivo em relação ao controle do homem sobre o comportamento do seguimento do sistema fluvial situado à jusante dessa barragem”. O autor aborda ainda que:

Não é exagero afirmar que o fechamento da barragem para fins de enchimento do reservatório de Xingó selou de forma bastante simbólica, as condições ainda remanescentes do canal natural para o baixo curso do rio São Francisco. Naquele momento, pode-se dizer, em termos figurativos, que morria de forma simbólica o “Velho Chico” tal como presente no imaginário popular (FONTES, 2011, p. 43).

O controle definitivo da vazão do rio pelas grandes barragens influenciou de maneira significativa os modos de vida das populações ribeirinhas, que já não mais dispunham das enchentes periódicas que traziam fertilidade às várzeas e lagoas amplamente ocupadas pela cultura do arroz. Ocorria, assim, o declínio de um modelo econômico singular, com alterações também no sistema de transporte fluvial, que passou a funcionar de maneira deficitária devido às condições de vazão e assoreamento causadas pelo acúmulo de sedimentos.

No tocante a esses acontecimentos, as transformações na base física do rio São Francisco em consequência da implantação das hidroelétricas marcaram de modo mais incisivo, portanto, a chegada do outro, “os de fora”. Delinearam significativas transformações na vida cotidiana e o reconhecimento de um modo de ser específico em detrimento dos modos de vida e dos objetivos dos que chegaram. Assim se estabelecem no vale sanfranciscano os itinerários da alteridade tanto pelas relações materiais quanto pelas simbólicas.

Com essa aproximação, estamos nos aportando no entendimento de que as identidades, embora sejam expressas pela subjetividade, não se dissociam de modo algum de uma base de referência material. O simbólico se apresenta e é constituído pelo material, mas não somente por ele. O rio, o sertão semiárido, o roçado, a casa, a praça e a igreja, a cidade natal, a pátria etc. Todos estes são elementos de base material, mas que não se desvencilham dos significados que se expressam pelo simbólico imaterial. A esse respeito, Cruz se posiciona afirmando que:

A identidade é construída subjetivamente, baseada nas representações, nos discursos, nos sistemas de classificação simbólica, embora não seja algo puramente subjetivo e não se restrinja à ‘textualidade’ e ao ‘simbólico’. Ela não é uma construção puramente imaginária que despreza a realidade material e objetiva das experiências e das práticas sociais como muitos afirmam, e nem tão pouco é algo materialmente dado, objetivo, uma essência imutável, fixa e definitiva (2007, p. 263).

De tal modo, poderíamos afirmar que as identidades apresentam como principal característica as relações que se entremeiam ao universo material e simbólico, sem que isso ocorra de maneira antagônica. A existência da base material pode ser entendida como sendo o ponto de partida, a matéria-prima e/ou o espaço de referência que dá sentido à identidade e em que seus idealizadores produzem e ressignificam o espaço vivido.

A esse respeito, Poche (1983) apresenta o chamado “espaço de referência identitária”, ou seja, o espaço que compreende a concretude material e a base dos elementos simbólicos. Cruz (2007, p. 271) considera que é no espaço de referência identitário que “são forjadas as

práticas materiais (formas de uso, organização e produção do espaço) e as representações espaciais que constroem o sentimento e significado de pertencimento dos grupos ou indivíduos em relação a um território”.

O lugar e o território constituem essa base, pois é neles que a identidade toma forma, seja pela apropriação e pelo uso ou pelas relações de pertencimento e enraizamento. Nesse contexto, as contribuições de Almeida (2005, p. 109) apontam para o fato de que “o território ele o é, para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas”.

Em Haesbaert (1999, p. 178), aportamo-nos no entendimento de que as identidades se “fundamentam através do território [...], tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central da construção dessa identidade parte ou perpassa o território”. Aqui, e após esta análise, reafirmamos o pensamento de Santos (2000) ao considerar que o território não está vazio de conteúdo e de concretude humana.

Os modos de vida ou, então, as relações de convivialidade que se expressam na vida cotidiana ribeirinha dos povos que adensam o vale sanfranciscano são reveladores de um espaço de referência identitária associado às condições necessárias de manutenção da vida no rio. É pelo rio, base física palpável, visível e sentida, que o homem estabelece sua base identitária, bem como os significados e os sentidos que as águas, a terra e a caatinga representam em suas vidas.

O rio e os elementos que o constituem, pensados como espaço de referência para a construção das identidades, são “palco” do imaginário e dos discursos do ribeirinho. Neles, estão presentes histórias de vida, crenças, religiosidades, contos, lendas, saberes e fazeres, significados e geossímbolos¹³ conformadores de territorialidades que dão à paisagem características únicas e que só podem ser reveladas pelos significados e valores culturalmente atribuídos.

O rio São Francisco enquanto espaço de referência identitária aguça o imaginário dos seus povos. As carrancas¹⁴ (Figura 6), esculpidas em madeira, por exemplo, revelam a crença dos barqueiros e remeiros na existência de seres míticos que ocupam as águas. E, de tal modo, o uso dessas esculturas nas proas das barcas se revela enquanto elemento de proteção. A

¹³ Expressão apresentada por Joel Bonnemaison (2002) para designar as referências materiais de determinadas localidades e que remetem à identidade e à cultura de seus povos, refletindo-as.

¹⁴ Segundo Pardal (2006), as carrancas foram usadas nas barcas do médio rio São Francisco, sobretudo aproximadamente até 1955.

subjetividade está alicerçada num modo de vida particular em que o físico e o humano formam um amálgama característico do sentido de ser ribeirinho¹⁵.

Figura 6: Carranca na Proa de Barca e Canoa de Tolda no Médio Rio São Francisco



Disponível em: <https://arteref.com/carrancas-no-rio>.

Acesso em: 12 mar. 2019.

A consciência do pertencimento, para Cruz (2006, p. 189), também apresenta centralidade na constituição das identidades. Não basta estar, é preciso que se tenha uma consciência do estar e do ato de pertencer a um dado lugar, ao território que se afirma pelas “práticas e representações espaciais que envolvem ao mesmo tempo o domínio funcional-estratégico (finalidades) sobre um determinado espaço e a apropriação simbólico/expressiva do espaço (afinidades/afetividades)”.

O domínio funcional-estratégico é revelado, sobretudo, pela apropriação material do lugar e do território, pensado junto às relações de poder e aos usos estratégicos pelos mais diferentes sujeitos e atores sociais atuantes. Por sua vez, a apropriação simbólica está associada às relações subjetivas inerentes à vida cotidiana dos indivíduos, às relações afetivas e aos significados impregnados no lugar. Mas também está associada às concepções ideológicas e políticas e ao autorreconhecimento.

Essa compreensão da apropriação material e simbólico-subjetiva do lugar e, conseqüentemente, dos territórios faz-nos pensar a espacialidade do rio São Francisco

¹⁵ Discussão apresentada no IV capítulo.

enquanto lugar-território¹⁶, em que, de um lado, tem-se um rio institucionalizado, palco de políticas estruturais que têm se apresentado como modernizadoras, mas que desnaturalizaram o rio ao longo das últimas décadas, principalmente em seu baixo curso. E, de outro lado, um rio demarcado pelo pertencimento e pelas identidades de seus povos, revelador de uma geograficidade endêmica e que resguarda as histórias de vida, os costumes e as tradições de uma “cepa de gente, forjada a ferro e fogo, resultante principalmente da mestiçagem do branco aventureiro com o indígena rebelde e em menor grau com o africano sedicioso [...]” (CHAGAS, 2014, p. 38).

A memória enquanto construção histórica e cultural da vida humana ocupa centralidade na constituição das identidades territoriais e nos significados que atribuímos aos lugares. Nesse sentido, a identidade pode ser expressa pelas lembranças e pelo sentimento de pertencimento a um determinado espaço, mesmo estando distante dele. A toponímia ou, de outro modo, o sentimento afetivo pelos lugares, tal como apresentado por Tuan (2012), nos revela essa “atração” do homem pelo lugar, envolvendo os vínculos afetivos e de pertencimento, mas, também, as memória e lembranças.

Ao contextualizar o conjunto de relações inerentes à memória e à constituição do lugar, Marandola Jr. (2014) considera que esse último é revelado pelas lembranças como experiências vivenciadas e sentidas em que o sentido de permanência é elemento marcante na constituição das identidades. E acrescenta:

O tempo é vivido como memória, e por isso memória e identidade adensam o lugar. A memória é a experiência vivida que o significa, definindo-o enquanto tal. Não é à toa que pensar o lugar é mais fácil recuando no tempo: lugar de nascimento, lugar de lembranças, lugar de saudade, lugar de memória, lugar de identidade. Ele parece mais conectado a uma tradição, a uma experiência profunda de entrelaçamento com a terra. Um ritmo lento onde o sentido de permanência prevalece (MARANDOLA JR., 2014, p. 229).

A memória enquanto experiência vivida resguarda em si os sedimentos das histórias de vida, das relações espaciais que desenvolvemos no lugar. Portanto, “a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada [sic]. Isso resume a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma história de vida [...]” (CANDAUI, 2012, p. 16).

¹⁶ Buscamos apresentar as bases teóricas para essa discussão no próximo tópico, denominado de “Lugar-território”. Todavia, foi nossa intenção dialogar teórica e empiricamente com essa construção ao longo de todo o percurso do estudo, com ênfase, sobretudo, nos delineamentos empíricos que apresentaremos no capítulo IV.

O ato de recordar-se do lugar da infância, das atividades do cotidiano, de um modo de vida específico é, também, um processo de construção de relações espaciais. É um resgatar da própria identidade. “O espaço valorizado produz memória e é carregado de sentido e símbolos que o transforma em território cultural marcado por relações sociais que portam referenciais identitários [...]” (SCHALLENBERGER, 2011, p. 07). Diz uma moradora de Aracaju/SE: “sinto saudade da beira do rio [São Francisco], da infância, do banho. Viver aqui era uma maravilha. Todos os fins de semana, nas festas e feriados eu e meu esposo voltamos aqui” (Em Bonsucesso, povoado de Poço Redondo/SE, janeiro de 2019).

As lembranças de momentos vividos e que se expressam pela memória são, assim, o ponto de partida que liga o passado e o presente no processo de reconstrução das experiências espaciais com o lugar, mas, também, com as outras pessoas e os demais elementos impregnados como marcas na paisagem aos quais atribuímos significados por meio das vivências do cotidiano.

A memória – mesmo sujeita a influências e novos valores, parte natural do processo evolutivo do grupo que a preserva como elemento que dá sustentação à identidade e ao sentido da origem – mantém o cerne como elemento de vínculo entre o presente e o passado (FUNES, 2009, p. 63).

Mesmo após 30 anos residindo fora do povoado e estando em um ambiente diferenciado, caracterizado por elementos culturais distintos daqueles de sua origem – no caso específico, residindo na cidade de Aracaju/SE –, a entrevistada não se desvincilhou do enraizamento e dos elementos que dão identidade ao povoado de Bonsucesso/SE. O rio São Francisco, a igreja, as festas de padroeiro, a antiga fazenda de arroz, todos esses são elementos de referência identitária e que estão impregnados nas lembranças ou se fazem presentes no cotidiano local.

O ir e voltar ao povoado ribeirinho de Bonsucesso/SE expressa as relações de territorialidade que se estabelecem tendo por base as lembranças de momentos vividos, sobretudo, na infância, territorialidades essas que são vinculadas ao rio, às práticas cotidianas, aos festejos e à afabilidade para com o lugar, atribuindo-lhe singularidades e demonstrando o sentido material e simbólico do espaço. É constituinte ainda dos laços e das redes que os ligam ao lugar da infância, do nascimento, da primeira casa. Nessa acepção, mesmo não residindo nas proximidades do rio São Francisco, o sentido de pertencimento ao rio permanece tal como permanece o sentido de lugar.

3.3 Lugar-território

O sentido de pertencer, de ser e de estar antecipa as relações de posse, de poder e a dimensão política do território, mesmo sendo esses resultantes de um constructo simbólico-material? É possível pensar o território e as identidades territoriais à frente do enraizamento no/pelo lugar, das relações vividas no cotidiano? Essas são algumas das indagações que nos fazem enveredar naquilo que Haesbaert (2016, p. 27) chamou de “constelações geográficas de conceitos” no entorno da categoria-mestra que é o espaço.

E a dimensão espacial do rio São Francisco deve ser pensada como um território sobreposto ao lugar, ou seria o vivido o elemento-chave constituinte de um lugar-território? Nossos itinerários estão pautados na busca dessa compreensão, um caminho pensado pela práxis que se revela e é revelado no delineamento teórico, mas, principalmente, pelas percepções de sujeitos que vivem e experienciam a realidade colocada, ou seja, “os de dentro”, bem como pelas observações que se tracejam no rio São Francisco enquanto referência empírica da pesquisa.

A valorização das percepções para esse entendimento está assentada em Merleau-Ponty (1996), ao demonstrar que a percepção reúne nossas experiências sensoriais e daí, também, as nossas concepções de espaço. Ou seja, o entendimento da dimensão espacial, em variadas escalas e pelo entendimento dos “de dentro”, será pensado e estabelecido pela realidade vivida, mas também pelas revelações percebidas e expressas nas paisagens, uma vez que estas envolvem “muito mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma ‘impressão’ que une todos os elementos” (DARDEL, 2015, p. 30).

É por congregar todos os elementos que as paisagens também nos revelam diferentes temporalidades, hegemonias e processos de resistências e ressignificações. Por elas ainda nos são revelados os processos de posse e usos, de domínio e dominação (COSGROVE, 2012), do arcaico e do novo, ou seja, das marcas humanas no espaço e da interação do homem com a natureza. A paisagem é, assim, o retrato que dá forma ao espaço, “é uma imagem do território e é sempre um documento histórico [...]” (RAFFESTIN, 2010, p. 17). Ou ainda, no pensamento miltoniano, a paisagem enquanto rugosidade nos revela as marcas do tempo e do homem no espaço.

Para Cosgrove (2012), “todas as paisagens possuem significados simbólicos porque é o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem”. Do mesmo modo, ao apresentar a morfologia da paisagem, Sauer (2012, p. 209) considerou que a cultura

representa as marcas do trabalho humano na paisagem. “A cultura é o agente; a área natural, o meio, e a paisagem cultural, o resultado”.

A cultura enquanto produção humana no espaço qualifica, identifica, diferencia e afirma lugares e territórios, de modo que as formas materiais e simbólicas que se expressam nas paisagens e atribuem sentido a estas só se tornam possíveis e perceptíveis pela cultura. A valorização da cultura associada ao contexto da constituição identitária dá sentido e formas ao espaço, transformando-o em lugar, em território.

Assim, e relembando as contribuições teóricas já mencionadas (itens 3.1 e 3.2), denota-se que lugar e território são adensados por relações de pertencimento, portanto por identidades e por elementos materiais e simbólicos. Essas características nos fazem concordar com Souza (2013, p. 121) ao considerar que, “na prática, lugares são, menos ou mais claramente, e menos ou mais fortemente, quase sempre territórios”. É fundamental perceber que por esse mesmo modo de ver territórios também se apresentam quase sempre como lugares. Esses lugares do território são revelados pelo mundo vivido.

Mesmo sendo o território caracterizado pelas bases econômica, biológica, social, política etc., como considerado por Bonnemaison (2002); Fernandes (2009); Thomaz Júnior (2011); Saquet (2013), entre outros, “sua expressão mais humana identifica-o como o lugar de mediação entre os homens e sua cultura. [...] O território é, pois, esta parcela do espaço enraizada numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento” (MEDEIROS, 2009, p. 217-218).

O respaldo para esse entendimento pode ser percebido, mais uma vez, no exemplo dos territórios quilombolas e/ou indígenas. Estes constituem espaços demarcados por relações de poder em que o sentido de posse é o elemento mais marcante no espaço. Todavia, esses territórios resguardam a historicidade dos povos, os hábitos, os costumes, as tradições, enfim, toda a sua cultura. São espaços de aconchego, segurança e preservação dos sentidos que os fazem “Ser” quilombolas, indígenas ou, ainda, ribeirinhos, sertanejos, assentados e, portanto, que os fazem Ser-no-mundo e Ser-no-mundo com os outros, pois revelam o sentido da existência. São territórios marcados pelas relações identitárias e de pertencimento. Uma topofilia¹⁷, uma geograficidade¹⁸ os liga ao espaço, ao mundo vivido onde estão assentadas as experiências da vida cotidiana. Agora, estamos falando não mais de um território e sim de um lugar de vida. Um lugar que se faz território. Um lugar-território.

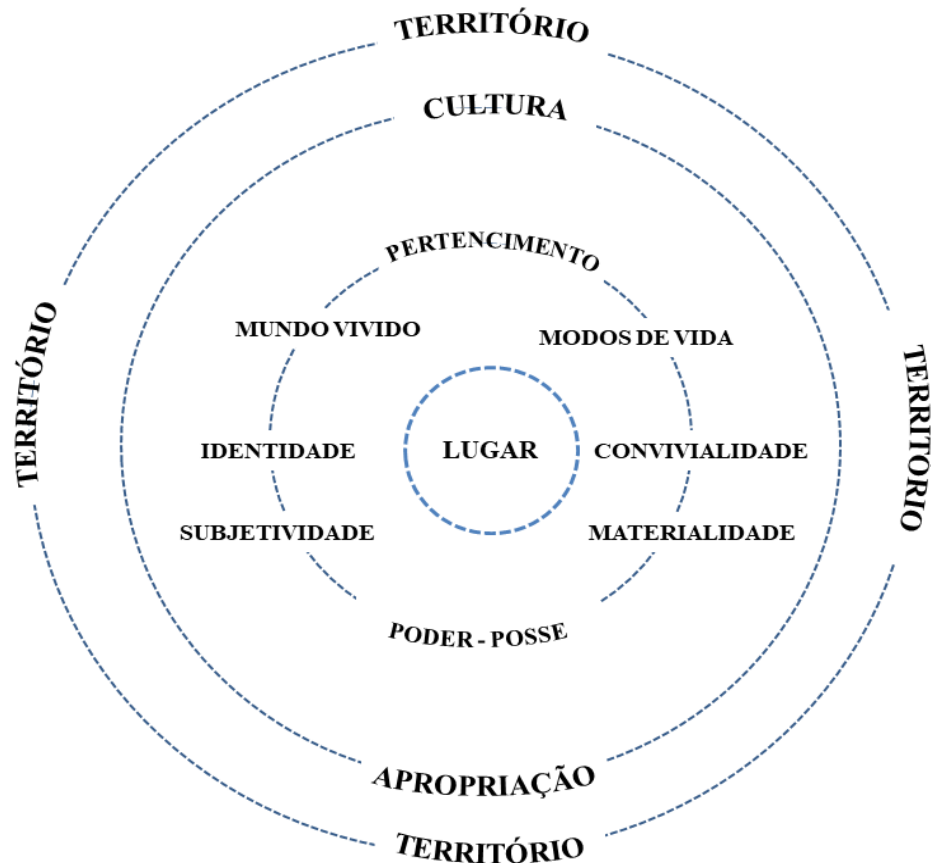
¹⁷ Conceito introduzido por Tuan (1974) referente aos laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente e com os lugares.

¹⁸ Conceito introduzido por Dardel (1954) referente às várias maneiras pelas quais sentimos e conhecemos o ambiente.

Ao apresentar lugar e território como categorias existenciais que inserem o “Ser-no-mundo”, Serpa (2017, p. 593) demonstra que ambas se engendram pelas experiências que desenvolvemos com o espaço e que “deve-se estar atento às suas manifestações (e qualidades) nos modos como ocupamos e nos apropriamos do espaço, nas diferentes escalas e situações espaço-temporais”. Sua contribuição vai de encontro ao entendimento de que as noções de escala pouco influenciam na composição de lugar e território. A multiescalaridade é o elemento básico para esse desvelar categorial.

A categoria lugar-território enquanto uma construção relacional (Figura 7) ainda se apresenta como incipiente nas análises geográficas, principalmente quando buscamos pensar o universo da pesquisa para além dos caminhos da teoria. Todavia, embora não tenhamos uma construção conceitual objetivamente definida, a ideia de lugar-território está presente em diversos estudos, sobretudo naqueles que buscam associação entre território, territorialidade, identidades, identidades territoriais, pertencimento, representações, poder/posse, funcional/estratégico, lugar e mundo vivido, simbólico/material, significação/ressignificação e, ainda, território lugar.

Figura 7: Lugar-território enquanto construção relacional



Elaboração: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

Importantes contribuições se destacam quanto ao fato da “constelação” território lugar, dentre as quais trazemos os estudos de Almeida (2005, 2008), Mendes e Almeida (2007), Mendes (2009) e Santos e Almeida (2018). Todos esses se direcionam ao entendimento relacional entre ambas as categorias, apoiando-se ora nas representações do mundo vivido, ora nas territorialidades e nas teias de relações entre homem e natureza, ou então nos remetem ao entendimento do território lugar, envolvendo pertencimento e enraizamento.

Em particular, Santos e Almeida (2018, p. 190) se utilizam das duas categorias com vistas a apresentar e “discutir o modo pelo qual o ribeirão dá sentido ao seu espaço”. Esses sentidos estão associados aos modos de vida, aos cheiros, às percepções, mas também aos modos que antecedem a instrumentalização do território. Portanto, “estes [territórios] são originários na efetivação da pesca, no lazer, nas celebrações e culto aos ancestrais. Com isso territórios podem designar um território que emerge a partir dos seus lugares” (SANTOS; ALMEIDA, 2018, p. 207).

Assim, estamos de acordo com a proposição de que “o território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento” (MEDEIROS, 2009, p. 217). Trata-se de um espaço em que a condição da vida se desenvolve pela satisfação das necessidades humanas. Essa premissa nos faz falar primeiro em lugar, que é expresso por valores, significados, representações etc. e, após isso, delinear os caminhos que constituem a face do território.

Antes de ser uma miscelânea de conceitos ou categorias, essa construção nos encaminha para a possibilidade de novos arranjos de leituras do espaço. Novos caminhos. Novas interpretações que se fazem e refazem por abordagens consolidadas e justificáveis, não se tratando, assim, do simples agrupamento de categorias.

À vista disso, e aportando-se nos caminhos até o momento delineados, entendemos o lugar-território como a porção do espaço definida por relações de pertencimento que se produzem, se reproduzem e se ressignificam no cotidiano, intermediadas por um conjunto indissociável de elementos simbólico-materiais que refletem um modo de vida específico. Lugar-território é, portanto, multiescalar, não apresenta dimensões espaciais definidas ou específicas e é “sitiado” por relações de convivialidade que se revelam pelo sentimento de posse, por relações políticas e pelo poder, em diferentes níveis.

O lugar-território é, também, o espaço do enraizamento em que a memória e as identidades territoriais são preservadas e valorizadas e em que os grupos sociais encontram respaldo para o processo de preservação dos saberes, dos fazeres e da cultura enquanto processo que está sempre em mudança, em transformação. É um espaço em construção no

qual o material não se sobrepõe ao simbólico – e vice-versa –, e isso não significa a ausência de conflitos, sobretudo quando levamos em consideração que o lugar-território também é mediado por elementos que constituem uma dimensão funcional-estratégica.

A compreensão das convivialidades nos acresce o entendimento de que as relações sociais, políticas e simbólicas não se excluem. E o lugar, enquanto microcosmos e mundo de significados (TUAN, 2013; MARANDOLA JR., 2014; HELPH, 2014), não se isenta dos constituintes funcionais que moldam o espaço. Dessa maneira, encaminhamos para uma possível resposta a indagação inicial ao considerar que as relações de pertencimento, os sentidos de ser e estar e a conjectura do enraizamento no/pelo lugar, antecipando as relações de posse, de poder e, assim, também, a dimensão funcional-estratégica.

A resignificação do pertencer e do habitar também deve ser levada em consideração na constituição do lugar-território. Os diferentes tempos que se expressam entre um modo de vida específico, caracterizado pela cultura e pela identidade, se entrecruzam com o contraste da tecnificação do espaço, em função de projetos de desenvolvimento, de interesses diversos e, também, unilaterais. Esses são os diferentes tempos do espaço e do território e que, para Muñoz (2006, p. 236), “varía según como las personas haen uso del mismo y, e ese sentido, el tiempo establece diferencias claras entre los habitantes de su espaço concreto”.

Esses diferentes tempos não estão associados tão somente ao tempo histórico ou cronológico, mas aos diferentes ritmos pelos quais as sociedades fazem uso do espaço, se utilizam da natureza e reproduzem suas vidas, seus modos de vida. Também dizem respeito ao processo de apropriação e às relações culturais. São os tempos em que os lugares são reproduzidos e moldados. O tempo da cidade não é o mesmo dos habitantes da vila rural, do ribeirinho, do pescador e das comunidades tradicionais, por exemplo. Assim, se diferenciam os tempos do camponês e do grande produtor rural, muito embora também se entrecruzem.

Por conseguinte, o rio São Francisco pensado enquanto lugar-território constitui um espaço de contrastes entre os elementos constituintes das experiências cotidianas (Figuras 8 C, D e F), de modos de vida específicos e do meio funcional-estratégico, caracterizado pela apropriação e instrumentalização do ambiente natural (Figura 8, A, B e E), que é o “palco” da vida ribeirinha.

Figura 8: Lugar-território do baixo rio São Francisco – AL/SE, entre a dimensão do cotidiano e funcional-estratégica



A) Rio apropriado por empresas de turismo e lazer, em Canindé de São Francisco/SE. B) Dimensão técnica/operativa do rio: paredões do lago da Usina Hidroelétrica de Xingó, vista do município de Piranhas/AL. C) Convivialidades: canoas tradicional de pesca e transporte usadas no cotidiano dos ribeirinhos, povoado Bonsucesso, município de Poço Redondo/SE. D) Vivências: crianças tomam banho e brincam no rio, povoado Cajueiro, município de Poço Redondo/SE. Essa é uma prática comumente observada nos povoados ribeirinhos. E) Funcional-estratégico: rio dos limites e da integração: transporte de passageiros e cargas em lanchas no porto fluvial de Pão de Açúcar/AL. F) Múltiplos usos do rio: lazer e pesca, comunidade Bode, município de Traipu/AL.

Fonte: Trabalho de campo, 2018-2019.

Fotografias: SILVA, Cícero Bezerra da.

Essa condição contrastiva e dialética é constituinte do lugar-território sanfranciscano e, em específico, do baixo rio São Francisco. Nele, o ribeirinho, os povos que ocupam o rio e suas margens, desenvolve um modo de ser e de estar que lhes são próprios, fruto da profunda interação do homem com a natureza, mas é no mesmo ambiente que as políticas de Estado, por exemplo, são implantadas, provocando alterações significativas no ambiente e na vida do próprio homem.

Outra característica desse processo é a apropriação dos recursos naturais frente às diferentes formas de uso pelos sujeitos sociais que na história recente têm enxergado o

ambiente do rio e das terras adjacentes como território de políticas de planejamento¹⁹ e de caráter funcional e estratégico.

Esses elementos integram a paisagem sanfranciscana de modo que se torna impossível pensar o rio São Francisco, seus povos, a cultura, os modos de vida e as terras de beira-rio sem essas interferências que, de modo geral, compreendem o reflexo dos grandes projetos de desenvolvimento regional e, por conseguinte, nacional. Isso não nos permite, para tanto, o isolamento desses fenômenos ou o desenvolvimento de uma análise sem que se leve isso em consideração.

Esses apontamentos são necessários para delinearmos o entendimento de que os povos que habitam o baixo rio São Francisco convivem com esses elementos que foram impregnados na paisagem, vivenciaram e vivenciam significativas mudanças nos modos de ser ribeirinho e de estar no rio. Com efeito, o rio permanece, o rio é o lugar do habitar, da identidade, do enraizamento e onde o pertencimento é marcante, ora pela memória/lembranças, ora pela vida que ali se faz. Para isso, nos apoiamos nas concepções de Claval (2010, p. 43) ao demonstrar que o “habitar é se inserir em um ambiente cujo aspectos físicos e os componentes sociais rapidamente se tornam familiares. A presença de todos é aí observada, apreciada, criticada eventualmente”.

Essa mediação dialética é, pois, assinalada por Cruz (2006, p. 23) ao apresentar o contexto das identidades e das lutas sociais na Amazônia e as diferentes nuances da “modernização” versus o “tradicional”, fator que tem desencadeado novas formas de afirmação social, sobretudo pela luta em oposição às figurações que “historicamente foram instituídas como moderno/colonial”. É nesse sentido que a organização das espacialidades também é afirmada, levando-se em consideração as diferenças, as relações de posse e de diferenciação, constituindo territórios plurais e de múltiplas existências. De outro modo, constitui-se, também, lugar-território de significados e dimensões diversos.

¹⁹ Vargas (1999) apresenta importante contribuição ao discutir as políticas de desenvolvimento regional no baixo rio São Francisco. Embora a análise empírica tenha como referência o estado de Sergipe – municípios da margem sergipana –, a autora contextualiza o cenário da bacia, sobretudo ao trazer à tona uma visão crítica sobre a atuação de órgãos como a SUDENE e a CODEVASF.

**CAPÍTULO IV: O RIO É O MEU
LUGAR: O FATO E O
SENTIMENTO DE PERTENCER
ÀQUILO QUE NOS PERTENCE**



Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

“[...] aqui, a vida passa mais nas águas do que em casa” (Entrevistado. 4, Povoado Niterói/SE).

“Eu não sei da vida sem esse rio” (Entrevistado 19, povoado Curralinho/SE).

“[...] sou ribeirinha no sertão, sou os dois” (Entrevistada 5, em Pão de Açúcar/AL).

4.1 Pertencimento e identidades no e para com o sertão do baixo rio São Francisco

A afeição ao solo, à terra e ao ambiente circundante constitui, para Bonnemaïson (1987), as bases necessárias à manutenção das identidades territoriais. Esses círculos de convivialidade são conformadores de espaços de referências identitárias em que nossas raízes se arraigam tendo por base elementos tanto de dimensão material quanto simbólicos. O espaço de referência identitário é, segundo Poche (1983) e Cruz (2007), a base em que estão assentadas nossas tradições, nossas experiências, os modos mais específicos do sentido do ser, as bases subjetivas da vida. Não obstante, o apego à terra, nos lembra Dardel (2015, p. 31), é a expressão mais concreta da existência, “terra como lugar, base e meio de sua [nossa] realização”.

O apego à terra, ao lugar, é revelado pelo valor que lhes é atribuído, o sentido do pertencimento está associado às experiências mais íntimas do indivíduo com o lugar e não diz respeito tão somente às relações de proximidade, de contato no cotidiano, mas às experiências vividas, aos laços afetivos. Esse valor é, pois, revelador do enraizamento em que as memórias decodificam e significam elementos e representações importantes e que resguardam a dimensão do movimento da vida, as lembranças e o sentido do pertencimento. Pertencer está associado à atribuição de valores ao lugar, aos símbolos, e é a base de manutenção e afirmação das identidades tanto pelas tradições quanto pelas traduções ou, em outras palavras, pelo que pode vir a ser.

Pelas tradições, se desvela o conjunto de relações de pertencimento, o enraizamento no/pelo rio que é lugar e território, que é espaço de vida, onde se congregam o cotidiano e as lembranças. Trata-se da apreensão das marcas da cultura, dos modos de vida e da própria identidade. As tradições são marcas enraizadas na memória e nas vivências individuais e coletivas, dizem respeito aos vínculos do ser e do estar no rio São Francisco. Mediante essa decepção, as tradições constituem as bases materiais e simbólicas que resguardam os fundamentos do processo de identificação e do próprio ato de pertencer.

Pelas traduções, buscamos perceber o devir, o vir a ser, as estratégias e as rotas a serem seguidas/tomadas que resguardam o pertencer e as identidades, conforme considerado por Cruz (2006, p. 261) ao incluir no processo de traduções os “projetos, o futuro, os rumos, o tornar-se”. Pelas traduções, são desveladas as aspirações dentro da perspectiva do devir com condições necessárias à compreensão da cultura e da própria identificação em uma construção relacional e contrastiva à memória, às experiências vividas, ao cotidiano e às aspirações futuras.

Mediante o contexto das tradições e das traduções, as relações de pertencimento e as identidades que se vislumbram no sertão do baixo rio São Francisco são fruto de mudanças e permanências, de heranças e, também, daquilo que se apresenta na realidade cotidiana como divergente do “tradicional” e do modo como os povos locais organizam e produzem seus espaços de vida.

A paisagem do lugar é a expressão mais concreta da identidade, pois revela modos de vida, organização, produção, reprodução e organização das espacialidades, da vida. Pela paisagem, enxergamos as expressões culturais do homem na natureza, expressas nos usos e cultivos da terra, nos templos religiosos, nas festas, nos ritos, enfim, nas formas do lugar. “Todas as paisagens são simbólicas [...] e transmitem elas um específico conjunto de valores” (COSGROVE, 2004, p. 106-107). Esses valores muito dizem sobre nós e, culturalmente, significam, ressignificam e dão forma aos lugares.

Para Almeida (2018, p. 289), as paisagens “refletem as formas como os homens interiorizam o espaço e a natureza, integrando-os ao seu próprio sistema cultural, e também os conflitos identitários e como os grupos sociais se inscrevem em um espaço geográfico preciso”. O espaço ao qual a autora se refere é o chamado “Brasil Sertanejo”. Inserido no universo do Brasil Sertanejo, o sertão do baixo rio São Francisco compreende um espaço dinâmico em que natureza e cultura constituem as bases da compreensão das relações de pertencimento e das identidades.

A propósito dos traços identitários resguardados pelos povos do rio São Francisco, os de beira-rio e os de alhures²⁰, estes são muitos e tampouco seria possível designar suas especificidades, pois estas estão associadas à ancestralidade dos povos originários, ao processo histórico de ocupação do interior do país, às lutas e resistências na e pela terra, à natureza apropriada culturalmente e às raízes que consolidam a identificação e o pertencimento.

O rio é o espaço de referência em que se consolida o sentido do pertencer e do habitar e que, ao ser valorado, é transformado em lugar. Apropriado e significado, é no rio que a vida se faz, conforme respaldo do ribeirinho:

Por aqui, me chamam de Rei do Rio. Eu posso dizer que o rio é o meu lugar. É o melhor lugar de viver. Eu nasci aqui, conheço tudo isso aqui. Só quem vive perto do São Francisco sabe o que é. É assim, aqui a vida passa mais devagar, ele [o rio] faz parte de mim, nos fins de semana entro e vou

²⁰ Vargas (2019) fez uso desse termo para diferenciar a condição de ribeirinho daqueles que, mesmo não vivendo nas margens do rio São Francisco, são usuários de suas águas ou então guardam na memória o rio como elemento e símbolo de suas existências.

embora [entra nas águas do rio], vou até Pão de Açúcar, Piranhas [...]. Não tem lugar melhor (Ent. 25, professor, 48 anos, em Gararu/SE, fevereiro de 2019).

A apropriação simbólica e material do rio São Francisco (Figura 9), assim como o pertencimento e a valoração que o transformam em lugar, são respaldadas na fala do ribeirinho, no olhar e nas expressões manifestadas. Mas, também, na organização da paisagem, bem como nos símbolos que são carregados de valor afetivo e guardam as heranças, as tradições. São, portanto, a marca das expressões culturais dos povos, de seus valores, de seus sentimentos e da própria identidade.

Figura 9: Apropriação simbólica do rio, em Tambaú, município de Traipu/AL



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

Nessa conjuntura, o baixo rio São Francisco é apreendido pelos ribeirinhos como o lugar em que natureza e cultura são as bases do enraizamento e, portanto, do ato de pertencer. O lugar, conforme respaldo exposto por Vargas (2018, p. 25), e apreendido pelo sentido existencial que emoldura as certezas, as entradas e os caminhos da autora no/com o rio São Francisco, é o espaço em que se “firmam os sentimentos de pertença: pelas estreitas relações

com as pessoas, pelos processos de identificação com o meio natural [...]. O lugar se faz, portanto, pelo conhecimento, pelo reconhecimento e pela memória”.

Vivo aqui em Tambaú há mais de 20 anos. Cheguei e não tive vontade de ir embora. O meu lugar é na beira do rio. Nesse tempo, muita coisa mudou, esse rio era muito bonito, nem entrava menino e nem gado, era muita água, ninguém atravessava. Hoje, se você olhar, tem lugar que o gado atravessa. Quando o rio botava água nas lagoas, dava era muito peixe, era uma beleza. A fartura era grande, aqui não tinha tempo ruim. Me diga, quem pensou alcançar as vacas andando no meio do rio? Esse rio tá se acabando, pode perguntar a qualquer um aqui, secou (Ent. 36, serviços domésticos, 84 anos, em Tambaú, comunidade de Traipu/AL, fevereiro de 2019, grifo nosso).

Sempre morei na beira do rio. Nunca tive vontade de ir embora. O que é uma pessoa sem água? Aqui é uma riqueza. Se o homem tiver coragem [de trabalhar], aqui tem de tudo. Não tem lugar melhor (Ent. 35, serviços domésticos, 60 anos, em Tambaú, comunidade de Traipu/AL, fevereiro de 2019, grifo nosso).

Quando era mais novo, deu vontade de ir embora. Mas hoje, não! Viver na beira do rio é o melhor lugar, mesmo com tanta mudança [referiu-se à vazão do rio e à ausência de peixes], é o melhor lugar (Ent. 34, pescador/agricultor, 40 anos, em Tambaú, comunidade de Traipu/AL, fevereiro de 2019, grifos nossos).

A vida toda morei no beijo do rio, cresci, casei e nunca tive vontade de sair. Muita água, muita fartura, aqui tinha de tudo, terra pra plantar. Hoje o rio tá seco, mas o sertanejo não pode perder a esperança, ele [o rio São Francisco] é a nossa riqueza. Morar na beira do rio é uma paz, é um lugar bom (Ent. 37, pescador/agricultor, 59 anos, em Rabelo, comunidade de Traipu/AL, fevereiro de 2019, grifo nosso).

Não tenho palavras para descrever como é viver aqui, sabe? É maravilhoso! Abrir as portas pela manhã e ver esse rio [...]. Esse é um lugar especial. Não tem outro lugar como esse. Mas também sinto muita tristeza em ver o rio morrendo e em perceber que ele está mais seco que o dia anterior (Ent. 5, servidora pública, 55 anos, em Pão de Açúcar/AL, outubro de 2018, grifo nosso).

Vivo na beira do São Francisco há mais de 40 anos, é um lugar tranquilo, ‘aqui peixe quando nasce tem que saber se criar’ (ditado popular local). Não dá pra imaginar viver sem esse rio, ele aqui é a nossa riqueza, dá o sustento. Nele, a gente pesca, navega, tem a travessia (travessia de barco entre os portos de Niterói/SE e Pão de Açúcar/AL) que dá pra tirar o sustento, na alta temporada vem gente de fora, o sustento vem da água, é o rio. Eu gosto daqui, não me vejo morando em outro lugar. Quem nasce e se cria na beira do rio não tem pra onde ir, tem que ficar no rio (Ent. 6, pescador/agricultor, 88 anos, em Mocambo, comunidade de Porto da Folha/SE, outubro de 2018, grifo nosso).

Com efeito, esses depoimentos nos revelam que o sentido de lugar no sertão do baixo rio São Francisco não está associado aos povoados, às comunidades e às sedes municipais em que residem os entrevistados. Estes, pelo olhar de quem o é, pelas experiências cotidianas e pelas representações simbólicas e afetivas, pertencem a um lugar maior – o rio. Diz um pescador/agricultor: *“o rio é o meu lugar, aqui a vida passa mais nas águas do que em casa”* (Ent. 4, pescador/servidor público, 42 anos, em Niterói, povoado de Porto da Folha/SE, outubro de 2018).

O lugar, como já mencionamos, passa a ser entendido como um espaço com dimensões difíceis de serem estabelecidas, e as localidades de residência estão assentadas junto a um conjunto de elementos que compõem o lugar do ribeirão. O sentido, então, não é locacional e/ou setorial, é valorativo. Desse feito, Dardel (2015, p. 47) colabora na compreensão de que *“o lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiências e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança”*.

Por esse entendimento, e aportando-se em Dardel (2015), é o enraizamento junto ao rio e as experiências vividas nas águas e por entre as margens sanfranciscanas que nos aproximam do sentido do lugar. Um profundo envolvimento com a natureza, mas também com as histórias de vida, com o sentido de permanência, de continuidade e de manutenção do pertencimento. O sentido de continuidade e permanência é característica basilar do lugar, bem como as lembranças, e isso já fora apontado em diversas análises, sobretudo nas contribuições de Tuan (2013), Dardel (2015), Carlos (2007), Marandola Jr. (2014) e, mais recentemente, em Serpa (2019).

O sentido de permanência no rio, ou entre as margens do rio São Francisco, é facilmente apreendido, conforme fragmentos das falas já mencionadas acima: *“Não dá pra imaginar viver sem esse rio [...]”*; *“Eu gosto daqui, não me vejo morando em outro lugar [...]”*; *“Sempre morei na beira do rio. Nunca tive vontade de ir embora [...]”*; *“A vida toda morei no beijo do rio, cresci, casei e nunca tive vontade de sair [...]”*; *“Quando era mais novo, deu vontade de ir embora. Mas hoje, não!”*.

E mais ainda:

Tenho 58 anos, nasci e me criei aqui e é aqui que vou ficar até quando Deus quiser. Vontade de ir embora eu nunca tive. Não fui quando era novo, depois de velho também não vou. Gosto desse lugar. [...] Não há vida sem água, sem esse rio (Ent. 19, pescador/agricultor, 58 anos, povoado Curralinho, Poço Redondo/SE, janeiro de 2019).

Sempre morei aqui, a minha casa foi feita na beira do rio. O rio é o meu lugar, e nunca tive vontade de sair daqui [...]. Tenho 48 anos, é 48 anos vivendo na beira do rio [...]. Saí pra estudar e depois voltei (Ent. 25, professor, 48 anos, em Gararu/SE, fevereiro de 2019).

O que se percebe é a repetição das falas no entorno do sentido de permanência e do rio como uma referência de determinados modos de vida e do próprio enraizamento. Ao levar em consideração o “lugar da fala”, verificamos que as repetições ocorrem nas localidades tanto na margem alagoana quanto na margem sergipana, revelando os vínculos entre ambas e, portanto, as relações de territorialidades que se constituem pela apropriação. “*Moro aqui* [povoado de Niterói/SE], *mas trabalho em Pão de Açúcar e vivo de lá pra cá, é assim*” (Ent. 4, pescador/servidor público, 42 anos, em Niterói/SE, outubro de 2018).

Ainda no que se refere aos “lugares da fala” do ribeirão, podemos verificar que a alusão ao nome dos povoados, das comunidades e das sedes municipais pouco é realizada e/ou mencionada. Do mesmo modo ocorre com a construção do sentido de lugar. A menção é realizada tendo o rio e, por vezes, o sertão como a base para suas respectivas permanências. Assim, o rio São Francisco, todo ele, para os ribeirinhos, é constituinte do sentido de lugar.

Tomando por respaldados os “lugares da fala” dos ribeirinhos e da dinâmica da vida no rio, viver entre as margens sanfranciscanas – viver entre margens – é, também, um processo de apropriação simbólico e material. O rio é tomado como base da existência, é o elemento que dá significado e conteúdo à vida. Nesse contexto, a vida ou os modos de vida que se desenvolvem entre as duas margens do rio São Francisco são constituintes de uma multiplicidade de territorialidades.

Essas territorialidades não se referem apenas ao traslado entre localidades em que o rio é percebido como uma espécie de “caminho líquido”, mas se referem muito mais ao conjunto de relações estabelecidas nas águas e entre as margens, envolvendo a cultura e as relações de convivência e refletindo o vivido e os modos de interação na espacialidade do rio São Francisco e do ribeirão e, sobre todos esses, a apropriação simbólica.

O baixo rio São Francisco como lugar também está assentado na dimensão biológica, social, política, econômica e de disputas, assim como ocorre nas relações territoriais ou, de outro modo, com o próprio sentido do território. Mas, se consideramos que “a base do território é o sentimento” e que este é, “de início, um espaço cultural e de identificação ou de pertencimento [...]” (MEDEIROS, 2009, p. 217), e ainda que “o território nasce de pontos e marcas sobre o solo: ao seu redor se ordena o meio da vida e se enraíza o grupo social [...]” (BONNEMAISON, 2002, p. 128), logo é possível antecipar a esse o sentido de lugar, lugar da

vida e da existência, em que todos esses elementos se congregam em um mesmo espaço. Esses apontamentos são perceptíveis na narrativa deste ribeirão:

Nasci e me criei no Mocambo. No trabalho criei meus filhos, a família [...]. Derramei muito suor na luta dentro dessa comunidade quilombola, eu e os demais companheiros [...]. Mas aqui na beira do rio eu tenho um bom viver, eu e a família quilombola. Tudo isso começou só com seis famílias, e depois foi chegando gente do Sul, da Bahia, do Maranhão. Chegou gente do alto sertão, nêgo do pé da serra. Mas a minha família mesmo é ancestral da beira do rio [...]. Aqui eu sou um beradeiro, quem é beradeiro nem morre afogado e nem de sede (Ent. 6, pescador/agricultor, 88 anos, em Mocambo, comunidade quilombola, Porto da Folha/SE, outubro de 2018).

Mocambo, localidade mencionada e visitada (Figura 10), é uma comunidade de reminiscência quilombola localizada no município sergipano de Porto da Folha, cuja identidade de seus moradores está associada ao processo de luta e conquista da/pela terra e que tem como espaço e marco de referência o rio São Francisco. De tal modo, é importante destacar que o sentido de pertencimento ao rio não está dissociado das lutas e reivindicações da comunidade em busca de reafirmação. Diz um jovem estudante da comunidade:

O que dá vida aqui é esse rio [referiu-se ao rio São Francisco] e tudo que temos é fruto de muita luta e resistência dos nossos ancestrais. Viver na beira do rio é conquista, ele é uma das fontes da vida aqui, pra nós e pros animais. O Mocambo é uma forma de resistência, resistência política e de luta pela terra e em busca de melhorias. Não tenho vontade de sair daqui, se sair, é pra estudar, mas eu volto (Ent. 3, estudante/militante, 18 anos, em Mocambo, comunidade de Porto da Folha/SE, outubro de 2018).

Figura 10: Vista da comunidade de reminiscência quilombola Mocambo – Porto da Folha/SE, às margens do rio São Francisco



Fonte: INCRA, 2018.

Essa forma de afirmação identitária delineada pelas questões no entorno do ser quilombola tem por base a referência de acesso e permanência na terra, mas também aos significados e valores subjetivos e à consciência de pertencer a um grupo social, com histórias de vida, simbolismos e sentimentos que lhes são comuns e os fazem se diferenciar dos demais grupos e localidades. Essas afirmações identitárias se dão, segundo Cruz (2006, p. 41), “a partir das práticas e representações espaciais [...]. É na relação dialética entre domínio e apropriação, entre vivido e concebido que é construído a consciência socioespacial de pertencimento”.

E acrescenta:

No que diz respeito à consciência de pertencimento a um lugar, a um território, essa é construída a partir das práticas e representações espaciais que envolvem ao mesmo tempo o domínio funcional-estratégico sobre um determinado espaço (finalidades) e a apropriação simbólico/expressiva do espaço (afinidades/afetividades) (CRUZ, 2006, p. 40).

Desse entendimento, enfatizamos então que a unidade dialética entre domínio e apropriação e as relações do vivido reportadas à apropriação simbólica que constituem as bases da consciência socioespacial do pertencimento são, também, constituintes do lugar e do território e das respectivas afirmações identitárias dos povos que o constituem.

Reportamos à comunidade Mocambo/SE para demonstrar que a demarcação e a consequente posse da terra são, inegavelmente, um processo com finalidades funcionais, políticas e estratégicas de posse e afirmação. Por outro lado, a construção da consciência socioespacial do pertencimento, o apego à terra e ao rio como elementos de referência, bem como as relações do cotidiano e do vivido são demonstrativos de um espaço de apropriação simbólico em que o ato de pertencer se afirma e reafirma na fala, nas expressões, nos mitos, nos festejos, nos modos de vida e no conhecimento da natureza.

Nesse sentido, enfatizamos Medeiros (2009, p. 219), que, ao tratar da constituição identitária e dos laços afetivos em assentamentos de reforma agrária, constatou que “pouco a pouco, o território dos assentados vai produzindo seus próprios símbolos, suas identidades; cria suas próprias significações [...] coloca valores relacionados aos sentimentos e à identidade cultural”. O assentado, o quilombola, o indígena ou, genericamente, os ribeirinhos do sertão do baixo rio São Francisco, em suas espacialidades múltiplas, produzem significados junto à terra, ao rio e ao sertão que são constituintes de suas identidades e do sentido de lugar.

As narrativas respaldadas nas entrevistas contribuem fortemente para a compreensão de que as identidades não são homogêneas, como bem enfatizado por Hall (2003) e Castells (1999), e tampouco determinam formas de identificação específicas ou niveladoras. Ao afirmar ser “beradeiro”, conforme mencionado na fala do ribeirinho da comunidade Mocambo/SE (entrevistado nº 6), o sentido da identificação e da identidade não está associado apenas à luta de/por acesso à terra, mas à identificação com o rio e com a cultura ribeirinha. É o rio São Francisco o elemento da mediação material e simbólica da vida ribeirinha. Por meio do rio, são delineados modos de vida específicos, saberes que são próprios daqueles que dele vivem e que nele atuam.

Trata-se, portanto, de um profundo envolvimento entre natureza, homem e cultura. Esses elementos, na cultura ribeirinha, constituem uma tríade indissociável que envolve as bases necessárias à manutenção da vida – condições biológicas básicas como trabalho, alimentação, moradia, lazer –, mas também as relações que emolduram as existências, “uma espécie de cumplicidade obrigatória entre a terra e o homem” (DARDEL, 2015, p. 146), ou seja, a própria geograficidade do ser ribeirinho que envolve sentimentos/pertencimento e formas de uso e apropriação (Figura 11).

Figura 11: Lavagem de roupas no rio São Francisco, povoado Cajueiro, município de Poço Redondo/SE



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da.

Estar no rio São Francisco, dele fazer uso e a ele pertencer é, pois, a própria realidade geográfica da vida ribeirinha. Dardel (2015, p. 6) nos fala que “entre o homem e a terra

permanece e continua uma espécie de cumplicidade no ser”. Essa “cumplicidade” permanece e continua, também, entre o rio São Francisco e seus povos, as gentes que historicamente dão pujança às culturas no/do rio. Do mesmo modo, acrescentamos ainda que “a experiência [realidade geográfica] geográfica, tão profunda e tão simples, convida o homem a dar à realidade geográfica um tipo de animação e de fisionomia em que ele revê sua experiência humana, interior ou social” (DARDEL, 2015, p. 6).

Essa “cumplicidade” representada pelo envolvimento entre homem e natureza se dá em um espaço que é concreto, com morfologias próprias, passíveis de serem não tão somente sentidas, mas também tocadas, experienciadas, vividas. O rio São Francisco é a própria realidade geográfica vivida do ribeirão, uma realidade que vai além de um pensamento determinista da natureza sobre o homem. Trata-se de uma construção social, histórica, cultural e identitária.

Com efeito, o que se apreende pela percepção e pelas falas do homem no sertão do baixo rio São Francisco é a importância dos elementos de referência cultural como geradores de identidades e formas de interação e de conhecimento com o ambiente, uma estreita relação das identidades com a paisagem. Os saberes sobre o rio, o ciclo das águas e suas associações com a vegetação, a mítica do lugar, enfim, os traços gerais que caracterizam e dão singularidade ao lugar e à vida do ribeirão, o próprio rio São Francisco.

Na composição das identidades inerentes às espacialidades no sertão do baixo rio São Francisco, buscamos aproximação com a classificação apresentada por Michel Bassand (1990), uma vez que ele, na compreensão das identidades e da cultura, leva em consideração o sentido do pertencimento e as transformações do ambiente que emergem pelas modificações dos modos de vida e pela articulação entre regiões. Nesse alinhamento, Bezzi (2002, p. 14), citando Bassand (1990), demonstra que as identidades “[...] não é apenas resultado do perfil cultural de um a região [e de um dado território], mas também produto das transformações que ocorrem no mundo”.

São, portanto, cinco as tipologias identitárias que Bassand (1990) estabelece: i) apáticos e resignados; ii) migrantes potenciais; iii) modernistas; iv) tradicionalistas e v) regionalistas. É importante considerar que a leitura das identidades realizada por essa tipologia já foi feita por Almeida (2008a, 2008b, 2018) considerando a diversidade paisagística e territorial do Brasil Sertanejo e as chamadas “etnoterritorialidades” dos sertões. Assim, pensamos que essa classificação, longe da tentativa de “enquadrar” os povos com seus modos de relacionamento com o ambiente, nos traz a possibilidade de pensar as identidades

que se estabelecem na espacialidade do sertão do baixo rio São Francisco, num contexto em que coexistem pessoas, formas, conteúdos, interesses e significações das mais variadas.

Ao buscar uma classificação identitária para o sertão do baixo rio São Francisco, não temos por pretensão determinar formas de identificação, nivelar as experiências ou construir uma tipologia específica. É hábil, ainda, perceber que a “macroidentidade” está no ser ribeirinho e no ser sertanejo. Além disso, o processo de ocupação do rio São Francisco revela a diversidade de povos, culturas e identidades que juntas congregam a riqueza da natureza do rio e que nele constituíram suas identidades que são diversas e múltiplas.

A dinamicidade de interação com a natureza local que se insere num quadro regional, a percepção, as territorialidades e o pertencimento, as falas e o contexto inerente à diversidade paisagística formam as expressões concretas, os traços fisiográficos e simbólicos que nos permitiram a apreensão e o agrupamento das tipologias identitárias (Quadro 3). São, como considerado por Almeida (2008, p. 61), “traços gerais” que compõem o universo dos povos sanfranciscanos.

Quadro 3: Tipologias identitárias no sertão do baixo rio São Francisco²¹ – AL/SE, conforme classificação de Bassand (1990)

TIPOLOGIAS IDENTITÁRIAS																		
Localidades Tipologias	1	11	16	2	5	3	12	13	17	4	6	7	8	9	10	18	14	15
Tradicionalistas																		
Migrantes Potenciais																		
Apáticos e Resignados																		
Modernizadores																		
Regionalistas																		
Localidades																		18

Fonte: Trabalho de Campo, 2018-2019.
Organização e Elaboração: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

²¹ A ordem numérica descrita no quadro corresponde ao conjunto de localidades visitadas nos trabalhos/jornadas de campo e apresentadas no mapa 3 da página 44.

A essa proposta de classificação se deve a possibilidade de envolver, na leitura das identidades, elementos de base tradicional e contemporâneos, significados e ressignificados de acordo com as formas de uso e de apropriação no/do rio São Francisco. Dos tradicionalistas que têm os modos de vida associados aos ciclos da natureza até os modernizadores que se apropriam e transformam a natureza local em recurso, todos compõem o cenário e a vida no sertão do baixo rio São Francisco. Nesse sentido, ao considerar o rio pela leitura do lugar e do território, não seria plausível levar em consideração em nossas análises apenas um grupo específico. Esse é o “mosaico” que compõe e ressignifica o rio São Francisco e os povos que dele vivem e que nele atuam.

Com efeito, contextualizando as tipologias identitárias, o que se percebe no Quadro 3 é um amplo domínio do grupo representado pela classe dos tradicionalistas, fato que nos permite ater-se à compreensão de que, embora o baixo rio São Francisco tenha passado por significativas transformações ambientais, fisiográficas, econômicas, políticas e culturais desde as primeiras décadas do século XX, conforme considerado por Vargas (1999), Oliveira (2013), Souza (2018) e Silva e Vargas (2019a, 2019b), entre outros, as relações tradicionais e históricas dos povos com o rio continuam pujantes.

A respeito das transformações às quais o rio São Francisco foi submetido inserindo-se no contexto do desenvolvimento regional e que interferiram nas relações culturais dos ribeirinhos com o rio com implicações diretas nos modos de vida, Vargas (1999, p. 89-91) assevera que:

Assim, por suas potencialidades, o planejamento do desenvolvimento do vale do São Francisco, seja no aproveitamento do potencial energético, seja no aproveitamento dos recursos de solo e água para fins agrícolas, [o rio São Francisco] inseriu-se, a partir da década de 1940, no contexto do desenvolvimento nacional e regional. A unidade da bacia é transportada para o nível operativo de suas funções produtoras: aqui um grande lago, mas adiante uma hidroelétrica em tais e tais terras, canais de irrigação, cultivos apropriados, regularização do leito, construção de barragens, abertura de canais, geração de energia, etc.

Ao elencar as alterações a que o sistema natural da bacia hidrográfica do rio São Francisco e o próprio rio foram historicamente submetidos e transformados em nível técnico/operativo, buscamos demonstrar que a compreensão das relações culturais e identitárias se dá de forma complexa. E isso se deve, entre outros elementos, pelo fato de que a organização da vida está associada a essas transformações.

A constituição identitária dos tradicionalistas refere-se aos grupos que, em sua composição, “são dotados de uma identidade histórica, patrimonial e emblemática muito forte, são os que reivindicam um projeto territorial consistente, “[...] segundo um modelo antigo de caráter mítico” (ALMEIDA, 2008a, p. 60). Junto a isso, estão o enraizamento, os sentidos do pertencimento, as práticas tradicionais e a organização da vida cotidiana. Inerente ao sertão do baixo rio São Francisco, citamos ainda os cultivos da terra, as relações ecológicas e mitológicas, a religiosidade, o contexto das navegações e embarcações típicas e as demais práticas culturais (Figuras 12, 13 e 14). Todos esses elementos, em maior ou menor grau de ocorrência, fazem parte das espacialidades e da constituição das identidades no sertão do baixo rio São Francisco.

No que concerne à organização da vida das gentes identificadas como tradicionalista e que povoam o rural e o urbano no sertão do baixo rio São Francisco, eles têm suas histórias de vida amalgamadas ao rio. Guardam na memória as lembranças e heranças de um modo de vida específico, ligado, sobretudo, aos ciclos das águas do rio. Em suas percepções, estão impregnados modos de pensar, de sentir e de ser ribeirinho do rio São Francisco ou, como dizem, de ser beradeiro ou mesmo caboclo.

Figura 12: Navegação com embarcações típicas em acesso ao rio São Francisco, povoado Escorial/SE



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

Figura 13: Pescador tradicional no rio São Francisco, Piranhas/AL (instrumento não tradicional)



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

Figura 14: Formas tradicionais de uso das margens do rio São Francisco: 1 sequeiro; 2 criação de caprinos; 3 pastagem, Traipu/AL



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

Os migrantes potenciais, por sua vez, “são aqueles que não veem perspectiva de realização de seu projeto pessoal naquele território e estão buscando ocasiões para se migrarem” (ALMEIDA, 2008, p. 60). Desses, apreendemos, entre outros, os jovens

funcionários de empreendimentos locais, como bares e restaurantes localizados à margem do rio São Francisco, e, também, jovens e moradores de povoados mais isolados ou distantes das sedes municipais, a exemplo dos povoados Cajueiro e Curralinho, ambos no município de Poço Redondo/SE. Na margem alagoana, destacamos o “encontro” do conformismo com a realidade local que se expressa em falas desconectadas da cultura e da identidade ou mesmo do apego ao lugar.

A potencialidade da possível migração de jovens em ambas as margens é, sobretudo, apreendida na fala dos pais ao apresentarem incentivos de saída da realidade vivida no rio, saída essa que é justificada pela necessidade de estudar e/ou de trabalhar. Desses argumentos, destacamos: “[...] *vai sair pra estudar, se quiser voltar depois, aí volta, mas tem que ir [...]*” (Ent. 7, servidora pública, 55 anos, em Bonsucesso/SE, janeiro de 2019), ou ainda: “*Quem é jovem não dá pra ficar aqui, não, tem que sair. Não dá mais pra viver só do rio, peixe não tem. Então a saída é procurar fora. Eu não aconselho quem é novo ficar aqui, já tive vontade de ir embora, mas depois de velho não vou, não*” (Ent. 18, pescador, 57 anos, em Piranhas/AL, janeiro de 2019).

Elemento importante a ser considerado é o fato de que na tipologia dos migrantes potenciais apreendemos uma especificidade fundamental à compreensão das identidades. O sentido potencial da migração não é homogêneo: de um lado, estão aqueles que não veem perspectiva de futuro no local e, de outro, aqueles em que o devir está em sair e, após algum tempo, voltar. Nesse último grupo, o devir, ou seja, o vir a ser, é marcado pelo enraizamento e pelo sentido de lugar. Voltar “às bases”, ao povoado, à cidade e ao rio São Francisco é o desejo desses jovens. Nessa perspectiva, o enraizamento se aproxima da tipologia dos tradicionalistas.

Ao discorrer sobre a constituição das identidades das gentes que migram, Santos (2008) chama atenção para o fato de que o processo migratório envolve elementos da cultura e da própria constituição dos territórios e dos lugares em que a vida se realiza. Os sentimentos de pertencimento, embora possam ser afetados com o processo de migração, “estão fortemente vinculados aos territórios de origem. [...] Desse modo, é importante considerar que a migração envolve complexos processos de fixação de valores socioculturais [...]” (SANTOS, 2008, p. 98).

O grupo dos apáticos e resignados, em sua constituição identitária, é representado por aqueles que “destacam-se pela atitude passiva e por não se identificarem com os interesses locais e territoriais” (ALMEIDA, 2008b, p. 60). Essa é uma tipologia de mais difícil apreensão, mesmo quando levamos em consideração a análise da matriz de conteúdo

(Apêndice D) produzida por meio da coleta de dados em campo e das falas dos entrevistados. A apreensão se deu pelo desinteresse inerente às questões locais ou mesmo pelo conformismo com a realidade. São, em geral, jovens e adultos que não apresentam identificação cultural direta com o rio, muito embora as experiências de vida se façam no próprio rio. No mesmo grupo tipológico, estão aqueles que têm o rio como fonte de renda, vivem dele e trabalham nele, mas não possuem vínculos afetivos.

Ainda no que se refere à tipologia identitária dos apáticos e dos resignados, ressaltamos que, na apreensão desse grupo pelo contexto das entrevistas ou mesmo pelo breve período de tempo e contato, poderá haver associações dos mesmos com outros grupos identitários. Isso se deve ao fato de que perceber e interpretar o contexto da identidade exige profundo envolvimento com a realidade vivida dos sujeitos e com os sentidos perceptivos, a fim de se estabelecer primeiro como sujeito participante da vida cotidiana.

Para Almeida (2008b, p. 60), a representação dos modernizadores se dá pelo grupo que normalmente “[...] forma a parcela bem sucedida na política e na economia local e são, quase sempre, depreciadores do patrimônio e da história local que consideram como tradições obsoletas e retardatárias”. No sertão do baixo rio São Francisco, essas características podem ser observadas principalmente em Canindé de São Francisco/SE e Piranhas/AL. Essas são áreas tradicionalmente ocupadas por empreendimentos de turismo e lazer, associados ao lago da Usina Hidroelétrica de Xingó, às rotas do cangaço e ao patrimônio histórico e natural da chamada “Piranhas Velha”.

A circulação fluvial de modernas embarcações de lazer e de turismo no rio São Francisco divide a paisagem com as chácaras e casas de veraneio entre as duas margens (Figura 15) a ponto de que também coexistem, em um mesmo espaço, formas mais tradicionais de navegação e de pesca. Essa forma de apropriação do rio é revelada ainda pela ocupação das margens por estruturas de bares e restaurantes tanto nas sedes de municípios quanto nos pequenos povoados (Figuras 16 e 17).

Figura 15: Catamarã com uso turístico e, na margem sergipana, casas de veraneio no terraço fluvial, Canindé de São Francisco/SE



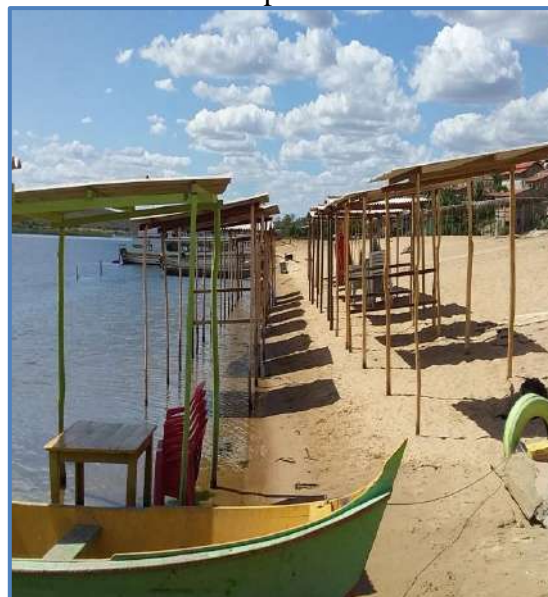
Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

Figura 16: Orla Fluvial de Canindé do São Francisco e o contexto da apropriação comercial



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

Figura 17: Apropriação do rio por empreendimentos comerciais em Barra do Ipanema/AL



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

No grupo com menor expressividade observado no quadro das tipologias identitárias (Quadro 3) e apreendido no sertão do baixo rio São Francisco, estão os regionalistas. Estes “preconizam o desenvolvimento autônomo de sua região a qualquer preço e mediante o recurso de qualquer meio uma vez que consideram asfixiante o centralismo do estado”

(ALMEIDA, 2008, p. 60). Destacamos para essa tipologia os presidentes de associação de moradores e colônia de pescadores, estruturas essas que são intensamente marcadas pelas lutas políticas e pela busca de ideais que sejam comuns ao local.

Desse feito, a marcante característica das falas politizadas foram os fundamentos da apreensão. A leitura das espacialidades do baixo rio São Francisco como espaço produtivo e de embates políticos, conflitos de uso e apropriação são alguns dos elementos apreendidos. O contexto da política local, associado às gestões municipais, foi delineador das reflexões que encadeiam o “discurso” ambiental e suas relações com órgãos e instituições, como o Instituto de Meio Ambiente de Alagoas (IMA), o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), as secretarias municipais de meio ambiente e cultura, entre outros.

Desse grupo identitário, as reivindicações associadas às demandas locais ganham espaço, sobretudo em Canindé de São Francisco/SE, Niterói/SE e Gararu/SE. Na margem alagoana, o contexto de Piranhas associa-se ao de Canindé de São Francisco, inclusive com apontamento entre as duas localidades. São majoritariamente apontadas as questões econômicas que envolvem a política local, a pesca e as lideranças de associações e colônias de pescadores.

Pensadas em suas totalidades, todas essas tipologias identitárias têm como referência o rio São Francisco e se fazem pela apropriação simbólica e material do espaço e do lugar. Pensado pela apropriação simbólica, pelas relações de pertencimento e enraizamento, o rio é o lugar de ser e de estar. Um espaço existencial, o lugar da vida. O lugar da identidade do ribeirinho.

A apropriação política e material revela, por sua vez, um rio que é território, um rio que é apropriado simbólica e materialmente em diferentes contextos e por diferentes culturas, foco de tensões políticas, de conflitos. É nesse mesmo rio e nas mesmas espacialidades que coexistem identidades múltiplas, formas de convivialidades entre culturas, gentes e sentimentos. Nesse rio se conforma um lugar-território.

4.2 Sentidos de ser ribeirinho sertanejo

Do ponto de vista geográfico, a tipologia apresentada como ribeirinho sertanejo enseja apresentar os povos ribeirinhos que se encontram no caminho das águas semiáridas. No caso da pesquisa, como amostra empírica, remetemo-nos àqueles que se localizam, residem ou

trabalham entre as margens semiáridas do baixo rio São Francisco e que possuem relação direta com o rio.

Logo, estamos em consonância com Almeida (2008, p. 318) ao considerar que “as identidades se imbricam, se mesclam e apresentam dinamicidade, o que não permitiria, também, referir-se a uma identidade cultural e territorial unívoca para o sertanejo”. As identidades sertanejas são múltiplas, tanto quanto são múltiplos os sentidos de sertão e de sertanejo. Com efeito, sob o ponto de vista das representações e pela influência da natureza do lugar, os povos que povoam o rural e o urbano às margens do rio São Francisco apresentam tipologias identitárias diversas que estão associadas aos modos de vida e ao próprio contexto histórico de formação e ocupação do rio São Francisco.

Os povos aos quais denominamos de ribeirinhos sertanejos, em suas múltiplas tipologias identitárias, apresentam como especificidade um conjunto de relações territoriais materializadas pelos usos e significados atribuídos à natureza do espaço em que habitam. Essas especificidades são reveladas por percepções, crenças, saberes e potencialidades do ambiente e são traduzidas e ressignificadas no decurso “histórico-cultural”, tal como apresentado por Vargas (1999, p. 25) ao discutir os vetores de desenvolvimento regional do baixo rio São Francisco e sua influência na cultura e na transformação dos modos de vida ribeirinho.

É em face desse contexto que o sentido de ser ribeirinho se dá pelo rio. O sentido de ser ribeirinho sertanejo está associado ao rio, mas também ao domínio das terras semiáridas delimitadas natural e politicamente. O sentido de sertão, pela exposição dialógica dos povos integrantes da pesquisa, associa-se tanto ao domínio morfoclimático²² das caatingas quanto às representações subjetivas inerentes a esses. Ou seja, a construção do sertão não se pauta tão somente no sentido das espacialidades do semiárido, muito embora nele ganhe pujança. As representações a que nos referimos envolvem a percepção do ribeirinho sertanejo frente ao seu espaço de vida que é moldado por uma cultura *sine qua non* que os identifica e lhes atribui sentido/significado.

Para a compreensão do amálgama entre rio e Sertão, fator visível nas paisagens e apreendido pela percepção (Figura 18), reportamo-nos a Paula (2013, p. 71) ao considerar que “o sertão e o rio São Francisco tem suas histórias entrelaçadas, em que os ciclos das terras e das águas formam os cenários dos sujeitos do campo e da cidade”. A autora acrescenta a compreensão de que “o rio São Francisco é representado pelas populações ribeirinhas como

²² Termo utilizado por Ab’Saber (2003) para designar a área territorial formada por um conjunto específico de feições geomorfológicas, solos, formação vegetal e condições climáticas e hidrológicas.

meio de vida e povoamento no sertão. [...] nas suas margens surgiram povoados e cidades, entrelaçando as culturas e tecendo a identidade do povo sertanejo” (PAULA, 2013, p. 72).

Figura 18: Rio São Francisco, “artéria do Sertão”, “Nilo Caboclo”: município de Belo Monte/AL



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

Nesse alinhamento de pensamento, Vargas (2003, p. 113) acrescenta que “adentrar no Baixo São Francisco é, antes de tudo, apreender a cultura sertaneja e suas relações com a base física de sustentação e seus respectivos níveis tecnológicos”. Em continuidade, endossa que “o significado de ser ribeirinho e sertanejo pode vir a ser encabeçado por um processo de ressignificação de sua cultura” (VARGAS, 2003, p. 130).

Em contribuição mais recente, ao contextualizar os sentidos que emolduram o ser ribeirinho do/no rio São Francisco, Vargas (2019, p. 20) demonstra que os sentidos de ser ribeirinho sertanejo ou não estão para além das margens do rio e que suas significações podem ser explicadas pelo processo de valorização, de uso das águas e da memória individual e coletiva.

Com base nesse conjunto interpretativo, esclarecemos que pouco é possível tratar o rio São Francisco e seus povos sem, para tanto, envolver os sentidos e a ideia de sertão e de sertanejo. Sentidos esses que, doravante, se apresentam por diversas associações, não se restringindo apenas ao contexto dos elementos climáticos regionais.

Em muitas falas (relatos), o sentido de ser sertanejo ultrapassa os limites do ambiente físico, embora aqui tenhamos nos restringido ao semiárido, e tem como referência o outro que

chega, ou seja, os de fora. Essa conotação é apresentada por Almeida (2018, p. 143) ao considerar que “o sertão passou a ter uma representação cultural e ideológica que reforça o distanciamento entre o eu e o outro”.

Aqui é sertão, quem sobe o rio diz que tá subindo pro sertão. Quem sai de Propriá e do Colégio, os meninos que vêm de lá, diz que está subindo pro sertão, então aqui é sertão. Quando eles descem o rio, tá descendo pra praia, descendo do sertão (Ent. 2, serviços domésticos, 53 anos, em povoado Mocambo/SE, outubro de 2018).

Essa narrativa expressa por uma moradora do povoado Mocambo, na margem sergipana do rio São Francisco, traz-nos a demonstração de que “subir o rio” é ir para o sertão. Nesse caso, em específico, referiu-se àqueles que saem de Propriá/SE e Porto Real do Colégio/AL em direção a Pão de Açúcar, margem alagoana, a montante de Porto Real do Colégio, e ao povoado Mocambo, margem sergipana, a montante de Propriá.

O ser sertanejo, pelo exposto, também faz alusão às dificuldades da vida cotidiana e às histórias de vida. “*Sou sertanejo sofredor, porque todo sertanejo é sofredor*” (Ent. 4, pescador/servidor público, 42 anos, povoado Niterói/SE, outubro de 2018). Em outros termos, a ideia de sertão é expressa, também, pela ideia de subalternidade em relação a outros sujeitos e/ou lugares. O fato de “ser sofredor” daria sentido ao ser sertanejo, e, desse modo, não teríamos uma base tangível que caracterizasse o espaço sertão, já que este constitui uma representação subjetiva, um estado social/emocional e, pela narrativa, caracterizaria o sertão representado por Guimarães Rosa (1986, p. 17): “Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte que o poder do lugar”.

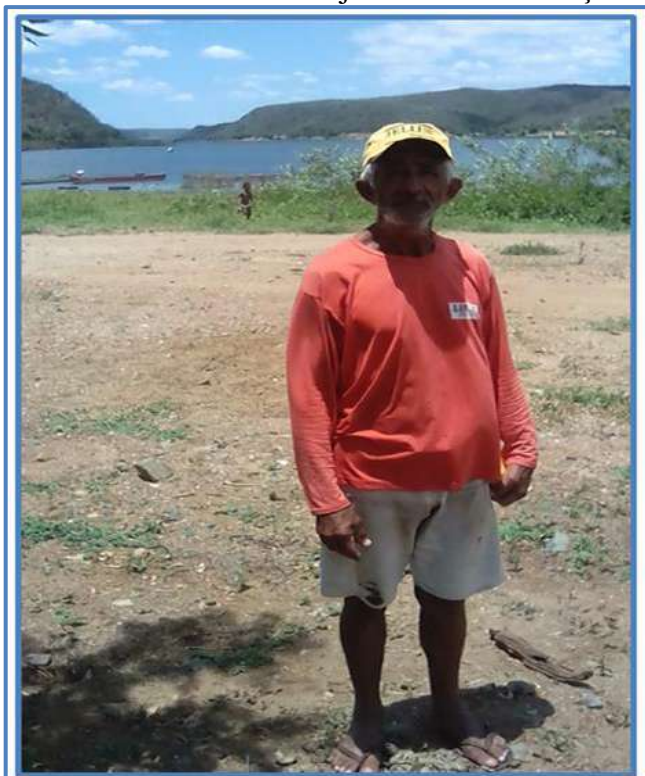
Em face do tecer do diálogo, evocamos atenção para o fato de que o “ser sofredor” se desvela pelas dificuldades enfrentadas no cotidiano com ênfase no fenômeno natural da seca, agravado pela improdutividade das terras fortemente antropizadas e pela degradação do rio. Por esse delineamento, o sertão não está dissociado de uma base material. É físico, palpável e sentido.

Aqui é o sertão bravo, de terra seca, ninguém planta nada se não for com água do rio São Francisco. É sertão porque você chega e de longe vê as serras de Pão de Açúcar, caatinga seca, pasto não tem. Se a gente olhar, vê o gado passando necessidade. Comida é pouca. Aqui é alto sertão (Ent. 1, pescador/servidor público, 51 anos, em povoado Niterói/SE, outubro de 2018).

O papel da natureza como base à construção da identidade e do sentido de ser ribeirinho sertanejo é apresentado pelo vivido e pelas relações de convivialidade entre homem, rio e sertão semiárido, portanto uma tríade indissociável que é expressa nas falas, na percepção e no olhar/na observação do ribeirinho sertanejo. Diz o Sr. Evilázio, morador do “*beijo do rio*”²³, 58 anos (Figura 19):

Nasci e me criei na beira do rio, e a vida era melhor, era muito melhor. O rio mudou, aí tudo mudou. Era muita água, esse rio entrava nos riachos, ia lá dentro, ninguém passava nem na estrada, virava tudo lagoa. A estrada que vai pro Poço, ninguém passava. Hoje tá raso, pouca água, não bota mais no riacho. O rio não tem mais força, não tem correnteza, a água parece que está parada. Aqui era assim, eu alcancei canoa descendo com 500 sacos de arroz, era arroz e algodão. Descia pra praia, passava em Propriá e de lá pra Penedo. Eu vendia lenha de caatinga, vendia em Propriá, botava na canoa e descia. Hoje o rio tá assim, madeira não tem mais, as enchentes... saudade daquele tempo. Aqui dava de tudo, mas era mais arroz e algodão, o arroz era na lagoa. Quando o rio enchia, era só fartura, peixe só do muito. E todo mundo se reunia, nesse povoado era uma festa. Isso aqui [apontou a área que outrora era inundada pelo rio] ficava tudo coberto de água, ninguém chegava aqui, não. Essas pedras, ninguém nem via, já vi o rio lavando essas casas todas. Aqui onde nós estamos era o meio do rio (Ent. 19, em Bonsucesso/SE, janeiro de 2019).

Figura 19: Ribeirinho sertanejo morador do ‘beijo do rio’



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da.

²³ Expressão usada pelo entrevistado para nomear quem reside e/ou trabalha nas proximidades do São Francisco.

A indagação quanto ao sentido e à “localização” do sertão se revela nas falas pelo profundo entrelaçamento do sertão com o rio São Francisco. As falas se repetem, se complementam e congregam a relação embrionária da cultura do sertanejo com a terra, com o chão e com o rio. O rio São Francisco e a terra são constituintes das geograficidades do ribeirinho sertanejo. Estamos falando, pois, de formas de ser e sentir o ambiente, das experiências vividas, do cotidiano, de lembranças e saudades, de alterações físicas no rio e nas relações sociais nele estabelecidas.

Os usos da terra, a alusão ao rio, o percurso das histórias de vida permeadas pela memória e experiências, bem como pelas idealizações, o devir, são elementos que dinamizam a vida do ribeirinho sertanejo. Todavia, há que se ressaltar que sua expressão mais profunda e embrionária está na relação com a terra, no próprio enraizamento, como já mencionado anteriormente. Esses elementos característicos do ser sertanejo, em seus diferentes contextos e espacialidades, foram, também, identificados por Darcy Ribeiro (1995) ao apresentar as raízes constituintes da formação e do sentido do povo brasileiro. “A história, na verdade das coisas, se passa nos quadros locais, como evento que o povo recorda e a seu modo explica. É aí, dentro das linhas de crenças, co-participadas, de vontades coletivas, abruptamente ericadas, que as coisas se dão” (RIBEIRO, 1995, p. 269).

Aqui é o sertão, quando a gente chega aqui, chega no sertão. Eu amo ser sertanejo! Dificuldade tem muita, a roça mesmo não dá mais nada e peixe é pouco. O rio não sobe. Eu vivi a vida aqui, então sou ribeirinho, sou ribeirinho, mas sou sertanejo, sou os dois, ribeirinho e sertanejo. Já pensou o sertanejo sem esse rio? Eu não sei da vida sem esse rio e é por isso que nunca fui embora, mas muita gente foi, foi pro Poço [Poço Redondo/SE], foi embora, as pessoas venderam as casas e alugaram e só vêm no fim de semana. É tudo fechado, agora eu não tenho vontade de ir, tenho a minha roça, planto milho, palma, feijão, quando chove, dá (Ent. 19, em Bonsucesso/SE, janeiro de 2019, grifos nossos).

Com a seca, ninguém planta nada, só se for com a água do rio. Sou ribeirinha porque vivo aqui, Pão de Açúcar [cidade localizada na margem alagoana] está na beira do rio, é uma cidade ribeirinha, mas está no sertão, aqui é alto sertão, então eu sou sertaneja, sou ribeirinha e sertaneja (Ent. 5, em Pão de Açúcar/AL, outubro de 2018, grifo nosso).

Sim, aqui é o alto sertão! O sertão é tão bom (risos), eu gosto do meu sertão. Olhar e ver esse povo tão sofrido lutando por essa terra, sem querer sair desse lugar seco, desse lugar castigado pela seca, isso é o sertão que é sofrido e bonito ao mesmo tempo. Você vê que as pessoas não saem daquele torrão, e quando saem é porque não tem mais jeito, ou então porque não quer que os filhos passem pelas mesmas dificuldades. Mas o sertanejo ama a sua terra, ele não ama é o que fazem com a terra, desmata, destrói. Mas não quer sair, não... Quando falo do sertão, lembro muito do trabalhador,

daquele homem que batalha pra tirar o sustento da terra, esse é sertanejo. Quem sai do sertão tem vontade de voltar. Sim, sou sertaneja, tenho a raiz de sertanejo. É duas coisas boas ao mesmo tempo, ser sertaneja e ser ribeirinha, mas eu sou muito mais ribeirinha do que sertaneja (Ent. 7, em Bonsucesso/SE, janeiro de 2019, grifos nossos).

O quadro de falas, cada uma a seu modo, denota que a busca pela compreensão das identidades sertanejas no baixo rio São Francisco não pode se fazer senão pela estreita ligação deles com a terra, um modo específico de fazer uso/cultivo e de significar o espaço. A despeito das espacialidades, pensando ir além dos sentidos atribuídos ao lugar, o ribeirinho sertanejo incorporou ao vocabulário do cotidiano a construção institucional do sertão. “*Aqui é alto sertão [...]*” é o exemplo que trilhamos para demonstrar essa incorporação que está associada ao típico regionalismo ao qual o sertão também é consubstanciado. Paralelamente a isso, as falas não se excluem, pelos mesmos relatos apreendemos os “limites” do sertão do ribeirinho. “*Aqui é a porta de entrada do sertão, daqui pra baixo é praia, aqui ele começa*” (Ent. 33, povoado Escurial/SE, fevereiro de 2019) e ainda “[...] *aqui o sertão chega no rio*” (Ent. 3, em Niterói/SE, outubro de 2018).

Se passando nos quadros de vida locais e com situações explicadas pelas experiências de vida as falas e a percepção não são setoriais, elas trazem uma totalidade das existências que se fazem no rio e no sertão. Nesse delinear de olhares, cabe-nos mais uma vez lembrar Santos (2014, p. 163) ao considerar que o lugar “não pode ser visto como passivo, mas como globalmente ativo, e nele a globalização não pode ser enxergada apenas como fábula. [...] O lugar, nosso próximo, restitui-nos o mundo: se este pode se esconder pela sua essência, não pode fazê-lo pela sua existência”.

Se o contexto das falas revela repetições, também nos revela a essência das territorialidades no rio São Francisco e suas margens. Para além disso, cada percepção, cada maneira de identificar e significar o espaço e o lugar é única, pois carrega em si, em suas estruturas cognitivas, o próprio sentido de ser, moldado por sedimentos de vida e experiências. Os modos de interação e de produção das espacialidades dos ribeirinhos sertanejos não são homogêneos, se diferem, assim também são suas percepções.

Para Dardel (2015, p. 33), “toda espacialização geográfica [é] concreta, porque atualiza o próprio homem em sua existência e porque nela o homem se supera e se evade, comporta também uma temporalização, uma história, um acontecimento”. É por esse entendimento que as percepções e os modos de significar o espaço do ribeirinho sertanejo nos inserem em um contexto que não é a-histórico e que se desnuda pelas lembranças impregnadas à linha do tempo de suas vidas e às histórias do/no rio e do/no sertão.

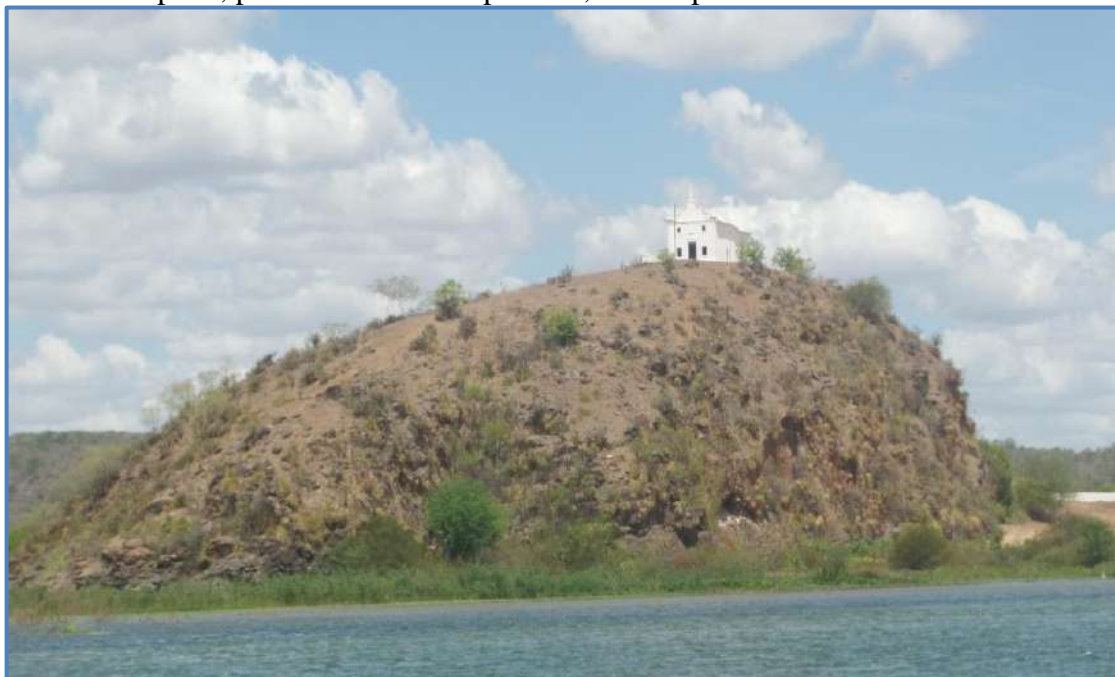
Cada um a seu modo: o pescador, o agricultor, o estudante, a dona de casa, a doceira, o professor, o vaqueiro a cavalo ou de motocicleta e o líder comunitário, os servidores públicos, o aposentado e o barqueiro, o jovem militante, cada um tem formas específicas de experienciar e de atribuir sentido às coisas, ao rio e ao sertão. Todos eles estão envolvidos em um universo perceptivo, social, cultural, político e simbólico formador de suas próprias convivialidades e concepções de mundo.

Apreendemos o universo perceptivo pelo pensamento existencialista de Merleau-Ponty (1996), para quem essa é uma recriação, uma reconstituição do mundo por nós produzido. Assim sendo, o mundo percebido e produzido pelo ribeirinho sertanejo não é fruto da casualidade ou de uma compreensão momentânea. As percepções são, portanto, o resultado das vivências, das histórias de vida, da experiência com o ambiente. É assim que o “espetáculo” perceptivo “tomado exatamente tal como o vejo [tal como vemos/observamos], ele é o momento da minha história individual [da história dos povos] e, como a sensação é uma reconstituição, ela pressupõe em mim [em nós] os sedimentos de uma constituição prévia” (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 290).

A percepção reúne as experiências sensoriais do ser (MERLEAU-PONTY, 1996) e daí, também, as concepções de espaço. Nesse contexto, o sentido de ser ribeirinho sertanejo se associa à construção ou à ideia de espaço, ou melhor, de espacialidades que lhes forneçam referência para a constituição de suas identidades. No caso em particular, nos remetemos às noções de lugar e de território que se imbricam e se revelam como espaços de identificação e pertencimento.

Se em algumas falas o sentido de sertão é abstrato, sem base material, o rio São Francisco lhe dá materialidade, pois, como já observamos, rio e sertão se apresentam para o ribeirinho sertanejo como elementos indissociáveis. Os sentidos de ser e, de tal maneira, a própria ideia de constituição das identidades não podem existir sem uma base de referência (HAESBAERT; CRUZ, 2006), e é por esse contexto que o ribeirinho sertanejo atribui sentidos aos elementos da natureza e da vida cotidiana. O rio, os templos religiosos (Figuras 20, 21 e 22), a vegetação, a terra e as estratégias de cultivo e sobrevivência, bem como as próprias formações geomorfológicas, representam essa base de sustentação que caracteriza a vida e o sentido de ser ribeirinho sertanejo.

Figura 20: Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, datada do século XVII, tombada pelo Iphan, povoado Barra do Ipanema, Município de Belo Monte/AL



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Fotografia: SIVA, Cícero Bezerra da, 2019.

Figura 21: Igreja de Nossa Senhora do Rosário, defronte para o rio, povoado Bonsucesso/SE



Fonte: Arquivo pessoal de Maria das Dores, 2019.

Figura 22: Igreja em homenagem a São Francisco, comunidade de Rabelo, município de Belo Monte/AL



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

Para tanto, nas mesmas espacialidades da base material, também estão congregados especificidades, sentidos e valores que culturalmente foram construídos e que não podem ser

aferidos. São referências intangíveis, mas que caracterizam as identidades e os elementos mais subjetivos dos povos, são elementos que “[...] aí estão, sem estar – marcam nossos espaços existenciais [...]” (ALMEIDA, 2018, p. 24). Acerca destes, apreendemos nos relatos e na percepção dos ribeirinhos sertanejos as relações imaginárias e mitológicas, os personagens símbolo do sertão (Figuras 23 e 24) e do rio, as festas, o valor afetivo das festas para os que margeiam o rio e para os que um dia nele fizeram morada, a religiosidade (Figura 25), as devoções aos santos padroeiros, além de seres mitológicos, cenários de paisagens do rio e do sertão (Figura 26) e, muito fortemente, lembranças.

Figura 23: Cruz simbolizando local de emboscada de cangaceiros, povoado Bonsucesso/SE



Figura 24: Homenagem a vaqueiro que prometeu enfrentar o cangaceiro Lampião, povoado Bonsucesso/SE



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

Figura 25: Imagem da padroeira Nossa Senhora do Ó, na orla fluvial de Traipu/AL



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

Figura 26: Crepúsculo em Bonsucesso/SE, fotografia cedida por ex-moradora, atualmente residente em Aracaju/SE



Fonte: Arquivo pessoal de Maria das Dores, 2019.

Em sua multiplicidade, esses elementos identificam o lugar e as gentes que os constituem, dinamizam a vida e a cultura do rio e do sertão, portam sentidos/significados unívocos para cada indivíduo, enfim, são portadores e atribuidores de identidades. São, ainda, elementos portadores do próprio sentido topofílico (TUAN, 2012), ou seja, estão diretamente associados aos sentimentos pelo lugar, uma espécie de “atração”, uma reificação das lembranças, da memória e das próprias relações espaciais.

A esse entendimento dos elementos que atribuem sentidos ao lugar, Bonnemaïson (2002, p. 91) acrescenta que “a correspondência entre o homem e os lugares, entre uma sociedade e sua paisagem, está carregada de afetividade e exprime uma relação cultural no sentido amplo da palavra”.

O pertencimento ao rio e ao sertão não apresenta unicidade, difere entre os sujeitos, povoados e sedes de município. Os usos da terra e das águas, as relações míticas, caracterizam esse pertencimento que ora “estreita-se” com o rio – muito evidente nos povoados Niterói e Escurial e nas sedes municipais de Gararu e Canindé, na margem sergipana, e na cidade de Pão de Açúcar, nos povoados Ilha do Ferro, Barra do Ipanema e Traipu, na margem alagoana, ora com o sertão – averiguado no povoado Mocambo, na margem sergipana.

Pela linha do tempo, são reportadas sempre as histórias de vida e, pelo exercício da memória, são evidenciadas as lembranças de experiências vividas no ambiente sanfranciscano. Essas lembranças e experiências são reveladoras dos vínculos afetivos e de mudanças e permanências no rio São Francisco e nas vidas do ribeirinho sertanejo. Mudanças e permanências essas que, sendo simbólicas ou materiais, constituem o próprio sentido de ser e de estar no rio, o próprio sentido da convivialidade e do ser ribeirinho sertanejo:

[A infância, lembranças] *A primeira lembrança que eu tenho do rio, a melhor lembrança era de tomar muito banho, Ave Maria, banho no rio era o dia todo. Minha mãe era professora, não tinha tempo de cuidar da gente, nós escapulia [fugia] pra tomar banho no rio. Desde cedo, a gente aprendeu a bordar, todo mundo bordava, aprendia vendo os outros, as mais velhas. O bordado era uma diversão. Ainda hoje existe, mas é muito pouco, nem se compara com aquele tempo. Aqui não tinha energia, então a gente brincava muito no luá, ne? Aqui tinha uma senhora muito religiosa, então ela contava muita história pra gente, ela era um livro, era maravilhoso, na calçada, naquela vida, imagine, nem tinha calçamento. É só lembranças boas! Estou morando em Aracaju, mas estou me aposentando e vou voltar pra cá, vou ficar aqui. **[A toponímia e o simbolismo]** Além disso, eu me atraio muito com a igreja, eu venho pra cá e cuido da festa de São Sebastião e da festa da padroeira, Nossa Senhora do Rosário. Eu não fico longe daqui, não, toda semana, feriado, eu estou aqui. **[Mudanças]** Nesse rio, tinha muito peixe, pescava de anzol, pescava de panela, pegava piaba, era fácil pegar peixe. Se aí lavar roupa, prato, panela, estava ali as piabas ao redor da gente. E hoje, hoje? Não é bom nem falar, tristeza quando eu junto as fotos, meu Deus eu não acredito que o rio tá assim. Aqui o homem fez o que quis com o rio. **[Relações políticas]** O rio represou. Agora o pescador sai e quase não tem mais peixe. A barragem trouxe benefício pra quem? [...] aqui se vivia da pesca, meu pai e meu irmão eram pescadores, eles pescavam à noite e vinham no outro dia com a canoa cheia de peixe, já levava o sal pra salgar e vender na feira de Pão de Açúcar. **[Relações sociais]** A gente descia tudo pra feira, o que mais tinha era peixe. Hoje o que se vende vem de fora, não é do rio. Meu Deus do Céu, era tanto camarão na várzea. Era uma vida boa. O rio mudou, mudou muito. Mudou completamente a vida das comunidades ribeirinhas. As crianças de hoje, os jovens não sabem o que era esse rio, não sabem o que foi que os antepassados viveram aqui. A gente fala, e eles acham que estamos contando histórias. Aqui ficou assim, a ilha não é mais ilha, é continente. Água, tem que ficar mudando a bomba de lugar, e o mar, na foz, tá tomando o caminho do rio (Ent. 7, servidora pública, 55 anos, em Bonsucesso/SE, outubro de 2018).*

Ribeirinho dos alhures, rio da infância, das lembranças, das mudanças e permanências. Modos de significar o rio e o sertão pela linha do tempo. Ecléa Bosi (1994, p. 53) nos abrilhanta com a compreensão de que “a lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora a consciência na forma de imagens lembranças”. É dessa maneira que as percepções e a apreensão da linha do tempo da vida

revelam os sentidos de ser ribeirinho sertanejo, em que as lembranças (Quadro 3) se despontam como a própria experiência e vivência no rio e no sertão. E os cenários desvelados e descritos pelas falas constituem a própria imagem lembrança da vida no rio e no sertão que, de modo geral, tem como ponto de partida a infância e que se contextualiza por mudanças no rio e, por conseguinte, com o próprio ribeirinho:

[a infância] *O rio faz parte da minha infância muito intensamente. Era nosso parque de diversões, aos domingos o banho de rio era com outras crianças acompanhadas pelos pais. Na adolescência, ponto de encontro da turma para passearmos montados em câmaras de ar de pneu de trator. Era uma festa! Nele aprendi a nadar, a pescar piaba com cesto de vime. Nele viajamos com a família em grandes canoas – de tolda ou chata – para a fazenda dos meus pais que também ficava à margem do rio, onde as brincadeiras na sua margem se estendiam. [...] Hoje moro afastado, mas visitamos a cidade algumas vezes no ano, festa de Reis, encontro dos amigos daquela época que acontece no mês de setembro e que aproveitamos para fazer passeios de lancha. **[sentimentos]** Tristeza ao comparar um rio de águas profundas e fortes correntezas, amedrontador e sedutor ao mesmo tempo, o rio da minha infância e o rio de hoje. Hoje se faz quase que todo o percurso olhando a areia tão próxima à superfície. Mesmo assim, continua sendo romântico ficar observando ele passar enquanto observamos a brisa no rosto. **[relações sociais]** Não posso deixar de registrar que era por ele que se comercializava em todas aquelas cidades ribeirinhas. Em Pão de Açúcar, os feirantes chegavam no domingo de noite com suas cargas enormes trazidas de Propriá para na segunda vender em nossa cidade. **[sobre ser ribeirinho]** Sempre! **[sobre ser sertanejo]** Sempre! (Ent. 41, servidor público, 62 anos, Aracaju/SE, fevereiro de 2019).*

Como bem apreendemos, o rio é o lugar onde estão assentadas as memórias da infância, mesmo para aqueles que já não mais vivem em suas margens. As experiências afetivas o afirmam como lugar em que a vida se fez/faz. Em volta do rio, a cidade natal, que é ribeirinha, é uma reafirmação dos sentidos que ainda os fazem se autoconsiderar ribeirinhos e, também, sertanejos.

O “fio condutor” da linha do tempo que é respaldado pela infância desnuda, além dos sentimentos, a multiplicidade das relações sociais que têm por base a vida no rio. O exposto fica evidente nas menções de transporte, lazer, comércio. “*O rio ligava tudo, toda cidade, todo povoado, o acesso era o rio. Ele [o rio São Francisco] era a vida dessas cidades*”. Essas falas se coadunam com a leitura de Oliveira (2009, p. 73), que, em suas análises, considera o rio São Francisco como um “[...] rio-estrada. Uma estrada de água por onde, rio abaixo e rio acima, eram transportadas gentes, bichos e cargas”.

[a infância] *Na minha infância, era o meu lugar predileto. Ir banhar-se no rio era para mim uma grande alegria. Quando entrava, não queria sair.* **[rio de chegadas e partidas – relações sociais]** *Por ele chegavam e saíam as pessoas, via de transporte muito importante. As suas margens eram sempre movimentadas com lavadeiras de roupas, botadeiras de água, banhistas, pescadores [...]. Já sabendo nadar, e crescido, nas férias ia diariamente nadar no rio, era o ponto de encontro matutino da juventude.* **[sentimentos]** *Hoje uso pouco o rio pra banho, não o vejo pujante como o via, tenho, às vezes, tristeza, compaixão do mirrado rio.* **[sobre ser ribeirinho]** *Sim!* **[sobre ser sertanejo]** *Sim! Os dois definem melhor* (Ent. 42, servidor público, 65 anos, Aracaju/SE, fevereiro de 2019).

A ideia de permanência do ser ribeirinho sertanejo é revelada pelos laços afetivos e pelos vínculos territoriais que ligam nossos entrevistados à terra da infância, ao povoado ou à cidade ribeirinha, é a centralidade do rio na construção das memórias e das histórias de vida que os faz se sentir pertencentes, que os faz estar lá sem estar.

Quadro 4: Lembranças constituintes das espacialidades ribeirinhas no Sertão do baixo rio São Francisco, 2018-2019

MARGEM ALAGOANA										MARGEM SERGIPANA									
Localidades ²⁴	3	4	8	2	9	7	6	5	1	Localidades	12	13	14	15	11	18	17	16	10
Pescarias										Lagoas/arroz									
Enchentes										Pescaria									
Lagoas/arroz										Enchentes									
Banho no rio										Embarcações									
Infância										Infância									
Embarcações										Banho no rio									
Festas										Festas									
Total									9	Total									9

Legenda:  Muito Importante  Importante  Sem Apontamentos

Fonte: Trabalho de Campo, 2018-2019.
Organização e Elaboração: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

²⁴ A ordem numérica descrita no quadro corresponde ao conjunto de localidades visitadas nos trabalhos/jornadas de campo e apresentadas no mapa 3 da página 44.

Em referência ao Quadro 4, o que se depreende são elementos de base material e simbólica como constituintes das lembranças dos ribeirinhos sertanejos. A particularidade dessa representação é dada pela apreensão de como as referências associadas à natureza possuem expressividade nas memórias e na vida. Em ambas as margens, o que se percebe é que as lagoas de arroz, as pescarias, as enchentes, as embarcações e o banho no rio estão amplamente representados. São esses, pois, os referenciais de lembranças constituintes das espacialidades do rio e do sertão.

Se assim são reveladas as lembranças, ser ribeirinho sertanejo é, entre tantos outros elementos, conviver com as recordações dos tempos de “fartura” no sertão, as lembranças dos roçados de algodão, milho e mandioca, da produção de corda com fibra do sisal, como bem foi apreendido em nossas entrevistas. Ser ribeirinho sertanejo é lembrar-se da última cheia do rio, na década de 1990, do plantio nas várzeas arrozeiras e do vapor, das fragatas e das Canoas de Tolda que navegavam nas águas sanfranciscanas.

Se a subjetividade revela as lembranças da vida no rio e no sertão, é fato que as mesmas lembranças revelam, também, modos de vida e formas de interação com a natureza. Portanto, elas são constituintes de recortes espaço-temporais de experiências vividas em lugares que, para alguns, foram transformados em recordações e, para outros, foram ressignificados ao modo em que o sentido de permanência e de ligação está nos elementos de referência que têm o rio São Francisco como cimeira estruturante.

Das recordações aos modos de vida, modos de vida de rio e de sertão são formas de significação que significam o lugar. Não raro, as lembranças do plantio do arroz nas várzeas hoje “abandonadas” pelo rio São Francisco são acompanhadas de apontamentos, gestos e expressões que simbolizam com profundidade um modo de vida e de trabalho que já não mais existe. Parafraseando o ribeirinho sertanejo, essas são “*lembranças dos tempos de fartura que não voltam mais*” (Ent. 37, em Rabelo, comunidade do município de Traipu). As estruturas construídas associadas às várzeas naturais são constituintes de referências do que já foi a vida entre as margens do rio São Francisco (Figuras 27 e 28). De tal maneira, os depoimentos, antes de tudo, nos revelam um modo de vida específico dependente da dinâmica fluvial sanfranciscana. Eram, pois, ciclos de vida e ciclos de água.

Figura 27: Estrutura de controle de entrada e saída de água em lagoa de arroz, Traipu/AL



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da 2019.

Figura 28: Cerca de Rocha para controle de entrada e saída de água de lagoa de arroz, Bonsucesso/SE



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

“Quando o rio enchia os caldeirão [lagoa/várzea], era só fartura... camarão só do muito [...]” (Ent. 35, pescador/agricultor, 84 anos, em Tambaú/AL, comunidade do município de Traipu). Em outra fala, são evidenciados o plantio do arroz e a “força” do rio São Francisco: “Quando tinha condições, mãe plantava um arroz ali atrás na lagoa [...]. O rio era forte e cheio e perigoso, dava medo mesmo” (Ent. 7, servidora pública, 55 anos, em Bonsucesso/SE, povoado de Porto da Folha, janeiro de 2019). A lembrança do plantio de arroz e das lagoas é associada às embarcações que tradicionalmente navegavam no rio São Francisco e que são fortemente lembradas nas seguintes falas:

Arroz, Ave Maria, era muito demais. Descia pra Pão de Açúcar e depois pra Propriá. A canoa Oriente descia o rio com 600 sacos. E tinha também as de passageiro [canoas], era a Tupã, Tupi e Tupigi, elas faziam [navegavam] de Penedo a Piranhas. Era bom demais (Ent. 19, pescador/agricultor, 58 anos, em Curralinho/SE, janeiro de 2019, grifos nossos).

Nós descíamos para Propriá de Canoa, levava arroz, milho. Era bom demais, nos dias de feira... eu sinto saudade. Tinha a Tupã, a Tupi [...] tinha mais. E as canoas de tolda, quando eles abriam aqueles panos, era bonito demais. E ainda tinha a Lusitânia. Eu ia com a minha avó, era uma ansiedade pra descer pra Propriá, e ela [a avó] ia contando as histórias pra gente (Ent. 7, servidora pública, 55 anos, em Bonsucesso/SE, outubro de 2018, grifos nossos).

[...] a canoa Oriente, ele encostava no Escurial e descia era com 600 sacos, alcancei isso em 1970. Naquele tempo, o rio era fundo e aqui tinha fartura. No meu tempo, eu alcancei o navio chegando aqui, passando pelo Escurial [povoado localizado na margem sergipana, município de Nossa Senhora de Lourdes]. O navio vinha cheio de médicos. Peixe era só do muito, e hoje mudou tudo (Ent. 34, pescador/agricultor, 87 anos em Rabelo, comunidade de Traipu/AL, fevereiro de 2019).

Ao discorrer sobre as memórias de trabalho nas margens do rio São Francisco, Oliveira (2014) demonstra como a diversidade de embarcações de cargas e passageiros dinamizava a vida e o comércio no rio. Essas embarcações hoje, para a autora, ainda permanecem vivas nas lembranças dos povos ribeirinhos, muito embora “constituam uma realidade muito distante daquilo que se viveu” (OLIVEIRA, 2014, p. 96). Mediante essa compreensão, consideramos que, como memória/lembranças ou como “reliquias” da paisagem sanfranciscana, as embarcações representam para os ribeirinhos elementos de referências identitárias, dada a carga de significados que historicamente lhes foram atribuídos.

Das mudanças e permanências da vida ribeirinha no Sertão do Baixo Rio São Francisco, seja pelas lembranças ou pela concretude da realidade vivida, o que se percebe é o justo envolvimento da cultura com a natureza. Esse envolvimento entre natureza e cultura na totalidade da bacia do rio São Francisco é sinalizado por Thé (2012, p. 31) como uma relação etnoecológica, termo que diz respeito a “adaptações ecológicas e sociais” de determinados sujeitos em um espaço definido.

Assim, em maior ou menor grau, com os modos de vida influenciados ou delineados pelo rio São Francisco, os povos ribeirinhos apresentam a singularidade de conhecimento da natureza local e dos impactos aos quais está subordinada, refletindo diretamente nas relações socioculturais e ecológicas do rio e o do ribeirinho. Em que pese a realidade, o ribeirinho sertanejo, no contexto da vivência, tem amplo conhecimento das especificidades de uso da terra (como já demonstramos), das plantas da caatinga – ou do que dela ainda resta – e suas potencialidades e da dinâmica do rio, mesmo estando este estruturalmente condicionado ao nível técnico de suas operações de vazão.

Os problemas apontados pelos ribeirinhos sertanejos (Quadro 5, a seguir) evidenciam a percepção da dimensão do cotidiano no rio e, por uma interpretação mais atenta, os impactos que esses problemas causam na espacialidade da cultura ribeirinha e sertaneja. A convivialidade, no quadro, está refletida na contextualização entre natureza, cultura e relações sociais e políticas. São, portanto, apontamentos que emanam das próprias vivências, uma

interpretação da realidade pelos “de dentro”, ou seja, pelos ribeirinhos que vivenciam no dia a dia esses problemas.

Quadro 5: Problemas no/com o sertão do baixo rio São Francisco

PROBLEMAS APONTADOS - ALAGOAS										PROBLEMAS APONTADOS - SERGIPE									
Vazão do rio										Vazão do rio									
Seca										Seca									
Assoreamento/Croa ²⁵										Assoreamento/Croa									
Barragem										Barragem									
Renda/Trabalho										Navegação									
Navegação										Renda/trabalho									
Lixo/saneamento										Desmatamento									
Peixes Exóticos										Lixo/Saneamento									
Plantas exóticas										Peixes exóticos									
Abastecimento										Infraestrutura									
Apropriação										Abastecimento									
Desmatamento										Educação									
Educação										Plantas exóticas									
Terra/acesso										Terra/acesso									
Infraestrutura										Apropriação									
Localidades									9	Localidades									9

Fonte: Trabalho de Campo, 2018-2019.

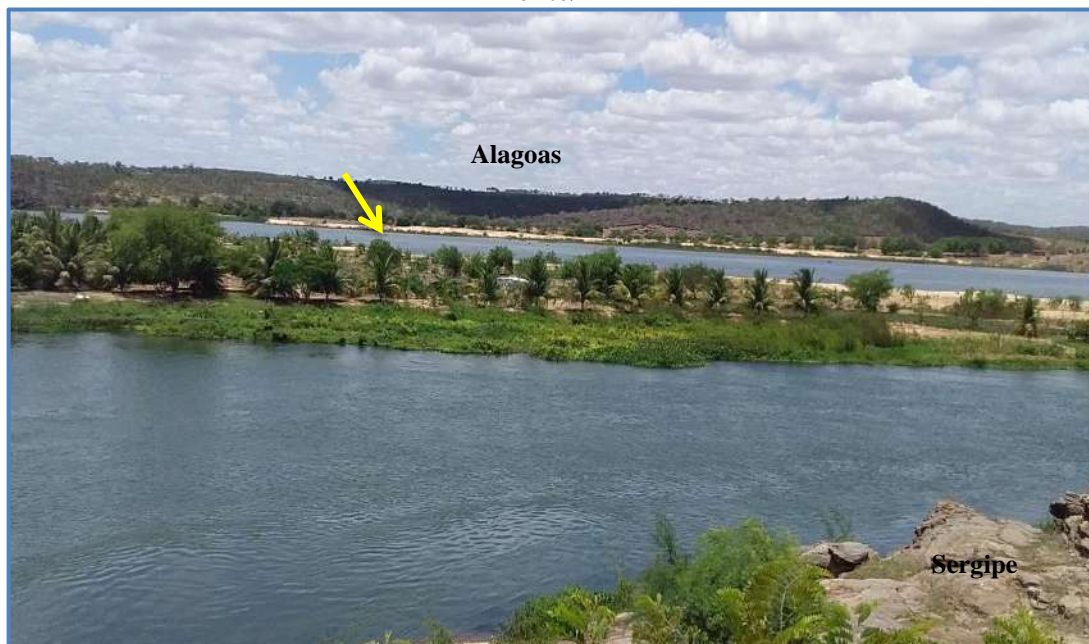
Organização: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

O quadro anterior permite a análise dos problemas mais comumente apontados no Sertão do Baixo Rio São Francisco, entre Alagoas e Sergipe. De imediato, o que se apreende é a influência da construção das barragens no apontamento dos problemas, sobretudo a barragem da usina hidroelétrica de Xingó, aquela que tomamos como limite para o recorte empírico da análise. Isso ocorre devido à função do lago da barragem no controle da vazão de todo o baixo rio São Francisco e seus impactos na pesca e na navegabilidade.

Em ambas as margens, a vazão do rio, a seca e o assoreamento são os elementos mais bem representados e apontados nas entrevistas. Na margem alagoana, as menções quanto à barragem da usina hidroelétrica de Xingó são mais comuns, sendo apontada em todas as localidades visitadas, fato que não ocorre nas localidades da margem sergipana. Os problemas relacionados ao assoreamento do rio São Francisco e à formação de ilhas fluviais, localmente chamadas de “croas” (Figura 29), aparecem nas entrevistas sempre associados ao nível da vazão e às barragens. A navegação, embora menos representada, também está associada a essa mesma linha perceptiva em que o assoreamento tem impedido o fluxo de embarcações de maior porte.

²⁵ Nomenclatura atribuída à formação de ilhas e ao assoreamento no rio São Francisco.

Figura 29: Formação de ilhas (croas) no rio São Francisco, entre Gararu/SE e Belo Monte/AL



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2019.

Araújo, Aguiar Netto e Gomes (2015, p. 119), ao falarem da vazão do rio São Francisco em seu baixo curso, são enfáticos ao considerarem que “sem a garantia de uma vazão ecológica suficiente para manter o ecossistema em suas condições próximas ao natural, fica exposto a ocorrência de problemas [...]”. Como dissemos, é fundamental considerar que as mudanças no sistema natural do rio São Francisco implicaram, conseqüentemente, significativas mudanças na cultura e na vida ribeirinhas. Dentre os problemas mais recorrentes que se observam no baixo rio São Francisco, os autores elencam:

[...] a baixa vazão do rio; redução do carreamento de sedimentos; assoreamento da calha; erosão das margens; a foz degradada; recuo da linha de costa; esgotamento dos recursos pesqueiros; ecossistemas alterados; mudanças na hidrodinâmica; nos ecossistemas fluviais e marítimos, com reflexo nos processos sociais; intrusão salina; que provoca a salinização do rio com influência na fauna e na flora, com introdução de indivíduos da biota marítima e no solo das várzeas, impedindo o seu uso para a agricultura, mesmo os projetos de irrigação (ARAÚJO; AGUIAR NETTO; GOMES, 2015, p. 119).

As fundamentações dessas considerações respaldam a percepção dos povos ribeirinhos, que, ao elencarem os problemas vivenciados no cotidiano, revelam conhecimento das especificidades do lugar, o próprio rio São Francisco. Conhecedores das potencialidades da natureza local, um tipo de “veneração” ao rio e com forte referência à identidade sertaneja,

os ribeirinhos sabem que a transformação dela implica, conseqüentemente, a transformação de suas próprias vidas.

O rio mudou, está mais seco, você olha e é só croa. [...] eu já não chamo mais rio, eu chamo de riacho, o rio com pouca água acabou com o pescador das cidades beradeiras. Beradeira eu digo dessas cidades da beira do rio, Canindé é beradeira, Piranhas [...] (Ent. 4, pescador/servidor público, 42 anos, em Niterói/SE, outubro de 2018).

Os fragmentos de depoimentos de quem vive às margens do rio São Francisco são acompanhados de um conjunto específico de valores entremeados à cultura e à preocupação com o futuro do rio. Esse é o limiar da percepção de que a transformação do ambiente fluvial sanfranciscano implica considerar a própria transformação da vida dos povos que habitam suas margens.

Chagas (2014, p. 50), ao contextualizar as relações ambíguas dos homens com o rio São Francisco, demonstra que com a sujeição do rio ao nível técnico “o beiradeio perdeu parte substancial de sua disponibilidade alimentar, pois houve uma redução do pescado e a lavoura de vazante praticamente desapareceu”. Embora o olhar desse autor seja realizado em primeira pessoa com o objetivo de “dar voz” ao rio, suas contribuições comungam com aquelas já contextualizadas por Araújo, Aguiar Netto e Gomes (2015) e, mais ainda, com a própria percepção dos ribeirinhos em que pesem seus saberes, seus fazeres, suas concepções ecológicas e suas histórias de vida no rio.

A ausência de saneamento nas cidades e nos povoados ribeirinhos, associada ao descarte de resíduos, aparece, nas falas, contextualizada junto à preocupação com os usos e a contaminação das águas. Assim, também se dá com o abastecimento em que o baixo nível da vazão do rio São Francisco está associado aos poluentes locais, contribuindo para o uso deficitário do recurso hídrico. Nesse contexto, multiplicam-se nas terras sertanejas de rio e beira-rio os sistemas de cisternas para captação e reserva de água pelos residentes. Essas cisternas são resultado de políticas de governo de escala regional desenvolvidas no vale do rio São Francisco sob a administração da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF.

O que se percebe nas localidades visitadas, ainda, é o frequente apontamento de questões associadas à posse e ao acesso à terra, além de apropriações do rio, infraestrutura, emprego/renda e educação. Todos esses são elementos que não se dissociam da realidade geográfica vivenciada pelos ribeirinhos sertanejos. São leituras políticas de modos de vida que se fazem em ambas as margens e demonstram que “o rio de drenagem perene, da integração,

da unidade e das possibilidades é, também, um rio de limites” (SILVA; VARGAS, 2019, p. 181).

Pelas possibilidades ou pelos limites, pela cultura e pela identidade e/ou pelas relações materiais e simbólicas, os sentidos que dinamizam a vida no rio e no sertão são conjuradores de valores que se consubstanciam entre as relações identitárias e de pertencimento e as próprias limitações ambientais, econômicas e sociais. É nessa constelação de sentidos, assim como fizemos com a categoria de lugar-território, que se faz a vida dos ribeirinhos sertanejos no sertão do baixo rio São Francisco. São, portanto, modos de ser e de estar que coexistem em um mesmo espaço, com maior ou menor grau de interação e influência.

Ao se reportar aos espaços e tempos dos ribeirinhos sertanejos e, com eles, à própria espacialidade da vida no rio, torna-se possível a apreensão de idealizações que não se fazem senão pelo amálgama de rio e ribeirinho. Um tipo de devir, daquilo que pode vir a ser, são os sonhos das gentes do rio para com o rio, gentes de idades, culturas e modos de ser diferentes, mas que têm em comum semelhanças de estarem nas mesmas margens, de ocuparem a mesma terra. Nas mesmas margens, essas gentes partilham, também, os desencantos com os cenários de rio e beira-rio e as problemáticas do cotidiano constituintes do viver ribeirinho.

Tratando sobre o desenrolar da vida dos povos que historicamente vivem no/do rio São Francisco, Oliveira (2012, p. 47) compreende que “estudar a vida das águas e dos homens do rio São Francisco é entendê-los como correnteza, como fluxo, como movimento, como travessia, pois o rio é um lugar que se permite viajar, um lugar em movimento”. É nesse sentido que as idealizações dos ribeirinhos no sertão do baixo rio São Francisco se dão num movimento entre natureza e cultura, um lugar que não é setorial.

Das idealizações ou, de outro modo, dos sonhos dos ribeirinhos, apreendeu-se, na quase totalidade das entrevistas, a imagem de um rio cheio, de águas pujantes e de “fartura”. Essa imagem é construída pelo ribeirinho tendo como referência as lembranças da juventude ou da infância. Para os mais jovens, a imagem é construída sobre as histórias daquilo que é relatado, do que se ouviu falar, das memórias da vida e da vivência. O que se observa é a coexistência de tempos como possibilidade de construção de um lugar que tem fluidez pelas águas, mas, muito fortemente, pelas histórias de vida expressas na linha do tempo.

“Eu queria era que ele [o rio] voltasse a encher, a botar águas nos caldeirões” (Ent. 36, serviços domésticos, 84 anos, em Tambaú, comunidade de Traipu/AL, fevereiro de 2019); *“Aqui ninguém morre de sede, mas o meu sonho é ver ele cheio”* (Ent. 29, pescador/agricultor, 54 anos, em Barra do Ipanema, povoado de Belo Monte/AL, janeiro de 2019); *“Me lembro das vazantes, eu queria mesmo era ele [o rio] cheio”* (Ent. 28, serviços domésticos, 27 anos,

em Ilha do Ouro, povoado de Porto da Folha/SE, fevereiro de 2019); “*O sonho de nós todos sertanejos é ver o rio como era, o rio de quando eu era novo era forte, eu olhava pra Sergipe e dava prazer*” (Ent. 30, agricultor, 61 anos, em Barra do Ipanema, povoado de Belo Monte/AL, fevereiro de 2019); “*Voltar a ser o que era é o sonho da gente*” (Ent. 27, serviços domésticos, 27 anos, em Jacobina, comunidade de Traipu/AL, fevereiro de 2019); “*Aqui o meu sonho é olhar pro rio e não ver ele assoreado*” (Ent. 25, professor, 48 anos, em Gararu/SE, fevereiro de 2019). Como observado, todas essas falas convergem para uma idealização comum, são, portanto, quereres que, estando associados às vivências, se fazem idealizações.

Embora com representatividade bem menor, a busca por melhores condições de vida também aparece nas entrevistas. Para além da influência do rio no bem-estar da população, na dinamização das relações sociais e da renda local, os lugares de fala revelam a busca dos mais jovens por emprego (constatado em Piranhas e no sítio Bode/AL), por formação acadêmica (observado em Bonsucesso/SE e na comunidade Mocambo/SE) e por acesso à terra (comunidade Mocambo/SE).

Conforme concebido, esses apontamentos desvelam o caráter político-social da vida dos povos no sertão do baixo rio São Francisco e acentuam a necessidade de um olhar mais atento para essas demandas, uma tentativa de envolvimento da compreensão das relações sociais, da cultura e da natureza. Não há, pois, a possibilidade de compreensão de um desses fenômenos sem o envolvimento do outro.

À vista disso, entre as margens semiáridas, aqui expressas como objeto de representação empírica, rio e sertão se integram, se entrelaçam e formam o amálgama do ser ribeirinho, mas, também, do ser sertanejo. “*Sou ribeirinho no sertão*” (Ent. 9, artesão, 58 anos, em Ilha do Ferro, povoado de Pão de Açúcar/AL, janeiro de 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Fotografia: SILVA, Cícero Bezerra da, 2018.

“Digo: o real não está na saída nem na chega: ele se dispõe pra gente é no meio da travessia.”

Guimarães Rosa (1985)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa teve como escopo a compreensão das relações de convivialidade pensadas como o conjunto conformador das relações sociais, políticas e simbólicas constituintes de uma dada espacialidade. Buscamos apresentar a multiplicidade de sentidos e de identidades que faz o ser ribeirinho sertanejo no sertão do baixo rio São Francisco, entre os estados de Alagoas e Sergipe.

A compreensão das relações de pertencimento, de apropriação simbólica e dos sentidos de “Ser” ribeirinho sertanejo nos fez “mergulhar” na categoria lugar, como caminho e possibilidade de apreensão das relações mais subjetivas das gentes de rio e do sertão. Por outro lado, o contexto das relações sociais e políticas, a organização dos espaços de vida que consideramos como o próprio lugar, assim como as relações de apropriação materiais (e simbólicas), nos fizeram enveredar pelas trilhas do território.

Pelas reflexões inerentes ao lugar e ao território, aproximamo-nos do Sertão do Baixo Rio São Francisco. Espaço complexo, de difícil apreensão. O resultado da sobreposição de tempos desiguais, de histórias de vida, de usos e apropriações. Um espaço, um lugar, um território, um rio apropriado e (re)significado. Povos, gentes e distintos vínculos. Vínculos afetivos, de pertencimento, de enraizamento, de usos e modos de apropriação.

No mesmo rio, com as mesmas gentes e entre as mesmas margens, deparamo-nos com o “sertão”. O sertão, aqui feito uso delimitador de nosso *locus* de análise, passou a ser apreendido de modo ambivalente. São múltiplos os sentidos de sertão. Já não poderíamos vê-lo tão somente como o sertão semiárido da SUDENE, do IBGE, da CODEVASF, da ASA e de tantas outras políticas de governo.

Essa complexidade e configuração das espacialidades a que chamamos de sertão do baixo rio São Francisco, em nosso olhar, já não se fazia passível de apreensão como lugar ou, então, apenas como um território. Por isso, aqui, retomamos as duas indagações inicialmente realizadas: O sentido de pertencer, de ser e de estar antecipa as relações de posse, de poder e a dimensão política do território, mesmo sendo esses resultantes de um constructo simbólico-material? É possível pensar o território e as identidades territoriais à frente do enraizamento no/pelo lugar, das relações vividas no cotidiano?

Essas indagações, associadas ao contexto da convivialidade, nos permitiram pensar os sentidos de um lugar-território em que o “chão” empírico, necessário à interpretação, foi o sertão do baixo rio São Francisco. Assim, o lugar-território, antes de ser uma sobreposição ou conjugação de categorias, é uma possibilidade de leitura das espacialidades cuja

complexidade de interpretação não se fez tão somente pelo lugar ou pelo território. Assim, consideramos que:

- A leitura do lugar-território traz a possibilidade de uma análise integrada das relações de convivialidade em que pesem as dimensões social, política e simbólica, sem que uma exclua a outra.
- Nossos itinerários, buscas e travessias no sertão do baixo rio São Francisco demonstraram que o pertencimento e as relações identitárias constituem tanto o lugar quanto o território, e isso ocorre, também, com as relações de apropriação que, em essência, são relações de poder. Todo modo de apropriação, seja simbólico ou não, são relações de poder.
- Pela construção do lugar-território, delineamos a compreensão de que os vínculos de pertencimento e os sentidos do lugar antecipam a construção do território.
- De respaldo teórico, salientamos com a síntese que: mesmo sendo o território caracterizado pelas bases econômica, biológica, social, política etc., como considerado por Bonnemaïson (2002); Fernandes (2009); Thomaz Júnior (2011); Saquet (2013), entre outros, “sua expressão mais humana identifica-o como o lugar de mediação entre os homens e sua cultura” (MEDEIROS, 2009, p. 217-218).
- Se o território é “[...] o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. [...] base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida [...]” (SANTOS, 2002, p. 96-97), a ele antecipamos todo o sentido de lugar.

Dessa construção, salientamos que se trata de uma interpretação entre tantas outras, um modo de ver, de fazer e de melhor entender as espacialidades territoriais que estão entremeadas por sujeitos e sentidos que nem sempre convergem ou possuem os mesmos objetivos. O fundamento consistiu em demonstrar a coexistência de sentidos, de significados e, por assim dizer, de modos de vida nas mesmas espacialidades de rio e sertão.

No que tange ao sertão, destacamos, na composição do pensamento social brasileiro, a apreensão dos sentidos de sertão por três fundamentos. No primeiro, sertão e sertanejo são adjetivações impostas, trazem em si a ideia de subserviência, de arcaico e de atraso. Nesse mesmo fundamento, o sertão é uma visão dos “de fora”, de quem ao longe observa e

descreve/relata. É o sertão espaço a ser dominado, conquistado, modernizado. É o sertão do colonizador, de quem domina ou quer dominar.

O segundo fundamento é aquele que diz respeito ao sertão espaço de vivência, de reprodução da vida, de materialização da cultura sertaneja. Sertão que é espaço, vastidão, mas que é lugar, lugar humanizado, vivido, produzido e sentido. Nele, observa-se e se apreende um conjunto de práticas e de representações que tipificam e são geradoras de elementos de referências identitárias.

O terceiro fundamento é aquele do sertão enquanto abstração, em que a essência é a subjetividade. Nele, há uma significativa aproximação com as relações do vivido e, também, da produção dos sentidos de lugar. Todavia, ressaltamos, esse é um sertão imaginário, sem limites definidos, é o sertão das relações cognitivas produzidas tanto pelos “de fora” do primeiro fundamento quanto pelos “de dentro” do segundo fundamento. Parafraseando Rosa (1985), é o sertão “do tamanho do mundo”, aquele que “está dentro da gente”.

Quanto ao contexto do pertencimento das gentes que povoam o sertão do baixo rio São Francisco, ressaltamos o envolvimento dessas com o rio que é a base material de referência identitária. O sentido de pertencer está fortemente associado às bases físicas de sustentação da natureza. O rio e a terra, que é o “chão” do ser sertanejo, são as bases do pertencer, do habitar. Acrescentamos que pertencer ao rio e ao sertão não está associado apenas ao fato de residir em uma comunidade, um povoado ou uma cidade ribeirinha. As lembranças da infância e as vivências e o contexto dos relatos das mudanças e permanências às quais o rio foi/é submetido são elementos reveladores do pertencimento.

Das entrevistas realizadas com pessoas que já não residem às margens do rio São Francisco, destacamos o pertencer sem, para tanto, no rio permanecer. Destacamos o ser ribeirinho e sertanejo sem lá estar! São os ribeirinhos dos alhures, os que não veem o rio no cotidiano, mas que voltam à cidade, ao povoado, à comunidade atraídos pelos festejos religiosos ou não, pelo lazer, pelo encontro de familiares e amigos, atraídos pelas raízes, pelas lembranças.

Ocorre ainda que, mesmo o sertão do baixo rio São Francisco tendo passado por um amplo e destruturante processo de artificialização, consequência direta de todos os processos de montante, dentre os quais destacamos a construção dos complexos de hidroeletricidade e os sentidos de pertencimento, e os vínculos afetivos com o rio continuam pujantes nas falas, nos gestos e no olhar do ribeirinho. Há, pois, um amálgama entre rio e ribeirinho. Uma geograficidade entre as memórias e as histórias de vida. O rio tem sentido de lugar, lugar da vida, sentido existencial.

No que concerne às identidades, buscamos apreendê-las como algo que está sempre em mudança, em transformação, conforme as contribuições de Castells (1999), Hall (2006), e Cruz (2006, 2017). Assim, pela convivialidade e pela leitura do lugar-território, buscamos uma classificação levando em consideração a multiplicidade de sujeitos e culturas que coexistem no sertão do baixo rio São Francisco. Desse modo, embasados em Bassand (1990) e nas contribuições de Almeida (2008, 2018) sobre tal território, tornou-se possível definir cinco tipologias: apáticos e resignados; migrantes potenciais; modernistas; tradicionalistas e, por fim, regionalistas. A ponte entre esses autores e a apreensão das identidades deu-se pelas entrevistas semiestruturadas, a matriz de conteúdo e as observações dirigidas.

Essa classificação, embora não adentre as especificidades de cada grupo, possibilitou respaldo à compreensão do sertão do baixo rio São Francisco como lugar-território, já que por ela foram apreendidos os elementos constituintes dos principais grupos residentes, assim como a organização das respectivas espacialidades e formas de apropriação do rio. Ainda no quadro das identidades, ressaltamos que o sentido maior apreendido está no ser ribeirinho e no ser sertanejo. Uma tríade entre enraizamento, pertencimento e identidades.

Pelos caminhos, travessias e itinerários percorridos apreendemos os ribeirinhos sertanejos ou, de outro modo, os sentidos de ser ou que fazem ser ribeirinho sertanejo no baixo rio São Francisco. Eles, pela natureza do lugar de domínio semiárido, incorporaram, em parte, os sentidos de sertão institucional da construção regionalista do Polígono das Secas do sertão nordestino e do Norte de Minas Gerais. Averiguamos, ainda, que os sentidos de ser “Ribeirinho Sertanejo” dizem respeito à interação dessas gentes com o rio, mas, também, com a terra, com um modo de vida particular com o rio e com o “sertão”, constituídos por representações que emolduram e caracterizam o regionalismo.

Ser ribeirinho sertanejo é uma construção que envolve natureza e cultura como expressão viva das identidades e que ora se aproximam do sertão semiárido, ora se afastam. A religiosidade, os mitos regionais, as lendas dos lugares visitados, a interação com a natureza, os saberes, o uso das plantas da caatinga, todos esses elementos fazem ser ribeirinho sertanejo. E o sertão, como representação simbólica, alcança o rio, tem “porta de entrada”, tem limites. Mas é, também, dito pelo ‘outro’, o que vem de fora, aquele que sobe o rio sobe para o sertão. Deixa o sertão quem desce o rio, quem vai para a “praia”. Todos esses elementos fazem não apenas o ser ribeirinho, mas, também e muito fortemente, o ser ribeirinho no sertão, o ribeirinho sertanejo do baixo rio São Francisco.

A pesquisa revela, pois, a existência de um saber comum dos ribeirinhos sertanejos para com o seu espaço/lugar de vida. Essas gentes sabem e fazem uso das potencialidades das

terras e das águas. Particularmente, em suas histórias de vida, estão impressas a imagem do “rio de ontem” e do “rio de hoje” em que a sustentabilidade de um incorre nas vidas, nas vivências e na cultura do outro.

No mais, findamos pela compreensão de que a preservação e a sustentação das identidades do ser ribeirinho e do ser sertanejo, dado o papel desempenhado pelo rio São Francisco na constituição dos sentidos formadores de nossas gentes – povos – consistem na manutenção, na preservação e na sustentabilidade de nossas (suas) raízes, de nossas (suas) próprias identidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998.

AB'SABER, Aziz Nacib. **Domínios da Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

AB'SABER, Aziz Nacib. Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, Dossiê Nordeste Seco, São Paulo, Centro de Estudos Avançados, v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.

AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira et al. Água e Ambiente no Baixo São Francisco Sergipano. In: LUCAS, Ariovaldo Antonio Tadeu (Orgs.). **Águas do São Francisco**. São Cristóvão-SE: Editora da UFS, 2011.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Geografia Cultural: um modo de ver**. Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Etnogeografia do Brasil Sertanejo. In: SERPA, Ângelo (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidade Paisagística e Identidades Territoriais e Culturais – Brasil Sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (Orgs.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE**, n. 2, p. 103-114, p.1-12, 2005.

ALMEIDA, Maria Geralda de; VARGAS, Maria Augusta Mundim. A Dimensão Cultural do Sertão Sergipano. In: DINIZ, José Alexandre Felizola; FRANÇA, Vera Lúcia Alves (Orgs.). **Capítulos de Geografia Nordestina**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1998.

ALVES-MAZZOTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Sociais e Naturais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thonson Learnig, 2002.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

ARAÚJO, Sérgio Silva de; AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira; GOMES, Laura Jane. Conflitos Socioambientais no Baixo São Francisco em Sergipe e Alagoas. In: AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira; SANTANA, Nelma Rúbia Figueiredo (Orgs.). **Contexto Socioambiental das Águas do Rio São Francisco**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

- BASSAND, Michel. **Culture Et Régions d'Europa**. Lausanne – Suíça: Tresses Polytechniques et Universitaires Romands, 1990.
- BENÍTEZ, Gisela Landázuri; LEVI, Liliana López. Entre el Arraigo y la Exclusión: fragmentaciones sociales, yuxtaposiciones territoriales en San Gregorio Atlapulco, México. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). **Territorialidade na América Latina**. Goiânia: UFG, 2009.
- BEZZI, Meri Lourdes. Região como Foco de Identidade Cultural. **Geografia**, Rio Claro, v. 27, p. 5-19, 2002.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- BONNEMAISON, Joel. **Tanna**. Les fondements géographiques d'une identité: les Gens des lieux. Histoire et géosymboles d'une société enracinée. Paris: Orstom, 1987.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. 17. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Gerais, o Sertão e o Cerrado**: algumas anotações sobre um jardim da vida onde o olhar se perde no horizonte [impresso]. Goiânia, 2003.
- BRITO, Eliseu Pereira de. **Itinerários de uma Identidade Territorial na Invenção do Ser Tocantinense**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, UFG. Goiânia, 2016.
- CARLOS, Ana Fani Alesssandri. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1983. 361p. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil).
- CHAGAS, Ivo das. **Eu Sou o Rio São Francisco**. Montes Claros-MG: Ed Unimontes, 2014.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. Corporeidade e Lugar: elos da produção da existência. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- CLAVAL, Paul. A Volta do Cultural na Geografia. **Mercator**, ano 1, n. 1, 2002.
- CLAVAL, Paul. **Terra dos Homens: a geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **A Bacia**: principais características. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural: uma ontologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

COSGROVE, Denis. Mundos de Significados: geografia, cultura e imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural: uma ontologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

CRUZ, Valter do Carmo. Itinerários Teóricos Sobre a Relação Entre Território e Identidade. In: BEZERRA, Amélia Cristina Alves; ARRAIS, Tadeu Alencar (Orgs.). **Itinerários Geográficos**. Niterói: EdUFF, 2007.

CRUZ, Valter do Carmo. **Pela Outra Margem da Fronteira: território, identidades e lutas sociais na Amazônia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2006.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BORGES, Maristela Corrêa. Cultivando Culturas Populares: os arranjos e rearranjos da cultura popular como estratégia de re-existência. In: LEAL, Alessandra Fonseca; BORGES, Maristela Corrêa (Orgs.). **Etnogeografia do Rio São Francisco**. Uberlândia: EDUFU, 2013.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: a natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015 [1952].

DOURADO, Aucélia Matos. **Viver e Pertencer: identidades e territórios nos assentamentos rurais em Sergipe**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014.

DOURADO, Aucélia Matos. Caminhos e Encontros com o Território. In: VARGAS, Maria Augusta Mundim; DOURADO, Aucélia Matos; SANTOS, Rodrigo Herles (Orgs.). **Práticas e Vivências com a Geografia Cultural**. Aracaju: EDISE, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverino (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FONTES, Luiz Carlos da Silveira. O Rio São Francisco Após as Grandes Barragens. In: LUCAS, Ariovaldo Antonio Tadeu; AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira (Orgs.). **Águas do São Francisco**. São Cristóvão-SE: UFS, 2011.

FUNES, Eurípedes A. Comunidades Negras da Amazônia Brasileira: políticas de desenvolvimento e de exclusão social. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). **Territorialidades na América Latina**. Goiânia: UFG, 2009.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Imprensa do Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério. As Armadilhas do Território. In: SILVA, José Borzacchiello da; SILVA, Cícero Nilton Moreira da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs.). **Território: modo de pensar e usar**. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Hibridismo Cultural, “Antropofagia” Identitária e Transterritorialidade. In: BERTHE-DELOIZY, Francine; SERPA, Angelo (Orgs.). **Visões do Brasil: estudos culturais em geografia**. Salvador: EDUFBA, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de Conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverino (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

HELPH, Edward. Reflexões Sobre a Emergência, Aspectos e Essência do Lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

HOLZER, Werther. Mundo e Lugar: ensaio de geografia fenomenológica. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

HOLZER, Werther. **Um Estudo Fenomenológico da Paisagem e do Lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Comunidade Mocambo, Sergipe**. Disponível em: <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/mocambo-se) > sites > default > files > mocambo-se>. Acesso em: 15 mar. 2019.

KOZEL, Salette. Um panorama sobre as Geografias Marginais no Brasil. In: HEIDRICHG, Álvaro Luiz et al. (Orgs.). **Maneiras de ler: geografia e cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013.

LEFF, Enrique. **Aventuras da Epistemologia Ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez, 2012.

MACIEL, Caio; PONTES, Emílio Tarlis. **Seca e Convivência com o Semiárido: adaptação ao meio ambiente e patrimonialização da caatinga no Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: Consequências Editora, 2015.

MARANDOLA JR., Eduardo. Lugar Enquanto Circunstancialidade. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverino (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENDES, Jeisa Flores; ALMEIDA, Maria Geralda de. Identidade, Lugar e Território nas Representações do Sertão da Ressaca – Bahia. **Geonordeste**, ano XX, n. 1, 2009.

MENDES, Jeisa Flores. **O Sertão de Trás na Alma?** Território/Lugar, memória e representações sociais. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2009.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Depoimentos Reflexivos**: sobre a produção de um geógrafo brasileiro da segunda metade do século XX. Arapiraca-AL: EdUneal, 2013.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, anos iii – iv, n. 4-5, 2002-2003.

MUÑOZ, Francesc. El Tiempo del Territorio, los territorios del tempo. In: NOGUÉ, Joan; ROMERO, Joan (Orgs.). **Las Otras Geografías**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. **O Fenômeno da Desertificação**. Goiânia: Editora da UFG, 2013.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Uma Interpretação Fenomenológica na Geografia. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** São Paulo: EGAL, 2005.

OLIVEIRA, Alberlene Ribeiro de. **A Desertificação no Alto Sertão de Sergipe no Contexto Geográfico**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE: UFS, 2017.

OLIVEIRA, Cristiane Aparecida Nunes. **De Remeiro à Vapozeiro**: memória e trabalho nas margens do São Francisco (1940-1981). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2014.

OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de. **Ciclo de Águas e Vidas**: o caminho do rio nas vozes dos antigos vapozeiros e remeiros do São Francisco. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de. Entre Margens: o trabalho e a vida dos remeiros do São Francisco. In: LEAL, Alessandra Fonseca; BORGES, Maristela Corrêa (Orgs.). **Etonocartografia do São Francisco**: comunidades tradicionais ribeirinhas do norte de Minas Gerais. Uberlândia-MG: EDUFU, 2013.

OLIVEIRA, Livia de. Ainda Sobre Percepção, Cognição e Representação em Geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (Orgs.). **Elementos de Epistemologia de Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

PARDAL, Paulo. **Carrancas do São Francisco**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. O Sertão das Águas: o Velho Chico e suas Gentes de Rio e beira-rio. In: LEAL, Alessandra Fonseca; BORGES, Maristela Corrêa (Orgs.).

Etonocartografia do São Francisco: comunidades tradicionais ribeirinhas do norte de Minas Gerais. Uberlândia-MG: EDUFU, 2013.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. O Sertão é Uma Espera Enorme: a comunidade da Barra do Pacuí. In: COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Cláudia Luz de (Orgs.). **Cerrado, Gerais, Sertão:** comunidades tradicionais nos sertões roseanos. São Paulo: Intermeios, 2012.

PFAU, Luisa. Viagem Pelas Margens do Rio São Francisco. In: LUCAS, Ariovaldo Antonio Tadeu; AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira (Orgs.). **Águas do São Francisco.** São Cristóvão-SE: UFS, 2011.

PIERSOM, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco.** Rio de Janeiro: SUVALE, 1972. Tomo I.

POCHE, B. La Región comme espace de référence identitaire. **Espaces et Sociétés**, Paris, n. 42, 1983.

RAFFESTIN, Claude. Uma Concepção de Território, Territorialidade e Paisagem. In: PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur da; SOUZA, Edson Belo Clemente de. **Teorias e Práticas Territoriais:** análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão:** veredas. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens às Nascentes do Rio São Francisco.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2004.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Ingrid Regina da Silva; ALMEIDA, Maria Geralda de. Território e Lugar: considerações sobre o viver ribeirinho no pantanal setentrional. **GeoSul**, Florianópolis, v. 33, n. 69, 2018.

SANTOS, Rodrigo Herles dos. **Entre Águas e Gentes:** vivências e (in)visibilidades nos territórios do litoral de Sergipe. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015.

SANTOS, Rosselvet José. (RE) Ocupação do Cerrado: novas gentes, outras identidades. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (Orgs.). **Geografia e Cultura:** os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma Abordagem Territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverino (Orgs.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Apresentação. In: _____. (Org.). **Identidades nas Fronteiras**: território, cultura e história. São Leopoldo: Oikos, 2011.

SERPA, Angelo. **Por Uma Geografia dos Espaços Vividos**: Geografia e Fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

SERPA, Angelo. Ser Lugar e Ser Território como Experiências do Ser no Mundo: um exercício de existencialismo geográfico. **Geo Usp.**, v. 21, n. 2, 2017.

SILVA, Cícero Bezerra da; VARGAS, Maria Augusta Mundim. Viver Entre Margens: sentidos de ser ribeirinho sertanejo no Baixo São Francisco. **Geossaberes**, v. 10, n. 22, p. 177-188, set./dez. 2019.

SILVA, Cícero Bezerra da; VARGAS, Maria Augusta Mundim. Em Busca dos Sentidos de Ser Ribeirinho Sertanejo: jornadas de campo no baixo rio São Francisco – AL/SE. **Revista Campo-Território**, v. 14, n. 33, 2019.

SILVA, Cícero Bezerra da. As Experiências do Homem no Semiárido Brasileiro: apontamentos para o desenvolvimento de uma etnogeografia sertaneja. In: XIX Encontro Nacional de Geógrafos. **Anais...** João Pessoa: AGB, 2018.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de. **Ser, Estar, Permanecer**: vínculos territoriais das gentes que povoam as margens e ilhas do rio São Francisco. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2013.

SOUZA, Angela Fagna. **O Tempo das Águas**: ciclos de vida entre as margens do rio São Francisco, a ilha das Pimentas – Pirapora – MG. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2011.

SOUZA, Angela Fagna. A Paisagem Sanfranciscana: nuances e cenários de ontem e de hoje. **Revista da Anpege**, v. 14, n. 23, jan./abr. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE. **Delimitação do Semiárido**. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/planejamento-regional/delimitacao-do-semiarido>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

THÉ, Ana Paula Glinfskoi. Saudades da vazante Geral: um estudo etnoecológico sobre as mudanças socioambientais na pesca artesanal no Alto-Médio São Francisco, Minas Gerais. In: COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Cláudia Luz de (Orgs.). **Cerrado, Gerais, Sertão**: comunidades tradicionais no sertão roseano. São Paulo: Intermeios, 2012.

THOMÁZ JUNIOR, Antonio. Povoando o Território da Luta Pela terra e Pela Reforma Agrária no Brasil Contemporâneo. **Revista Pegada**, v. 11, n. 2, dez. 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

TURATO, E. R. Decidindo Quais Indivíduos Estudar. In: _____. (Org.). **Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Os Ribeirinhos do Baixo São Francisco: outros sentidos de ser. **Revista Geograficidade** (em edição). 2019-2020?

VARGAS, Maria Augusta. A Dimensão Social do Baixo Rio São Francisco. **Conferência Proferida**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2018.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Territórios de Identidades nos Territórios de Planejamento. **Revista da Ampege**, v. 7, n. 1, 2011.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Sustentabilidade Cultural e as Estratégias de Desenvolvimento do Baixo São Francisco. In: ALMEIDA, Maria Geralda; RATTS, Alecsandro J. P. (Orgs.). **Geografia**: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. **Desenvolvimento Regional em Questão**: o Baixo São Francisco revisitado. São Cristóvão-SE: UFS, 1999.

VENÂNCIO, Marcelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O Diário de Campo e a Construção da Pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

VIEIRA, Teresa Cristina Moura. **Quando o Vazio do Rio Espelha o Vazio Existencial**: uma interpretação fenomenológica do sentido de ser ribeirinho. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA
GRUPO DE PESQUISA SOCIEDADE E CULTURA



Dissertação de Mestrado:

Entre Margens, Terras e Gentes: convivialidades e identidades no sertão do baixo rio São Francisco

Roteiro de Entrevista

Entrevista nº _____ Data ____/____/____

I – PERFIL DO ENTREVISTADO

- I. Nome
- II. Idade
- III. Ocupação
- IV. Relação com o objeto da pesquisa
- V. Localidade de residência
- VI. Tempo de residência
- VII. Localidade de realização da entrevista

II – SOBRE A LINHA DO TEMPO

- I. Sempre morou aqui? – um pouco de história
- II. Como era viver aqui “antigamente”? Descrever – atentar as expressões / emoções / relações territoriais com o rio o sertão
- III. E o rio, como era? Mudou?
- IV. O que mudou e o que permanece?
- V. E o sertão? Mudou também?
- VI. Porque veio morar aqui (como chegou)?
- VII. O que Sr (a) fazia ?
- VIII. O que faz hoje?
- IX. E esse lugar (povoado, lugarejo, cidade) mudou?

III - CONVIVIALIDA COM O RIO

- I. Descrever o cotidiano com o rio no dia-a-dia
- II. Práticas diversas (pesca, transporte, lazer, festa...)
- III. O que já não é mais possível fazer? (atividades da memória)
- IV. Durante o ano – práticas diferenciadas de acordo com a dinâmica do rio (cheias / vazantes...)

IV – PERTENCIMENTO / SENTIMENTOS COM O RIO

- I. Descrever as relações de pertencimento / sentimentos (atentar as expressões corporais, emoções, lembranças, etc.).
- II. O que é viver aqui?

V – CONVIVIALIDADES COM O SERTÃO

- I. Práticas diversas com a caatinga (roças, frutos, usos em geral)
- II. O que tinha e desapareceu?

VI – PERTENCIMENTO / SENTIMENTO COM O SERTÃO

- I. Sentimentos para com o sertão
- II. Como é conviver com o sertão?

VII – CICLO DA VIDA

- I. O rio mudou ?
- II. Mudança do rio e mudança da vida...
- III. O que mudou/como era?
- IV. E o sertão, mudou?
- V. Transformações no rio e no sertão que alteraram o seu dia-a-dia.

VIII – PERSPECTIVAS DE FUTURO

- I. Tem vontade sair e morar em outro lugar? (descrever motivos, especular a questão)
- II. Como você imagina o rio daqui a alguns anos?
- III. Acha que tem solução para os problemas do rio?
- IV. Qual o maior problema do rio?
- V. Morando aqui, qual o seu maior sonho?

IX – IDENTIDADE / ENRAIZAMENTO/PERTENCIMENTO

- I. É ribeirinho
- II. É sertanejo
- III. O que é ser ribeirinho?
- IV. E o que é mesmo ser sertanejo?
- V. Ribeirinho ou sertanejo?
- VI. Ribeirinho sertanejo

APÊNDICE B – Roteiro de Observação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA
GRUPO DE PESQUISA SOCIEDADE E CULTURA

Dissertação de Mestrado:

Entre Margens, Terras e Gentes: modos de vida e convivialidades no semiárido do baixo rio São Francisco

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO²⁶

- I. A chega às localidades:
 - A primeira aproximação, o que se observa? Descrição.
- II. A paisagem do cotidiano:
 - Elementos impressos nas paisagens;
 - Símbolos da cultura, de referências;
 - Organização da localidade em relação ao rio;
- III. Relações de convivialidade:
 - Relações sociais;
 - Relações políticas
 - Relações simbólicas
- IV. Expressões da identidade:
 - Símbolos;
 - Enraizamento;
 - Pertencimento
- V. Sentidos de lugar e de território:
 - Modos de vida;
 - Apropriações;
 - Sentimentos.

²⁶ Roteiro de observação elaborado com base em: VARGAS, Maria Augusta Mundim. Caderno do pesquisador: Projeto a Dimensão Cultural das Festas Populares e do Turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial dos estados do Ceará, Goiás e Sergipe, 2010.

APÊNDICE C – Termo de Consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Título do projeto: Modos de Vida e Convivialidade no Semiárido do Baixo São Francisco

Pesquisador responsável: Cicero Bezerra da Silva **Orientadora:** Dra. Maria Augusta M. Vargas

Objetivo geral da pesquisa: compreender as experiências dos ribeirinhos sertanejos, considerando as formas de convivialidade e os saberes reveladores da geograficidade no semiárido do Baixo São Francisco.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que o objetivo da pesquisa me foi lido e explicado pelo responsável e que concordo em participar de mesmo. Estou informado (a) de que não serei obrigado (a) a realizar nenhuma atividade para a qual não me sinta disposto (a); meu nome e dos participantes da pesquisa não serão divulgados; os responsáveis deverão fornecer informações sobre a pesquisa quando forem solicitadas; os participantes da pesquisa podem solicitar que suas informações sejam excluídas da pesquisa. Ao assinar este termo, passo a concordar com a divulgação das informações da pesquisa em ambientes acadêmicos, desde que respeitadas às condições acima, que me foram explicadas.

ENTREVISTADO	PESQUISADOR	DATA DE REALIZAÇÃO
Wagner de Souza	Cicero Bez.	31/10/2018
Maria de Lourdes Santa Helena	Cicero Bez.	31/10/2018
Cláudio Pereira dos Santos	Cicero Bez.	31/10/2018
Joãozinho Braz dos Santos	Cicero Bez.	31/10/2018
Maria Tereza Machado	Cicero Bez.	31/10/2018
Manoel dos Reis C. Alves	Cicero Bez.	21/01/2019
Sebastião Vieira dos S.	Cicero Bez.	21/01/2019
Edilson Alves Lima	Cicero Bez.	21/01/2019
Mário de Aguiar	Cicero Bez.	21/01/2019
Joãozinho	Cicero Bez.	22/01/2019
José Maria da Silva	Cicero Bez.	22/01/2019
Joãozinho Rodrigues	Cicero Bez.	22/01/2019
Joãozinho Barros de Oliveira	Cicero Bez.	22/01/2019
Guilherme Soares dos Santos	Cicero Bez.	22/01/2019
Da Glória Gomes da Silva	Cicero Bez.	21/01/2019
Douglas Nunes	Cicero Bez.	21/01/2019
Gilclesio	Cicero Bez.	21/01/2019
Antônio	Cicero Bez.	21/01/2019
Antônio	Cicero Bez.	21/01/2019
Roberto	Cicero Bez.	21/01/2019
Flamar	Cicero Bez.	21/01/2019
Yaridi	Cicero Bez.	21/01/2019
Flamar	Cicero Bez.	21/01/2019

APÊNDICE D – Extrato para análise de conteúdo

IDENTIFICAÇÃO					AMBIENTE DE RESIDÊNCIA			FAIXA ETÁRIA			
Nº	NOME	DATA	CÓDIGO	UF	CIDADE	POVOADO	RURAL/SÍTIO	< 20	21 - 45	46 - 60	> 60
1	Waldir Santos	31/10/2018	NISE	SE							
2	Maria de Lourdes	31/10/2018	MOSE	SE							
3	Mailson Acássio	31/10/2018	MOSE	SE							
4	Joseneto Bráz	31/10/2018	NISE	SE							
5	Maria Edla	31/10/2018	PAAL	AL							
6	Antonio Lino	31/10/2018	MOSE	SE							
7	Maria das Dores	21/01/2019	BNSE	SE							
8	Sebastião Vieira	21/01/2019	BNSE	SE							
9	Edvam Alves	21/01/2019	IFAL	AL							
10	Maria de Nazaré	21/01/2019	IFAL	AL							
11	Vandersan Alves	21/01/2019	CSFSE	SE							
12	Gilclésio	21/01/2019	IFAL	AL							
13	Douglas Nunes	21/01/2019	IFAL	AL							
14	Junior Santos	22/01/2019	PIAL	AL							
15	Jose Juarez	22/01/2019	CSFSE	SE							
16	Juarez	22/01/2019	CSFSE	SE							
17	Carol	22/01/2019	PIAL	AL							
18	Antonio	22/01/2019	PIAL	AL							
19	Evilázio	22/01/2019	CUSE	SE							
20	Elaine Rodrigues	22/01/2019	CUSE	SE							
21	Benedito Barreto	22/01/2019	CASE	SE							
22	Itamar	22/01/2019	CASE	SE							
23	Marilí	22/01/2019	CASE	SE							
24	Idelmar	22/01/2019	CASE	SE							
25	Raimundo Ranierie	21/02/2019	GASE	SE							
26	Damião dos Santos	21/02/2019	GASE	SE							
27	Sirleide da Silva	21/02/2019	JACAL	AL							
28	Jucilene da Silva	21/02/2019	IOSE	SE							
29	José Antunes	21/02/2019	BAIAL	AL							
30	José Ferreira	21/02/2019	BAIAL	AL							
31	João da Silva	21/02/2019	BAIAL	AL							
32	Carlos Rodrigues	22/02/2019	ESCSE	SE							
33	Luzemir Duarte	22/02/2019	ESCSE	SE							
34	Odinete Damarcelo	22/02/2019	STAMAL	AL							
34	Manoel Luiz	22/02/2019	SRAAL	AL							
36	Graciete Santos	22/02/2019	STAMAL	AL							
37	Edivaldo Gomes	22/02/2019	RABAL	AL							
38	Tamires dos Santos	22/02/2019	SBOAL	AL							
39	Ivete da Conceição	22/02/2019	SBOAL	AL							
40	Milton dos Santos	22/02/2019	RABAL	AL							
41	Aarcaju	xxx		SE							
42	Aracaju	xxx		SE							

